Universidade Federal Do Rio De Janeiro

RESTAURAÇÃO DE OBRA MODESTA NA RUA SENADOR POMPEU, 75, APAC – SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

Cristina de Camargo Barroso

RIO DE JANEIRO

2021

UFRJ

RESTAURAÇÃO DE OBRA MODESTA NA RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

Cristina de Camargo Barroso

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientador: Claudio Antônio S. Lima Carlos

Rio de Janeiro

Novembro/2021

RESTAURAÇÃO DE OBRA MODESTA NA RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

Cristina de Camargo Barroso

Orientação: Claudio Antônio S. Lima Carlos

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Claudio Antônio S. Lima Carlos (UFRRJ)

_____

Prof.ª Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos (UFRJ)

_____

Prof. Leonardo Mesentier (UFF)

Rio de Janeiro

Novembro/2021

CIP - Catalogação na Publicação

B277r

Barroso, Cristina de Camargo
RESTAURAÇÃO DE OBRA MODESTA NA RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO / Cristina de Camargo Barroso. -- Rio de Janeiro, 2021.
168 f.

Orientador: Claudio Antonio Lima Carlos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2021.

1. patrimônio cultural. 2. restauração. 3. obras modestas. 4. APAC-SAGAS. 5. Rio de Janeiro. I. Lima Carlos, Claudio Antonio, orient. II. Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Dedico este trabalho à Lilia e ao Ricardo,
parceiros de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio, pelo incentivo que me deram e pela paciência que tiveram comigo durante toda a jornada do curso.

Ao meu orientador, Claudio Antonio Lima Carlos, por sua generosidade, pelos conhecimentos transmitidos e pelo apoio com o qual me brindou e que foi imprescindível para chegar até aqui.

Aos professores da minha banca, Virgínia Vasconcellos e Leonardo Mesentier, pelo carinho e pelo interesse que demonstraram por mim e pelo meu trabalho.

Ao professor e engenheiro Marcos Grilo, pela consultoria estrutural.

Ao arquiteto Thiago Okumura, pelo apoio técnico.

Aos professores do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio, que me proporcionaram uma temporada sem igual, de muito aprendizado e reflexão.

Por fim, ao Giovanni Harvey e ao Instituto de Pesquisas e Ação Comunitária, que me permitiram estudar um tema que trouxe relevância à minha pesquisa.

Muito obrigada.

RESUMO

RESTAURAÇÃO DE OBRA MODESTA NA RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJETO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

Cristina de Camargo Barroso

Orientador: Claudio Antônio S. Lima Carlos

Resumo da dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

O objetivo principal da proposta desta pesquisa é restaurar o sobrado localizado na Rua Senador Pompeu, 75, no Centro do Rio de Janeiro, protegido pela Área de Proteção do Ambiente Cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APAC-SAGAS), e adaptar o novo uso para o Programa de Centro de Referência das Pautas Contemporâneas do Movimento Social Negro, com o propósito de: a) atender aos princípios da "perda mínima" e da "mínima intervenção"; e b) preservar a integridade e autenticidade das obras modestas, como o sobrado escolhido como estudo de caso. Para a realização de eventos do Centro de Referência com grande público, a pesquisa foi ampliada, com a seleção de dois espaços livres próximos ao sítio arqueológico Cais do Valongo, na Região Portuária carioca, onde desembarcaram milhares de africanos escravizados no século XIX. A partir da avaliação preliminar, será possível definir quais são as principais características que embasam o valor cultural desse edifício histórico e quais são os critérios a serem adotados para a sua conservação. Serão identificados aspectos da teoria da conservação relacionados ao trato com as obras modestas. Como resultado alcançado, pode-se afirmar que o prédio ainda conserva características do final do século XIX, tais como paredes autoportantes de tijolo, estrutura de barrotes de madeira e telhado com telhas de barro. A ideia é manter a conformação original remanescente, conservando-se os pés-direitos existentes e evitando-se o descarte dos arranjos originais internos a fim de que a atmosfera do bem cultural construído seja mantida, para fruição dos seus frequentadores.

Palavras chave: patrimônio cultural; restauração; obras modestas; APAC-SAGAS; Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

Novembro/2021

ABSTRACT

RESTORATION OF A MODEST ARCHITECTURE BUILDING ON RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJECT OF THE NEGRO SOCIAL MOVEMENT REFERENCE CENTER

Cristina de Camargo Barroso

Orientador: Claudio Antônio S. Lima Carlos

Abstract da dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

The main objective of this dissertation research proposal is to restore a two-story house located at Rua Senador Pompeu, 75, in downtown Rio de Janeiro, protected by the Area for the Protection of the Cultural Environment of the Saúde, Gamboa and Santo Cristo neighborhoods (APAC-SAGAS), and adapt the new use for the Black Social Movement's Contemporary Agenda Reference Center Program, with the purpose of meeting the principles of "minimum loss" and "minimum intervention" and preserving the integrity and authenticity of modest works, such as the house chosen as a case study. In order to hold events at the Reference Center with a large audience, the research was expanded, with the selection of two open spaces near the archaeological site Cais do Valongo, in the Port Region of Rio de Janeiro, where thousands of enslaved Africans disembarked in the 19th century. From the preliminary assessment, it will be possible to define the main characteristics that support the cultural value of this historic building and the criteria to be adopted for its conservation. Aspects of conservation theory related to dealing with modest architecture buildings will be identified. As a result, it can be said that the building still retains characteristics from the late 19th century. The idea is to maintain the original remaining conformation, preserving the existing heights and avoiding the discarding of the original internal arrangements, so that the atmosphere of the built cultural property is maintained, for the enjoyment of its regulars.

Keywords: cultural heritage; restoration; modest architecture; APAC-SAGAS; Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

Novembro/2021

RESUMEN

RESTAURACIÓN DE UNA OBRA MODESTA EN RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RÍO DE JANEIRO: PROYECTO DEL CENTRO DE REFERENCIA DEL MOVIMIENTO SOCIAL NEGRO

Cristina de Camargo Barroso

Orientador: Claudio Antônio S. Lima Carlos

Resumen da dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

El objetivo principal de esta propuesta de investigación de disertación es restaurar la casa de dos pisos ubicada en la Rua Senador Pompeu, 75, en el Centro de Río de Janeiro, protegida por el Área de Protección del Ambiente Cultural de Saúde, Gamboa y Santo. Cristo (APAC-SAGAS), y adecuar el nuevo uso del Programa Centro de Referencia para Agendas Contemporáneas del Movimiento Social Negro, con el propósito de cumplir con los principios de "mínima pérdida" e "mínima intervención" y preservar la integridad y autenticidad de obras modestas, como la casa elegida como caso de estudio. Con el fin de realizar eventos en el Centro de Referencia con gran audiencia, se amplió la investigación, con la selección de dos espacios abiertos cerca del sitio arqueológico Cais do Valongo, en la Región Portuaria de Río de Janeiro, donde miles de africanos esclavizados desembarcaron en el siglo XIX. A partir de la evaluación preliminar se podrán definir las principales características que sustentan el valor cultural de este edificio histórico y los criterios a adoptar para su conservación. Se identificarán aspectos de la teoría de la conservación relacionados con el manejo de obras modestas. Como resultado, se puede decir que el edificio aún conserva características de finales del siglo XIX. La idea es mantener la conformación original restante, preservando las alturas existentes y evitando el descarte de los arreglos internos originales, de manera que se mantenga el ambiente del bien cultural construido, para disfrute de sus asiduos.

Palabras clave: patrimonio cultural; restauración; obras modestas; APAC-SAGAS; Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

Novembro/2021

ABSTRAIT

RESTAURATION D'UNE OEUVRE MODESTE SUR RUA SENADOR POMPEU 75, APAC-SAGAS, RIO DE JANEIRO: PROJET POUR LE CENTRE DE RÉFÉRENCE DU MOUVEMENT SOCIAL NÉGRO

Cristina de Camargo Barroso

Orientador: Claudio Antônio S. Lima Carlos

Abstrait da dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

L'objectif principal de cette proposition de recherche est de restaurer une maison à deux étages située à Rua Senador Pompeu, 75, au centre-ville de Rio de Janeiro, protégée par la zone de protection de l'environnement culturel de la Saúde, Gamboa et Santo Cristo (APAC-SAGAS) et adapter la nouvelle utilisation du programme Centre de Référence pour les Agendas Contemporains du Mouvement Social Noir, dans le but de respecter les principes de « perte minimale » et « d'intervention minimale » et de préserver l'intégrité et l'authenticité des œuvres modestes, telles que la maison choisie comme cas d'étude. Afin d'organiser des événements au Centre de Référence avec un large public, la recherche a été élargie, avec la sélection de deux espaces à proximité du site archéologique de Cais do Valongo, dans la région portuaire de Rio de Janeiro, où des milliers d'esclaves africains ont débarqué en le 19ème siècle. À partir de l'évaluation préliminaire, il sera possible de définir les principales caractéristiques qui soutiennent la valeur culturelle de ce bâtiment historique et les critères à adopter pour sa conservation. Les aspects de la théorie de la conservation liés au traitement des œuvres modestes seront identifiés. En conséquence, on peut dire que le bâtiment conserve encore des caractéristiques de la fin du XIXe siècle. L'idée est de conserver la conformation d'origine restante, en préservant les hauteurs existantes et en évitant la mise au rebut des aménagements internes d'origine, afin que l'atmosphère du bien culturel bâti soit maintenue, pour le plaisir des habitués.

Mots-clés: patrimoine culturel; restauration; architecture modeste; APAC-SAGAS; Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Novembro/2021

Sumário

APRESENTAÇÃO 16
1 INTRODUÇÃO 21
2 PRESERVAÇÃO DE UMA OBRA MODESTA, TESTEMUNHO HISTÓRICO EM UM SÍTIO URBANO 29
2.1 REFERÊNCIAS TEÓRICAS 29
2.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS 36
2.2.1 Parque los Pies Descalzos, Medelín, Colômbia 36
2.2.2 Laguna, Santa Catarina, revitalização da Rua Raulino Horn 40
2.2.3 São Luiz, Maranhão, requalificação da Rua Grande 41
2.2.4 Centro de Referência da Música Carioca Artur da Távola 42
2.2.5 Instituto Casa do Choro, Rio de Janeiro 46
2.2.6 Galeria Scenarium, Rio de Janeiro 52
3 METODOLOGIA 59
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 59
3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 60
4 RUA SENADOR POMPEU N.º 75 63
4.1 HISTÓRICO DO BEM E DE SEU ENTORNO 63
4.1.1 A evolução histórica da paisagem 63
4.1.2. Levantamento dos registros históricos do bem 70
4.1.3 A evolução da legislação de proteção 76
4.1.4 Resultado da pesquisa histórica 78
4.2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO 79
4.2.1. Estrutura, função e transformação da paisagem 82
4.2.2. Caracterização do entorno 95
4.2.3 A implantação 100
4.2.4 O sobrado 101
5.1. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS 121
5.2 – A EDIFICAÇÃO – PROPOSTA DE ESTUDO 128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto do Cais do Valongo..... 21

Figura 2: Localização..... 21

Figura 3: Sobrado colonial 24

Figura 4: Vista do sobrado desde o Morro da Conceição 24

Figura 5: Espaços livres selecionados 26

Figura 6: Vista aérea da Rua Senador Pompeu, esquina com a Rua Camerino 27

Figura 7: *In*: "Como Recuperar, Reformar ou Construir seu Imóvel no Corredor Cultural" 30

Figura 8: A capoeira 32

Figura 9: Vista do Parque Los Pies Descalzos..... 36

Figura 10: Planta baixa esquemática do Parque Los Pies Descalzos 37

Figura 11: Vista aérea Parque Los Pies Descalzos 37

Figura 12: Visada do *Museo de Ciencia e Tecnologia* 37

Figura 13: Visada do parque, desde o museu 38

Figura 14: Movimento dos navios de escravos através do Atlântico em 1810 39

Figura 15: Rua Raulino Horn, Laguna, Santa Catarina 40

Figura 16: Rua Grande, São Luiz, Maranhão 41

Figura 17: Jardim 42

Figura 18:Vista 42

Figura 19: Edícula 42

Figura 20: Planta de localização 43

Figura 21: Projeto de revisão do PAA 8520 43

Figura 22: Planta de situação 44

Figuras 23 a 25: Exterior da Sala Maestro Paulo Moura 44

Figuras 26 a 28: Exterior da Sala Maestro Paulo Moura 45

Figura 29: Perspectiva Casa do Choro 46

Figura 30: PAA 10.600, trabalhado pela autora 46

Figura 31: Projeto Casa do Choro 47

Figura 32: Projeto Casa do Choro 48

Figura 33: Fachada Casa do Choro 49

Figuras 34 e 35: Fotos internas Casa do Choro 50

Figura 36: O chorinho 50

Figura 37: Fachada da galeria antes da restauração 52
Figura 38: Fachada da galeria restaurada 52
Figura 39: Vista aérea da galeria 53
Figura 40: Corte do projeto da galeria 53
Figura 41: Plantas do projeto de arquitetura da galeria..... 54
Figura 42: Levantamento fotográfico da galeria 55
Figura 43: Detalhes dos azulejos da fachada da Galeria Scenarium 58
Figura 44: Traçado do Morro da Conceição, 1769 63
Figura 45: Rua do Valongo, Thomas Ender, 1817 64
Figura 46: Pintura de Debret, a loja da rua do Valongo 65
Figura 47: Casa da Dona Florinda Josefa Gaspar 65
Figura 48: Cais da Imperatriz 66
Figura 49: Intervenções urbanas propostas por Pereira Passos 68
Figura 50: Rua Camerino 68
Figura 51: Jardim Suspenso do Valongo 68
Figura 52: Cais do Valongo, 2012 69
Figura 53: Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana 69
Figura 54: *Plan of the City of Rio de Janeiro*, Brasil. Rua do Príncipe, 1866 70
Figura 55: Projeto de 1898 71
Figura 56: Regulamento para Edificações 72
Figura 57: Cadastro de Bens Imóveis com Valor de Conjunto 74
Figura 58: Caderneta de numeração 75
Figura 59: Fotos da Incubadora Afro Brasileira 75
Figura 60: Mapa da Região Portuária de Janeiro, com os limites da APAC-SAGAS 76
Figura 61: Localização do Acervo 79
Figura 62: Vista aérea da Região Portuária, tomada do alto de um prédio na Rua Senador Pompeu 80
Figura 63: Vista aérea na Região Portuária tomada do alto de um prédio na Rua Marechal Floriano..... 80
Figura 64: Área de estudo e área de recorte 81
Figura 65: Foto da área de recorte 82
Figura 66: Agentes e Vetores 83
Figura 67: Mapa de figura/fundo 84

Figura 68: Corte AA 85
Figura 69: Mapa de parâmetros normativos 86
Figura 70: Mapa de usos e fluxos 87
Figura 71: Edifícios-garagem da área estudada 88
Figura 72: Rua da Conceição, desde a Rua Senador Pompeu 88
Figura 73: Vegetação, bens tombados e intensidade fluxos 89
Figura 74: Área de recorte do entorno 90
Figura 75: Praça dos Estivadores 91
Figura 76: Rua Senador Pompeu 91
Figura 77: Identificadores de elementos paisagísticos 92
Figura 78: Orientação solar dos espaços livres selecionados 93
Figura 79: Corte na Praça dos Estivadores 94
Figura 80: Mobilidade 94
Figura 81: A poligonal expandida 95
Figura 82: A poligonal do entorno imediato 95
Figura 83: Volumetria 95
Figura 84: Planos de fachadas 96
Figura 85: Acesso para o Morro da Conceição..... 97
Figura 86: Foto aérea 1 98
Figura 87: Foto aérea 2 98
Figura 88: Calçada 99
Figura 89: Rua Senador Pompeu 99
Figura 90: Trecho do Plan of the City 100
Figura 91: Trecho do projeto de 1898 100
Figura 92: Planta de Situação 100
Figura 93: Vista superior 101
Figura 94: Mapa fotos externas 111
Figuras 95, 96 e 97: Fotos externas 111
Figura 98: Mapa fotos 1º pavimento 112
Figura 99: Fotos 1º pavimento 113
Figura 100: Mapa fotos mezanino 114
Figura 101: Fotos Mezanino 115
Figura 102: Mapa fotos 2º pavimento 116

Figura 103: Fotos 2º pavimento 117
Figura 104: Mapa fotos sótão 118
Figura 105: Fotos Sótão 119
Figura 106: Fotos parede interna 120
Figura 107: Ideograma Adninkra 127
Figura 108: Esquema de ventilação 131
Figura 109: Telha de ventilação 131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese do suporte teórico 34
Quadro 2: Síntese da legislação 77
Quadro 3: Legenda e quadro de áreas 101
Quadro 4: Comparativo 149

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa para dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio é reconhecida pela autora como um marco em sua vida profissional e acadêmica, que teve início da década de 1980 do século passado, quando se graduou como arquiteta e urbanista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Após a formatura, foi para Caracas, na Venezuela, e lá trabalhou como pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Central da Venezuela.

Na década seguinte, após o regresso ao Brasil, ingressou, por concurso público, no Banerj, Banco do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu a função de arquiteta. Na Gerência de Marketing, concebeu projetos de programação visual e, no Departamento de Engenharia, projetos de agências bancárias e departamentos.

O trabalho no Banerj fez com que a autora ganhasse experiência em projetos de arquitetura corporativa e comercial, tanto que, em 1999, após o fim do Banerj, passou a ser a arquiteta titular da ArteCriba Arquitetura & Design, empresa de sua propriedade que funciona até a presente data, sob a razão social ArteCriba Arquitetura Eireli Me.

A maior parte dos projetos elaborados pela empresa foi de imóveis comerciais localizados no Rio de Janeiro, muitos deles na Região Portuária. Foi assim que Cristina Barroso se aproximou dos sobrados, as edificações históricas tão presentes na paisagem carioca. Desde 2007, já foram executados mais de 50 projetos com esse perfil.

Com o desenvolvimento do trabalho, a autora decidiu aprofundar seus conhecimentos na área. Quando se inteirou da existência do curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU – UFRJ), soube que este deveria ser o caminho a ser conquistado: retornar à sua escola de formação para uma especialização.

Para homenagear a herança africana presente na Região Portuária, após conversar com o proprietário do imóvel localizado na Rua Senador Pompeu n.º 75, decidiu pela proposta projetual relacionada à criação do Centro de Referência do Movimento Social Negro.

As disciplinas Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio, divididas em obrigatórias e eletivas, aportaram subsídios inestimáveis para a evolução dos estudos. As obrigatórias são as de Ateliê e dividem-se em quatro.

O Ateliê 1, ministrado pelas professoras Rosina Trevisan M. Ribeiro e Maria Júlia Santos, tratou da intervenção em ambientes de patrimônio cultural edificado, incluindo edifícios e ambientes urbanos, e foi a base do curso. Com a introdução das normas para a redação do

trabalho científico e o enfoque teórico, através da leitura de textos dos precursores da restauração; do estudo das cartas patrimoniais, dos instrumentos de preservação dos bens culturais; e das diretrizes teóricas da restauração; houve subsídios para que o projeto fosse iniciado, com a elaboração da análise e do diagnóstico da edificação escolhida.

O ateliê foi primoroso e fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, tanto na parte teórica, quando foram apresentados os principais autores do século XIX e XX que tratam de restauração, quanto na parte técnica e projetual, com a apresentação e a análise de exemplos nacionais e internacionais na área de patrimônio cultural construído.

O Ateliê 2, das professoras Andrea Queiroz Rego e Virgínia Vasconcellos, abrangeu tanto a inserção do objeto histórico de estudo na paisagem como o processo de projeto, ao trabalharem os princípios teóricos que discutem a importância do contexto cultural e paisagístico e darem subsídios ao desenvolvimento da dissertação. Como contribuição efetiva, há de se ressaltar que foi durante o Ateliê 2, após o estudo do entorno, que a autora vislumbrou a possibilidade de ampliar o escopo da pesquisa com o intuito de incluir espaços livres para os eventos de maior público do Centro de Referência das Pautas Contemporâneas do Movimento Social Negro.

O Ateliê 3, apresentado pela professora Vera Regina Tângari e pelo professor Rogério Goldfeld Cardeman, trouxe reflexões e diretrizes a respeito de morfologia e estudos sobre a forma da paisagem em áreas patrimoniais, levantando o debate sobre a necessidade atual de revisão de conceitos agregados à construção dirigida da paisagem. O objetivo foi discutir, para o recorte espacial escolhido, os padrões de morfologia e os atributos geométricos da forma da paisagem, segundo a estrutura, a função e a transformação, visando a sua intervenção projetual.

O Ateliê 3 foi crucial para o desenvolvimento dos estudos da autora. A excelência da disciplina se fez notar a cada exercício proposto, na recomendação e fichamento de textos e nos exercícios de projeto. A professora Vera Tângari forneceu um modelo para a elaboração trabalho final da disciplina, a monografia. Com as devidas adaptações, este modelo serviu como base para esta proposta. No transcurso do Ateliê 3, a autora tomou a decisão de incluir na dissertação os dois espaços livres selecionados nos exercícios da disciplina.

As docentes Fabiola do Valle Zonno, Claudia Nóbrega e Ana Paula Polizzo promoveram o Ateliê 4, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do material para a etapa de Qualificação do Mestrado. Por meio da análise do diagnóstico, com base nos princípios e metodologias apresentados e com supervisão das professoras, algumas decisões projetuais foram modificadas. As professoras reforçaram conceitos de extrema importância para o projeto

desenvolvido pela autora, tais como a construção da problemática e a definição da ação projetual. Incentivaram a reflexão sobre as especificidades da pré-existência, para que fosse definida a questão principal frente ao bem.

Para apoiar a elaboração da pesquisa e ampliar seus conhecimentos na área de preservação do patrimônio cultural, a discente cursou dez disciplinas eletivas. Assistiu às aulas de Metodologia do Projeto de Restauro, do professor Jorge Alfonso Astorga Garros, sobre projeto de arquitetura e de restauração. O professor é titular de um dos melhores escritórios de projetos de restauração do Rio de Janeiro e foi generoso com os alunos. Forneceu o passo a passo para a realização das etapas de um projeto de restauro, com os arquivos digitais. A metodologia foi aplicada pela autora para a elaboração da proposta de dissertação e será utilizada no desenvolvimento de futuros projetos.

A discente assistiu à disciplina "Preservação do Patrimônio Cultural no Rio de Janeiro", ministrada pelo orientador desta pesquisa de dissertação, o professor Claudio Antonio Santos Lima Carlos, o qual trouxe valiosas contribuições ao trabalho. Por vários anos, o professor integrou o órgão municipal de proteção patrimonial do Rio de Janeiro; ademais, é pesquisador e analista da legislação de preservação, além de já ter produzido vasta bibliografia sobre o tema. Sua tese de Doutorado, "Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) – da idealização à banalização do patrimônio cultural carioca", de 2008, foi adotada como referência bibliográfica, assim como outros artigos.

Foram cruciais para a evolução dos conhecimentos teóricos os textos sobre sociedade, cultura e bem cultural, indicados pela professora Cêça Guimaraens, na disciplina de "Projeto e Gestão do Patrimônio", cursada na segunda etapa das matérias eletivas. A primeira leitura recomendada foi o livro "Seduzidos pela Memória", de Andreas Huyssen (2000), que analisa a recodificação do passado e os discursos de memória a partir de 1980, impulsionados pelo debate cada vez mais amplo sobre o Holocausto. Foi uma leitura complexa, que incentivou a discente, por analogia, a refletir sobre a experiência da escravidão no Rio de Janeiro e no Brasil.

Fez parte da segunda etapa a "Cadeira de Sistemas Estruturais", do professor e engenheiro Marcos Martinez Silvoso, que contribuiu para a compreensão da estrutura e dos elementos construtivos do bem patrimonial selecionado. O professor forneceu um modelo para a elaboração de artigo científico que foi de muita serventia para a elaboração dos textos no decorrer do Mestrado.

A seguir, a disciplina "Sustentabilidade e Patrimônio", ministrada pela professora Virgínia Vasconcellos, trouxe um entendimento sobre a importância da relação entre

preservação e sustentabilidade. Os conhecimentos adquiridos durante as aulas foram uma contribuição efetiva para a proposta projetual da dissertação.

A autora participou da disciplina eletiva de “Legislação e Normas”, com as professoras Rosina Trevisan M. Ribeiro, Juliana Pavan e com a colaboração de Ana Cristina Csepcsényi. Além do estudo da legislação e das normas de proteção, foram analisados projetos, selecionados pelos alunos, à luz das cartas patrimoniais. O estudo, dinâmico e interessante, possibilitou a observação da aplicação prática das cartas patrimoniais e elucidou algumas dúvidas sobre a legislação que incide sobre da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Em “Técnicas de Conservação e Restauro”, também promovida pela Professora Rosina Trevisan M. Ribeiro juntamente com professor Nelson Pôrto Ribeiro, o conteúdo transmitido foi de suma importância para a proposta de estudo e para o desenvolvimento da carreira de arquitetos que trabalham com o patrimônio cultural construído, como é o caso da autora.

Neste mesmo bloco, a discente participou da disciplina “Preservação da Arquitetura Moderna”, ministrada pela professora Claudia S. Rodrigues de Carvalho. Embora não estivesse diretamente relacionada com a Pesquisa da Dissertação, a motivação foi a admiração pelo trabalho da professora e pela sua dedicação ao estudo do Movimento Moderno. Além disso, o estudo ampliou o entendimento da autora no que diz respeito à preservação de bens patrimoniais construídos e provocou uma reflexão sobre sua a evolução.

No último módulo das eletivas, a professora Cláudia Nóbrega ministrou a cadeira “Pesquisa e Diagnóstico”, que apresentou técnicas e métodos de levantamentos arquitetônicos, pesquisa histórica e arqueológica. É importante ressaltar que a professora auxiliou a discente na interpretação dos dados obtidos na pesquisa e no diagnóstico, para a avaliação do estado real do bem escolhido.

E, para finalizar o bloco, houve a disciplina “Cidade Cultura e Memória”, ministrada pela professora Ethel Pinheiro Santana, com a proposta de suscitar uma dinâmica projetual e metodológica para o reconhecimento de estruturas conceituais a fim de garantir percepção e análise de espaços privados e públicos, do patrimônio cultural das cidades e do papel da memória como elemento de composição imagética dos lugares. Foi uma experiência rica e com muitos desafios, dada a complexidade histórica, cultural e social do território analisado nesta pesquisa: a Região Portuária do Rio de Janeiro.

Em junho de 2021, a autora participou do I Congresso Internacional de Estudos da Paisagem, em Maceió, Alagoas, cujo tema era “Patrimônios em Silêncio”. O evento foi realizado pelo Grupo de Pesquisa e Estudos da Paisagem da Faculdade de Arquitetura,

Urbanismo e Design da Universidade Federal de Alagoas e ocorreu de forma remota devido à pandemia do covid-19. A arquiteta americana Sara Zewde proferiu a palestra “Ecologias da Memória” sobre o projeto de intervenção urbana na Região Portuária do Rio de Janeiro, de 2010, intitulado *Valongo Wharf* (Cais do Valongo). Zewde é diretora fundadora do Studio Zewde, empresa sediada em Nova Iorque e que atua na interseção entre arquitetura paisagística, urbanismo e arte pública. Na sua fala, ressaltou a questão principal do seu projeto: o significado de projetar para a experiência negra. Foi interessante identificar pontos de convergência entre o projeto apresentado e o trabalho desenvolvido pela discente.

Após esta apresentação, pode-se concluir que, para a discente, todas as disciplinas desempenharam um importante papel na elaboração da dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio e que a participação e a aprovação no curso podem ser consideradas como um marco em sua vida profissional e acadêmica.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio (MPPP) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da escolha própria do objeto de estudo, entre os anos de 2020 e 2021, durante a pandemia do covid-19.

O objetivo geral da pesquisa é restaurar o sobrado localizado na Rua Senador Pompeu, nº 75, no Centro do Rio de Janeiro, adaptar o novo uso para o Programa de Centro de Referência, atender aos princípios da "perda mínima" e "mínima intervenção" e, com isso, preservar a integridade e a autenticidade das obras modestas. O imóvel escolhido como estudo de caso é protegido pela Área de Proteção do Ambiente Cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APAC-SAGAS).

Intenciona-se nele criar um Centro de Referência das Pautas Contemporâneas do Movimento Social Negro, embasada pela tradicional ocupação afrodescendente na Região Portuária, desde o século XVIII, quando abrigou o Cais do Valongo (figura 1). Em 2017, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial. O objeto de estudo (figura 2) está localizado à localiza a 450 metros de distância do bem cultural.

Figura 1 – Foto do Cais do Valongo

Fonte: Revista Valongo (2017)

Figura 2 – Localização

Fonte: Aero <www.1746.rio>, trabalhado pela autora (2021)

O imóvel é de propriedade do Instituto de Pesquisas e Ação Comunitária – IPAC. Trata-se de uma organização não governamental para projetos sociais, dentre os quais a Incubadora

Afro Brasileira, que tem como objetivo desenvolver o potencial econômico da população negra. As incubadoras de negócios geralmente utilizam modelos de gestão provenientes do sistema econômico.

Buscando atuar de maneira mais adequada ao seu público-alvo e quebrando paradigmas tradicionais de gestão, a Incubadora Afro Brasileira se coloca no limiar entre a economia de mercado e a economia social. Sua gestão prioriza a relação humana e solidária, focalizando no público que possui negócios com algum grau de vulnerabilidade social e que não é contemplado pelas incubadoras tradicionais. É a primeira incubadora de empresas com uma abordagem étnica no Brasil. Desde 2004, a Incubadora Afro Brasileira e a Incubadora de Empreendimentos Populares, projetos sociais desenvolvidos pelo IPAC, já incubaram mais de 100 empreendimentos na região portuária.

Em 2013, os proprietários do imóvel da Rua Senador Pompeu, 75, procuraram a autora desse memorial com o intuito solicitar a inscrição do imóvel no Concurso de Seleção do PROGRAMA PRO-APAC de apoio à conservação do patrimônio cultural edificado, promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O primeiro edital do concurso para a APAC-SAGAS foi cancelado, mas a arquiteta ficou conhecendo o importante trabalho desenvolvido pela Incubadora na Região.

Em 2018, devido à necessidade premente de obras de restauração, a edificação passou a ser utilizada somente para a guarda do acervo de projetos e de móveis e equipamentos. A Incubadora Afro Brasileira continuou a funcionar como um polo de produção de informações, análises e de transferência de tecnologia social em uma casa no Morro da Conceição. O atendimento a empreendedores passou a ser realizado através do Projeto Conectora de Oportunidades, em Campos Elíseos, Duque de Caxias.

Apesar dos problemas diagnosticados, havia a intenção de instalar o Centro de Referência das Pautas Contemporâneas do Movimento Social Negro no sobrado da Rua Senador Pompeu n.º 75 para a promoção de eventos, seminários, mantendo uma exposição permanente do acervo de imagens, vídeos e documentos de interesse público que o IPAC dispõe.

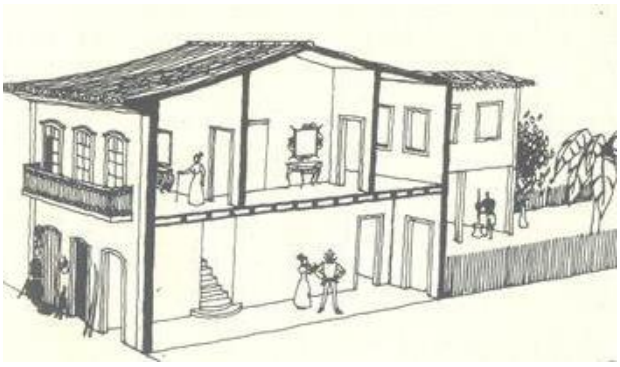
Com o objetivo de contribuir com o trabalho social desenvolvido pelo IPAC e com a conservação do patrimônio cultural da Cidade, a arquiteta decidiu apresentar essa ideia como proposta no Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após a defesa e mediante a autorização da Coordenação do Curso, a dissertação será entregue ao IPAC para que seja utilizada na captação de recursos que viabilizem a realização das obras para a instalação do Centro de Referência do Movimento Social Negro, preservando, assim, os registros dos projetos sociais recentes da Região Portuária, com a criação de um polo de memória, aprendizado e valorização da cultura negra.

Trata-se de um imóvel que ainda guarda muitas de suas características construtivas originais, com mais de um século e meio de idade, como pode comprovar o mapa *Plan of the City of Rio de Janeiro*, Brasil, de 1866, no qual o estudo de caso já aparecia assinalado. Foi realizada uma pesquisa no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e nele foi encontrado um projeto aprovado de reforma para a edificação de 1889.

Ao comparar a figura 3 e a descrição de Reis Filho (1978) com a edificação (figura 4), e, pela análise do projeto pesquisado, é seguro afirmar que se trata de sobrado com o padrão construtivo característico da virada do século XIX para o século XX, com paredes externas autoportantes; pisos de madeira com estrutura de barrotes; forros de madeira; telhado com telhas de barro francesas; prisma interno; esquadrias de madeira com duas folhas; almofadas; vidros e bandeiras fixas, sendo que, no primeiro pavimento, as bandeiras são em serralheria e, no segundo pavimento, são esquadrias de madeira e vidros fixos; fachada com elementos em cantaria; adornos e frisos em estuque; e gradis em ferro.

Figura 3 – Sobrado colonial



Fonte: Reis Filho (1978, p. 29)

Figura 4 – Vista do sobrado desde o Morro da Conceição

Fonte: Barroso (2019)

A partir dessa constatação, a pesquisa se depara com a sua questão central: é possível conservar, renovar e adaptar novos usos às obras modestas protegidas pelas APACs, sem atentar contra suas autenticidades e integridades, isto é, com perdas mínimas, para o uso de um Centro de Referência? De acordo com a Carta de Veneza, de 1964, a noção de monumento histórico estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

> Artigo 1 º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 1964, p. 1).

Conforme os parâmetros edilícios definidos no Decreto 7351/1988, é necessário que a volumetria dos imóveis inseridos na APAC-SAGAS seja preservada. A fachada, as esquadrias, o telhado e os prismas de ventilação devem ser mantidos e, caso necessário, restaurados.

Segundo as normas atuais, é permitido que o interior da edificação seja todo renovado, inclusive com a criação de mais um piso intermediário, desde que a nova laje fique a uma distância de três metros da fachada. Há um acréscimo na área construída. Mas, finalizada a intervenção, observa-se uma dissociação entre o exterior e o interior do imóvel. A fachada

transforma-se em um cenário, sem identificação com o interior da edificação, que perdeu os vestígios que remeteriam ao modo de viver do passado.

Segundo o conceito contemporâneo de patrimônio, no exercício da cultura no desenvolvimento das comunidades, consideram-se não só as qualidades estéticas do bem como um fim em si mesmo, mas também sua relação com o cotidiano da vida. As edificações históricas, mesmo as obras modestas, possuem aspectos sociais, ambientais e econômicos que devem ser considerados no âmbito do desenvolvimento sustentável.

> Cabe ressaltar que a partir da publicação da Carta de Veneza (1964 – artigo 5º), tornou-se consenso mundial que a melhor forma de conservação de bens culturais é a sua destinação a uma função útil à sociedade, desde que respeitadas as principais características físicas que embasam seu valor cultural em conceitos da teoria e história da arquitetura, relacionados à definição do que é tipologia arquitetônica, com seu respectivo rebatimento para a realidade da paisagem das APACs do centro da cidade (LIMA CARLOS, 2019, p. 3).

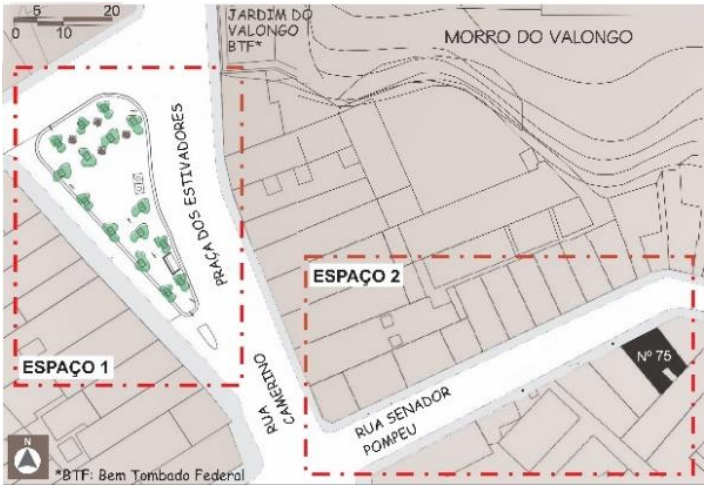
Dada a importância cultural dos aspectos externos e internos das edificações históricas, o objetivo do projeto de intervenção é a de reforçar os critérios de autenticidade e integridade do bem, preservando ao máximo todas as suas características originais remanescentes, com perdas mínimas, para adequá-lo ao novo uso proposto de Centro de Referência.

Trata-se de uma inciativa singela, em um imóvel preservado relativamente pequeno. Mas, ao ser constatado que há pelo menos 150 anos atrás ele já estava construído, esta inciativa se agiganta, principalmente quando se considera que a edificação está enquadrada em uma tipologia ainda tão presente na Cidade do Rio de Janeiro, o sobrado, cujas tipologias arquitetônicas, com seus respectivos tecidos sociais e urbanos, formam um todo indivisível e que o novo uso vai ao encontro das demandas sociais da região portuária.

Valorizar a autenticidade das obras modestas do Rio de Janeiro, inseridas em APAC, é resgatar a memória do carioca, apontando para um futuro mais justo, sustentável e de igualdade social.

Para o atendimento às demandas de implantação do projeto, fez-se necessária uma ampliação da área de abrangência, com a inclusão de dois espaços inseridos na mesma área de patrimônio cultural (figura 5).

Figura 5: Espaços livres selecionados



Fonte: Aero <www.1746.rio>, trabalhado pela autora (2021)

Essa ampliação é justificada pela expectativa de que os eventos de maior público do Centro de Referência aconteçam nos espaços selecionados. No trecho da Rua Senador Pompeu, a maioria das edificações é preservada. O perfil da Praça dos Estivadores é similar: ela é circundada por bens preservados, além de ter alguns tombados, como o conjunto arquitetônico e urbanístico do Jardim do Valongo.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, está descrita a discussão teórica sobre a preservação de uma obra modesta, considerando-a como um testemunho histórico em um sítio urbano. Foram estudados os textos dos autores lidos durante o curso, como o professor Lima Carlos, a professora Sharon L. Zukin, a professor Milena Kanashiro, o arquiteto Cyro Corrêa Lyra, o arquiteto e escritor Bernard Tschumi, dentre outros, além dos conceitos expressos na Carta de Veneza de 1964.

Estão apontadas as referências projetuais que apoiaram a elaboração da proposta de pesquisa, tais como soluções de restauração e de transformação de uso em sobrados, transformações urbanas em áreas patrimoniais em dois estados brasileiros, além de um exemplo internacional, que, apesar da diferença de escala, adotou uma solução de integração social que foi ao encontro da problemática da área estudada na dissertação (figura 6).

Figura 6: Vista aérea da Rua Senador Pompeu, esquina com a Rua Camerino

Fonte: Google Maps, trabalhado pela autora (2021)

O segundo capítulo é dedicado aos procedimentos metodológicos adotados para a fundamentação e o desenvolvimento do trabalho.

No terceiro capítulo, está descrito o estudo de caso. Inicia-se com o histórico da edificação e de seu entorno, para situar a sua evolução em relação à paisagem e à legislação de proteção. A partir dos registros históricos pesquisados, estão destacadas as principais características originais e são analisadas criticamente as alterações ocorridas ao longo da sua existência.

Em seguida, encontra-se a parte dedicada à análise e ao diagnóstico do bem. Para a conceituação do projeto deve-se se conhecer a paisagem onde ele está inserido, o entorno imediato, os espaços livres selecionados, a implantação no lote e a edificação em si. Além do estudo da transformação da paisagem, da estrutura morfológica, dos aspectos funcionais e do sistema de espaços livres, integram esta seção o levantamento métrico e fotográfico do objeto de estudo da pesquisa.

O quarto capítulo é composto pela proposta projetual, com as soluções encontradas pela autora como resposta às demandas da pesquisa. Para finalizar, são apresentados os resultados, a conclusão e os desdobramentos.

É importante ressaltar a estrutura teórica da dissertação. Dentro da linha de pesquisa de projeto de revitalização e restauração, o tema é o patrimônio cultural/arquitetônico. O objeto de

estudo é o projeto de restauração, com inserção de novo usos em obra modesta; o estudo de caso, o Sobrado da Rua Senador Pompeu, 75, Gamboa, Rio de Janeiro.

A questão é comprovar ser possível conservar, renovar e adaptar novos usos a uma obra modesta protegida pelas APAC, especialmente a APAC-SAGAS, sem atentar contra sua autenticidade e integridade, com perdas mínimas, para o uso de um Centro de Referência do Movimento Social Negro.

Como justificativa, pode-se afirmar que o uso a ser adotado para o imóvel imprime relevância à pesquisa através da criação de um polo de memória, aprendizado e valorização da cultura negra. Atualmente sem uso e em mal estado de conservação, o sobrado tem valor patrimonial. Está inserido em área de proteção do ambiente cultural e de influência do Cais do Valongo, na Região Portuária, achado arqueológico da última década por onde milhares de africanos escravizados ingressaram no país no século XIX.

Face ao exposto, podem ser elencados os seguintes objetivos específicos:

[1] valorizar a memória negra, elaborar o programa do Centro de Referência, alinhado com o contexto da Região Portuária e com o patrimônio imaterial da herança africana; [2] contemplar a acessibilidade universal; [3] apontar os critérios de sustentabilidade a serem adotados; [4] propor novo arruamento e reestruturação da praça dos estivadores, com vistas à melhor integração do bem à paisagem, reforçando o significado do lugar.

2 PRESERVAÇÃO DE UMA OBRA MODESTA, TESTEMUNHO HISTÓRICO EM UM SÍTIO URBANO

A elaboração do Memorial da Pesquisa de dissertação apoiou-se em fundamentação teórica, através de leituras e discussões de textos que abordavam a preservação de obras modestas inseridas em áreas históricas, [1] considerando-se os conceitos de autenticidade e integridade e a temática das relações entre os espaços livres e o patrimônio edificado; e [2] levando em conta os processos de transformação urbana e as intenções relacionadas a instâncias de patrimônio cultural.

Como o estudo de caso está inserido na APAC-SAGAS, Área de Proteção do Ambiente Cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo do Rio de Janeiro, para a construção do arcabouço teórico da dissertação, foi estudada a referência bibliográfica: LIMA CARLOS, Claudio A. S. Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural carioca. Tese (Doutorado em Urbanismo) – PROURB, Universidade Federal Fluminense – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

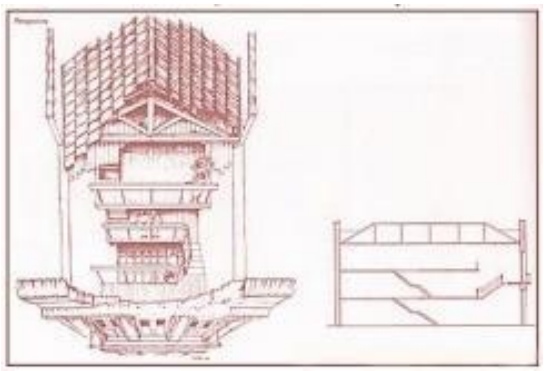
2.1 REFERÊNCIAS TEÓRICAS

A contribuição dessa leitura para a elaboração da dissertação foi teórica e histórica, pois ela analisa a prática da conservação urbana na cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1980 até os dias de hoje, a partir do surgimento do instrumento de proteção urbana inicialmente denominado Área de Proteção Ambiental (APA-1988) e efetivado no Plano Diretor da Cidade (1992) como Área de Proteção do Ambiente Cultural. O resultado da pesquisa apontou para o surgimento de distorções com relação à aplicação do instrumento de proteção urbana sobre o sítio da cidade, as quais resultaram em consequências distantes dos objetivos originais, afins à concepção contemporânea da conservação urbana.

Do mesmo autor, foi estudado o artigo "Atualização x integridade: Interiores de edificações protegidas em face dos parâmetros de intervenção previstos pela legislação do Rio de Janeiro", de 2019, para a discussão teórica sobre a conservação de obras modestas. Esse artigo aborda o tema da dissertação, que é a restauração de obras arquitetônicas modestas, considerando-se os conceitos de autenticidade e integridade, com perdas mínimas. É uma reflexão teórica referente aos resultados obtidos com as intervenções de conservação e atualização a que foram submetidas as edificações protegidas, balizadas pelos critérios edilícios introduzidos na legislação carioca a partir dos anos 1980, quando, através do Projeto do Corredor Cultural, se tornou possível a subdivisão dos pés-direitos originais para a criação de

novos pavimentos internos (figura 7). O artifício permitiu aumentar a área útil onde, anteriormente, não havia possibilidade de ampliação, em função da proteção das volumetrias originais. Mas incentivou o descarte completo dos arranjos internos e, consequentemente, a descaracterização das edificações.

Figura 7: *In*: "Como Recuperar, Reformar ou Construir seu Imóvel no Corredor Cultural", PCRJ, 1ª edição, 1985



Fonte: LIMA CARLOS. Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural carioca (2008)

Os motivos que explicam o assunto abordado pelo autor nesse artigo são esclarecidos no texto de Sharon L. Zukin, intitulado "Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana". A autora discorre sobre as políticas dedicadas à preservação do patrimônio cultural, afirmando que estas ações também servem para fins políticos e econômicos.

Além disso, ela explica que a ideia de que patrimônio cultural se expandiu, desde a década de 1970, e que o que antes era uma apreciação existencial de artefatos materiais transformou-se em um complexo processo multidimensional de produção de valor. Edifícios antigos e tradições regionais são vistos, atualmente, como recursos simbólicos, numa competição global pelo *soft power* da imagem criativa, que é como os países se valem de sua cultura para alavancar a si mesmos em um cenário global. Em vez de obstáculos à modernização que devem ser superados, os prédios históricos são vistos hoje como uma forma de "riqueza cultural", que pode ser utilizada para mudar o caráter moral de regiões abandonadas, atraindo novos grupos de interesse e círculos de clientes. Apresentando os dilemas do patrimônio cultural, Zukin afirma que uma designação como patrimônio, frequentemente, abala o ecossistema cultural dos bairros urbanos e desaloja usuários de longa data, mas não desafia o

compromisso governamental com o crescimento, que se apoia no uso do Estado para ajudar os construtores a produzir mais espaço rentável.

O artigo "A cidade e os sentidos: sentir a cidade", de 2003, da Professora Milena Kanashiro, também foi de grande apoio para o direcionamento da proposta da dissertação. O texto aborda o tema de como o espaço urbano é sentido através da percepção sensorial e analisa as contribuições dos sentidos na apreensão das qualidades espaciais dos ambientes construídos. Kanashiro afirma que as relações emocionais e de significação das cidades são constituídas por meio da percepção de nossos sentidos e que este é um possível caminho para a criação de lugares. Também enaltece a forma de construir e reconstruir os ambientes urbanos, incorporando a riqueza de nossas vivências e experiências emocionais, e afirma que o resgate destes elementos é essencial no processo de construção de cidades e na relação do homem e seu ambiente, já que que a percepção do espaço acontece tanto pelos sentidos como pela sinestesia desses sentidos integrados, pelo movimento, pela apropriação e pelo uso.

O projeto já ter um gestor definido, o Instituto de Pesquisa e Ação Comunitária, que procurou a arquiteta em 2013 para inscrever o imóvel em um edital da Prefeitura. É importante ressaltar qual foi o rebatimento desta ação na intenção da autora dessa dissertação, qual foi sua motivação ao abraçar a ideia de criar um polo de memória e valorização da cultura negra em um sobrado histórico da Região Portuária.

Segundo Lyra (2012, p. 57), a readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento. Atualmente, respeitando-se as restrições aos usos indevidos, elencados na legislação vigente, é permitido que esse tipo de edificação aloje atividades diferentes das originais, que eram de comércio e residência, funcionando quase que como um recipiente neutro. No caso estudado, esta neutralidade não existe. Conforme Honorato (2008, p. 37), os sobrados serviam de depósito para venda da população escravizada. Lucio Costa (1962, p. 9-10) declarou que "era ele que fazia a casa funcionar. O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça; era lavador automático, abanava que nem ventilador".

> Mas não foi apenas o trabalho que marcou a presença dos cativos na cidade. Karash[1] teve especial cuidado em mostrar as atividades dos escravos em seu tempo de descanso, momentos fundamentais para a construção de novos laços de identidade, através de situações como o Candomblé, a umbigada, capoeira, congada, o jogo do entrudo, dentre outros. Vale ressaltar que, na maioria dos casos citados acima, a dança e a música eram companhias importantes para escravos e forros, para quem até a morte era uma festa.

[1] KARASH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

De acordo com Sara Zewde (2021), ninguém sobrevive a uma raiva constante. Existe um sentimento de tristeza, integrado na vida cotidiana, junto com outras emoções. Escrever e cantar sobre sua dor, na alegria do samba, se torna parte da sobrevivência, o que pode comprovar o belo Samba Enredo de 1988 da escola de samba carioca Estação Primeira da Mangueira, de Turco, Jurandir e Alvinho, intitulado “100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão?”, no qual o refrão faz alusão à capoeira (figura 8): “o negro samba, negro joga capoeira, ele é o rei da verde e rosa da Mangueira”.

Figura 8: A capoeira

Fonte: Cultural Trip, trabalhada por Barroso (2021)

Segundo Tschumi (2005, p. 3), um conteúdo (o programa) pode qualificar um conceito. É, portanto, simbólico que o Movimento Social Negro ocupe uma edificação histórica do século XIX, como marco de novos tempos de justiça social.

Para atender às demandas do programa do Centro de Referência do Movimento Social Negro, fez-se necessária uma ampliação do tema, com a inclusão do estudo de dois espaços livres inseridos na mesma área de patrimônio cultural: um trecho da Rua Senador Pompeu e a Praça dos Estivadores, que tem em seu entorno bens preservados e tombados, como o Prédio do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, na Rua Camerino 66, e o Jardim suspenso do Valongo, na Rua Camerino s/n. Foram selecionados por estarem próximos ao Centro de Referência do Movimento Social Negro, na Rua Senador Pompeu n.º 75 e serão utilizados para a promoção de eventos temporários.

Os espaços livres estão inseridos em um conjunto urbano histórico que tem seu valor de memória reconhecido não só por possuir monumentos históricos significativos, mas por terem guardado suas principais características construtivas e por terem sido palco de relevantes transformações sociais ao longo do tempo. A seguir serão relacionados os autores lidos e a bibliografia utilizada como suporte teórico desta parte do trabalho.

A primeira leitura foi a de um artigo da Professora Vera Regina Tângari, do PROARQ, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, que tem como título “Espaços livres

públicos como espaços museográficos". A leitura trouxe contribuições teóricas e históricas para o trabalho. No texto, é explicitada a ideia de que as cidades brasileiras mais antigas, como o Rio de Janeiro, conservam, em certos trechos, estruturas fundiárias de padrões coloniais preponderantes até as décadas de 1950 e 1960. Esta afirmação vai ao encontro das características do tecido urbano da área de estudo selecionada para o trabalho da disciplina. Tângari (2005) afirma que as praças e os parques se articulam com a cidade e são a ela integrados devido ao caráter coletivo e ao significado social que possuem, estando suas configurações condicionadas ao conjunto urbanístico onde se inserem. Os dois espaços livres escolhidos para o desenvolvimento do trabalho estão carregados de significado social, a começar pelo nome de um deles: Praça dos Estivadores, onde está localizado o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários.

A segunda leitura é um capítulo do livro "Projeto e Patrimônio: reflexões e aplicações" e tem como título "A importância dos espaços livres na valorização do patrimônio edificado: projeto paisagístico para o campus do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins em São Cristóvão no Rio de Janeiro/RJ". É da mesma autora e tem como coautor o Professor Jonathas Magalhães Pereira da Silva. Trata-se de um resumo da argumentação e das diretrizes que orientaram o projeto paisagístico para o *campus* do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro, apresentando as prerrogativas em relação às determinações de preservação e valorização de patrimônio arquitetônico e paisagístico existentes na área, assim como as premissas da relação existente entre os espaços livres e a valorização desse patrimônio. Os autores ressaltam que a valorização dos espaços externos às edificações é a chave projetual para que possa acontecer o encontro, o convívio e a troca das pessoas que dele usufruem. Com contribuição histórica e teórica para o trabalho da disciplina, o texto apresenta diretrizes a serem utilizadas no projeto de revitalização dos espaços selecionados.

A área de estudo está localizada na Região Portuária do Rio de Janeiro, que foi cenário de grandes acontecimentos de nossa história, os quais têm grande carga dramática, principalmente em relação ao período da escravidão ocorrida no Brasil. Este é um tema que deve ser constantemente revisitado para que ele seja percebido com sensibilidade e respeito.

Além das obras relacionadas acima, para a definição das referências e da metodologia de projeto a ser aplicada, foram estudados mais três artigos: "O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba" (2017), de Marina Simone Dias; "Da Análise às Intenções do Projeto: Conceitos para o

Processo de Concepção da Paisagem" (2007), de Maria Elisa Feghali e Guilherme Lassance; e "Fundamentos para projetar espaços públicos confortáveis: indicador do conforto no espaço público" (2013), de Constanza Cabezas. Este último é um artigo sobre o guia criado pelos arquitetos espanhóis Enrique Mínguez Martínez, Pablo Martí Ciriquián e María Vera Moure, que aborda fatores a serem considerados no momento de projetar. Os demais autores consultados estão citados nas referências bibliográficas.

Quadro 1 – Síntese do suporte teórico

N.	Autor	Título do Texto	Ano	Conceito	Aplicação	Palavras-chave
01	Claudio S. Lima Carlos	Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) – da idealização à banalização do patrimônio cultural carioca	2008	Análise da prática da conservação urbana no Rio, desde a década de 1980 até hoje, com o surgimento das APACs	Teórica / histórica	Apac; Conservação Urbana; Patrimônio Cultural; Planejamento Urbano; RJ; Leblon
02	Milena Kanashi-ro	A cidade e os sentidos: sentir a cidade	2003	Como o espaço urbano é sentido através da percepção sensorial	Teórica / histórica	Arquitetura, desenho urbano, percepção ambiental
03	Vera Regina Tângari	Espaços livres públicos como espaços museográficos	2005	A importância dos espaços livres públicos nas transformações culturais da sociedade e na relação do homem com a natureza no meio urbano	Teórica / histórica	
04	Vera Regina Tângari	A importância dos espaços livres na valorização do patrimônio edificado: projeto paisagístico para o campus do ON e do MAST/RJ	2016	Preservação e a valorização de patrimônio arquitetônico e paisagístico através da sua relação com os espaços livres	Metodoló-gica / teórica	Paisagem urbana; patrimônio; espaços livres; ON; MAST

05	Marina Simone Dias	O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba	2017	O debate urbano contemporâneo e a crítica social como base conceitual. Espaços públicos como instâncias para práticas sociais e urbana. Diversidade, democracia e cidadania	Teórica	Urbanização; planejamento urbano; espaço público livre; espaço lúdico infantil; cidades humanas
06	Maria Elisa Feghali	Da Análise às Intenções do Projeto: Conceitos para o Processo de Concepção da Paisagem	2007	Identificadores de componentes e indicadores de qualidades da paisagem como ferramentas para a transposição da análise ao projeto	Metodoló-gica	Processo de concepção; paisagem; ensino
07	Constan-za Cabezas	Fundamentos para projetar espaços públicos confortáveis: indicador do conforto no espaço público	2013	Artigo sobre o guia dos arquitetos Enrique Mínguez Martínez, Pablo Martí Ciriquián e María Vera Moure	Metodoló-gica	Espaços públicos confortáveis; percepção; características do entorno

Fonte: Barroso (2021).

2.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

2.2.1 Parque los Pies Descalzos, Medelín, Colômbia

Figura 9: Vista do Parque Los Pies Descalzos

Fonte: <http://gardensofmylife.blogspot.com/2011/10/los-pies-descalzos-medellin.html>

CLIENTE: Fundación Empresas Públicas de Medellín.

FUNÇÃO: Gerar articulação estratégica entre os edifícios do entorno; gerar caminhos conectores e dinâmica para o espairecimento

CARACTERÍSTICA: Superfície contínua; uso público recreativo e cultural; conectado a um museu

PROJETO: Uribe de Bedout Arquitetos.

ARQUITETOS: Felipe Uribe de Bedout, Ana Elvira Vélez Villa e Giovanna Spera Velázquez.

DATAS: Projeto: 1997-1999 . Inauguração: 2000.

ÁREAS:

Lote: 38.550 m^2;

Espaço Público: 13.754 m^2;

Museu: 4.910 m^2.

Figura 10: Planta baixa esquemática do Parque Los Pies Descalzos

Fonte: <http://gardensofmylife.blogspot.com/2011/10/los-pies-descalzos-medellin.html>

Figura 11: Vista aérea Parque Los Pies Descalzos

Fonte: <http://gardensofmylife.blogspot.com/2011/10/los-pies-descalzos-medellin.html>

Figura 12: Visada do *Museo de Ciencia e Tecnologia*

Fonte: <http://gardensofmylife.blogspot.com/2011/10/los-pies-descalzos-medellin.html>

Figura 13: Visada do parque, desde o museu

Fonte: <http://gardensofmylife.blogspot.com/2011/10/los-pies-descalzos-medellin.html>

- **Análise da referência n.º 1:**

Medellín é uma cidade na Colômbia que apresentava altos índices de violência e graves problemas sociais. Na última década passou por transformações positivas e um dos aspectos que favoreceu esta mudança foi a adoção de um urbanismo social e inclusivo, com a valorização do espaço público, trazendo as pessoas para a rua, com vistas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Este posicionamento, onde a arquitetura e o urbanismo têm um papel crucial para a renovação a atmosfera da cidade, priorizando a inclusão social e a apropriação do espaço público pela população, poderia ser incrementado no Rio de Janeiro. A Região Portuária pode ser um excelente laboratório. E uma área que conta com entidades públicas, um hospital, escolas e creches, habitação, nos morros da Conceição e da Providência e nas cercanias da Praça da Harmonia, comércio e serviços. Algumas iniciativas podem ser indicadas, como a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, para transformá-lo em uma edificação com apartamentos subsidiados, escritórios e lojas e a utilização dos estacionamentos das entidades públicas como áreas de lazer nos fins de semana e feriados.

A proposta de projeto do *Parque Los Pies Descalzos* foi a criação de espaços livres públicos e lúdicos, que possam ser aproveitados por todas as faixas etárias. Este foi o potencial que foi identificado nesta referência, para ser aplicado no projeto de pesquisa da dissertação. Trata-se de um parque com uma grande área. Como referência projetual, foram selecionados os

jatos de água pulverizados, como elementos de operação. A adoção de um elemento lúdico, acessível para todos, para suavizar a rotina e trazer alegria e celebração para os cidadãos.

Mas, em se tratando de transformações urbanísticas positivas, com a adoção de medidas inclusivas de cunho social, há de se ressaltar a importância para o Rio de janeiro do achado arqueológico do Cais do Valongo. Ele não estava sendo procurado, mas, ao ser encontrado, revelou a face escravocrata da cidade.

França (2015) afirma que, baseado em registros portuários feitos ao longo de três séculos e meio, cerca de 2 milhões de africanos escravizados chegaram ao Rio, de acordo a um minucioso banco de dados criado pela Universidade de Emory, em Atlanta, nos Estados Unidos (figura 14).

Figura 14: Movimento dos navios de escravos através do Atlântico em 1810

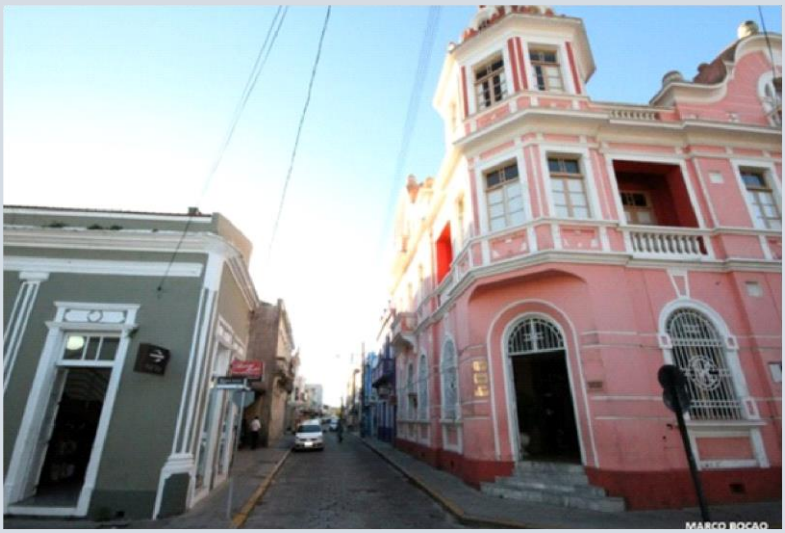
Fonte: < https://www.slavevoyages.org/>

Esta descoberta passou a ser um forte elemento de referência de todo o processo para os movimentos de matriz afro-brasileira, mudou a estrutura da Região Portuária e acabou consagrando-a como a Pequena África, com reflexos nas atividades culturais e turísticas. O Centro de Referência do Movimento Social Negro se integrará à vocação da área, em torno da herança africana.

Mesentier (2022) enfatiza que acima de tudo, o achado do Cais do Valongo fará a cidade se ver com outros olhos, para se enxergar escravocrata e racista. Deverá encarar esta realidade com profundidade, para rever e superar o racismo estrutural e o processo de exclusão gerado pela segregação socio espacial (informação verbal). Esse amadurecimento será de grande ajuda para o Rio de Janeiro, a fim de gerar transformações positivas e duradouras para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, como aconteceu em Medelín.

2.2.2 Laguna, Santa Catarina, revitalização da Rua Raulino Horn

Figura 15: Rua Raulino Horn, Laguna, Santa Catarina



Fonte: https://www.cdllaguna.com.br/principal-rua-do-centro-historico-sera-revitalizada/

REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Parceria IPHAN – PAC Cidades Históricas
Valor: R$ 18 milhões.
A rede aérea de energia, internet e telefonia será transferida para cabos subterrâneos.
A rua deverá ganhar calçadas e vias de rolamento com condições de acessibilidade.
Elevação das faixas de rolamento em todas as esquinas das ruas, para que fiquem no mesmo nível das calçadas; melhorando a circulação de pedestres e diminuindo a velocidade do automóvel.

2.2.3 São Luiz, Maranhão, requalificação da Rua Grande

Figura 16: Rua Grande, São Luiz, Maranhão

Fonte: <https://www.mobilize.org.br/noticias/11710/rua-historica-de-sao-luis-ma-e-revitalizada-para-pedestres.html>

REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

PAC Cidades Históricas – 01/08/2019.
Valor: R$ 36 milhões.
Novo piso de blocos intertravados, sistema de esgotamento sanitário, obras de drenagem profunda, instalação elétrica subterrânea e novo posteamento de iluminação pública.
Soluções urbanísticas e arquitetônicas que seguem os princípios de desenho urbano de acessibilidade universal. Retirada dos obstáculos, com redução dos desníveis de acesso aos imóveis para permitir a locomoção do pedestre sem restrições.

- **Análise das referências nºs 2 e 3:**

Os casos apresentados tratam da requalificação de centros históricos brasileiros e serviram como referência para o projeto de arruamento dos espaços livres selecionados pela autora.

Ambos foram inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma ação do Governo Federal iniciada em 2007, para a retomada do planejamento e execução de obras no país. Em 2013 foi criada uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, o PAC Cidades Históricas.

A problemática de implantação e desenvolvimento do programa não será apresentada nesta pesquisa de mestrado. Porém, os exemplos apresentados servem para enfatizar a importância das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural. Ações governamentais que seguissem esse modelo, sem dúvida poderiam trazer benefícios para o centro histórico carioca, para além do marketing imobiliário.

2.2.4 Centro de Referência da Música Carioca Artur da Távola

Figura 17: Jardim

Fonte: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (2021)

Figura 18: Vista

Fonte: Barroso (2021)

Figura 19: Edícula

Fonte: Barroso (2021)

- **Dados do imóvel**

Endereço: Rua Conde de Bonfim, 824, Tijuca, RJ.

Tipo: Palacete.

Uso inicial: Residencial.

Datas: Construção – 1921 / Inauguração do Centro Municipal de Referência da Música Carioca Artur da Távola – 2007.

Projeto de construção: arquiteto Gaspar José de Souza Reis.

Projeto de restauro: GAP, Grupo de Arquitetura e Planejamento – Professor Alfredo Britto.

Tombamento municipal: Decreto 13.946/1995.

Decreto Municipal de Desapropriação: 14.707/1996, para transformação em equipamento cultural.

Estilo: Eclético, com inspiração no período medieval francês.

Conformação original: edificação de dois pavimentos e torreão, em centro de terreno com três testadas, exuberante jardim, com o rio Maracanã passando nos fundos do terreno e com edícula destinada à lavanderia, habitação de funcionários e garagem.

Demandas do projeto de restauração e transformação de uso: restauração das construções para implantação do Centro de Referência da Música Carioca, com estúdio de gravação, salas de exposição, administração, construção de prédio anexo, para abrigar auditório e salas de aula e recuperação do jardim e das áreas externas.

Figura 20: Planta de localização

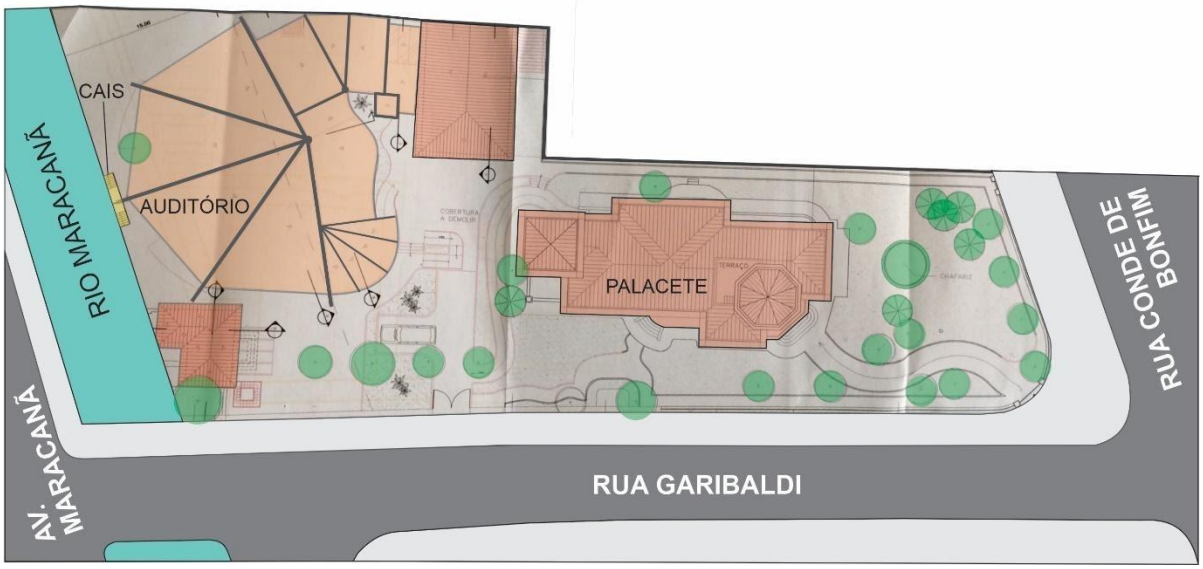
Fonte: Processo administrativo 02/276.001/2004

Figura 21: Projeto de revisão do PAA 8520

Fonte: Processo administrativo 02/003.365/2004

Para atendimento às demandas projetuais, devido à transformação de uso, foi construída uma nova edificação nos fundos do terreno que abriga o auditório denominado Sala Maestro Paulo Moura (figura 22).

Figura 22: Planta de situação



Fonte: Projeto de aprovação do processo administrativo 02/276.001/2004, trabalhado pela autora (2021)

A concepção do auditório atendeu ao princípio da reversibilidade em um projeto de restauro (figuras 23 a 28), mais precisamente quando se trata de uma intervenção em entorno de bem tombado. Segundo Brandi (2004, p. 48): "[…] o terceiro princípio da restauração se refere ao futuro: ou seja, prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras".

- **Exterior da Sala Maestro Paulo Moura**

Figura 23: Fachada frontal

Figura 24: Projeto estrutural

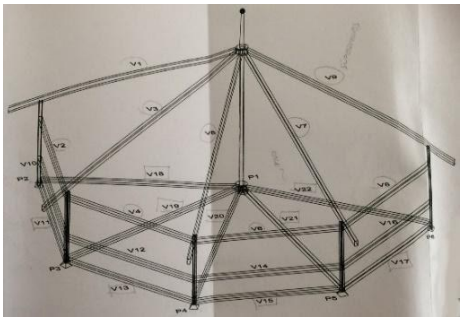


Figura 25: Fundos

Figura 26: Integração

Figura 27: Fachada lateral

Figura 28: Cais

Fonte: Barroso (2021)

Porém, após a pesquisa do processo de aprovação 02/276.001/2004, pode-se afirmar que a reversibilidade do projeto também é decorrente de a construção ter sido instalada na faixa marginal do Rio Maracanã, uma vez que em Faixa Non Aedificante só são toleradas estruturas não permanentes.

- **Análise da referência n.º 4:**

Aparentemente o Centro de Música Carioca não se relaciona com o estudo de caso da proposta de dissertação, já que se trata de um palacete tombado do início do século XX, em centro de terreno, enquanto o imóvel da Rua Senador Pompeu, 75, é um sobrado preservado do século XIX, erguido sobre um lote colonial, colado nas divisas. Exceto por uma característica crucial e comum aos dois: a especificidade do uso como Centro de Referência e a demanda por espaço para reuniões que este uso requer.

Portanto, ao analisar a referência, encontra-se a justificativa para a ampliação da pesquisa de mestrado, com a utilização dos espaços públicos selecionados: a Praça dos Estivadores e o trecho da Rua Senador Pompeu contíguo ao estudo de caso. Agrega-se o fato de que as atividades a serem desenvolvidas no Centro de Referência do Movimento Social Negro estão totalmente alinhadas com a história e a memória da Região Portuária do Rio de Janeiro, que já foi chamada de Pequena África.

2.2.5 Instituto Casa do Choro, Rio de Janeiro

Figura 29: Perspectiva Casa do Choro

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/802647/instituto-casa-do-choro-atelie-de-arquitetura-plus-alfredo-britto-plus-b-ac?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>

Endereço: Rua da Carioca 38, Centro, RJ.

Área: 980,00 m^2. **Terreno:** 10,00 x 21,00.

Datas: Construção – 1902. Inauguração do Instituto Casa do Choro – 2015.

Conformação original: três pavimentos

Projeto restauro: Alfredo Britto/Ateliê de Arquitetura – Anna Backheuser/Elaine Fachetti B/AC – João Pedro Backheuser.

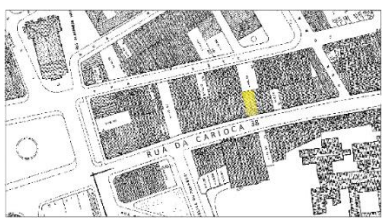
Tombamento: Sítio Cultural da Rua da Carioca, 1983.

Natureza: bem cultural de natureza material. **Tipo:** Conjunto Urbano.

Ato estadual: Processo n.º E-03/037.709/1982.

Legislação Municipal: Decreto n.º 37.273 de 12/6/2013.

Figura 30: PAA 10.600



Fonte, PCRJ, trabalhado pela autora (2020)

PROGRAMA:

1º PAVIMENTO: Recepção, auditório p/ 100 pessoas.

2º E 3º PAVIMENTOS: Acervo da Escola de Choro; centro de pesquisa; estúdio, salas de aula, sanitários.

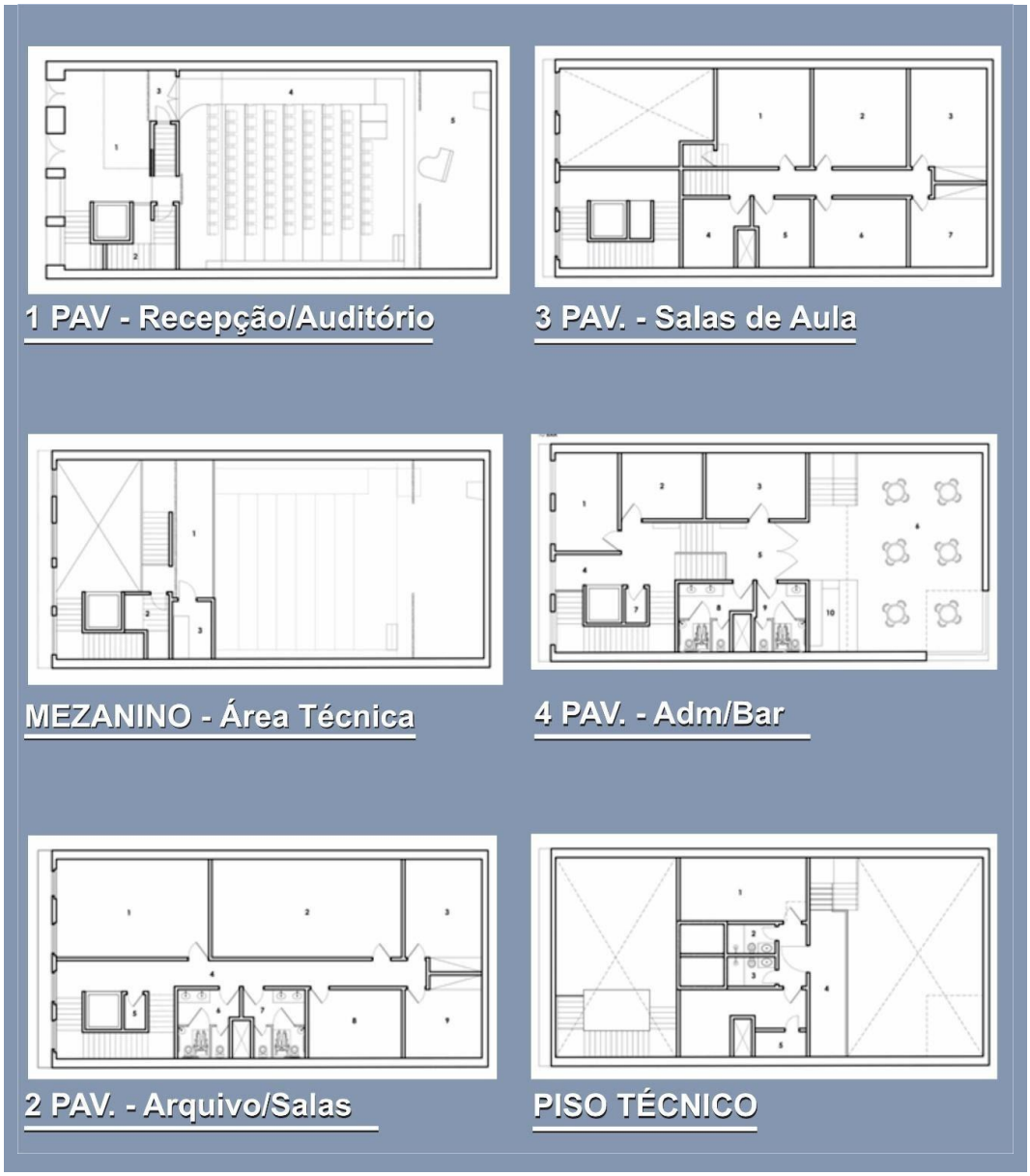
4º PAVIMENTO: Diretoria, Administração; Espaço multiuso, bar, sanitários.

PISO TÉCNICO.

CIRCULAÇÃO VERTICAL: Escada metálica e elevado

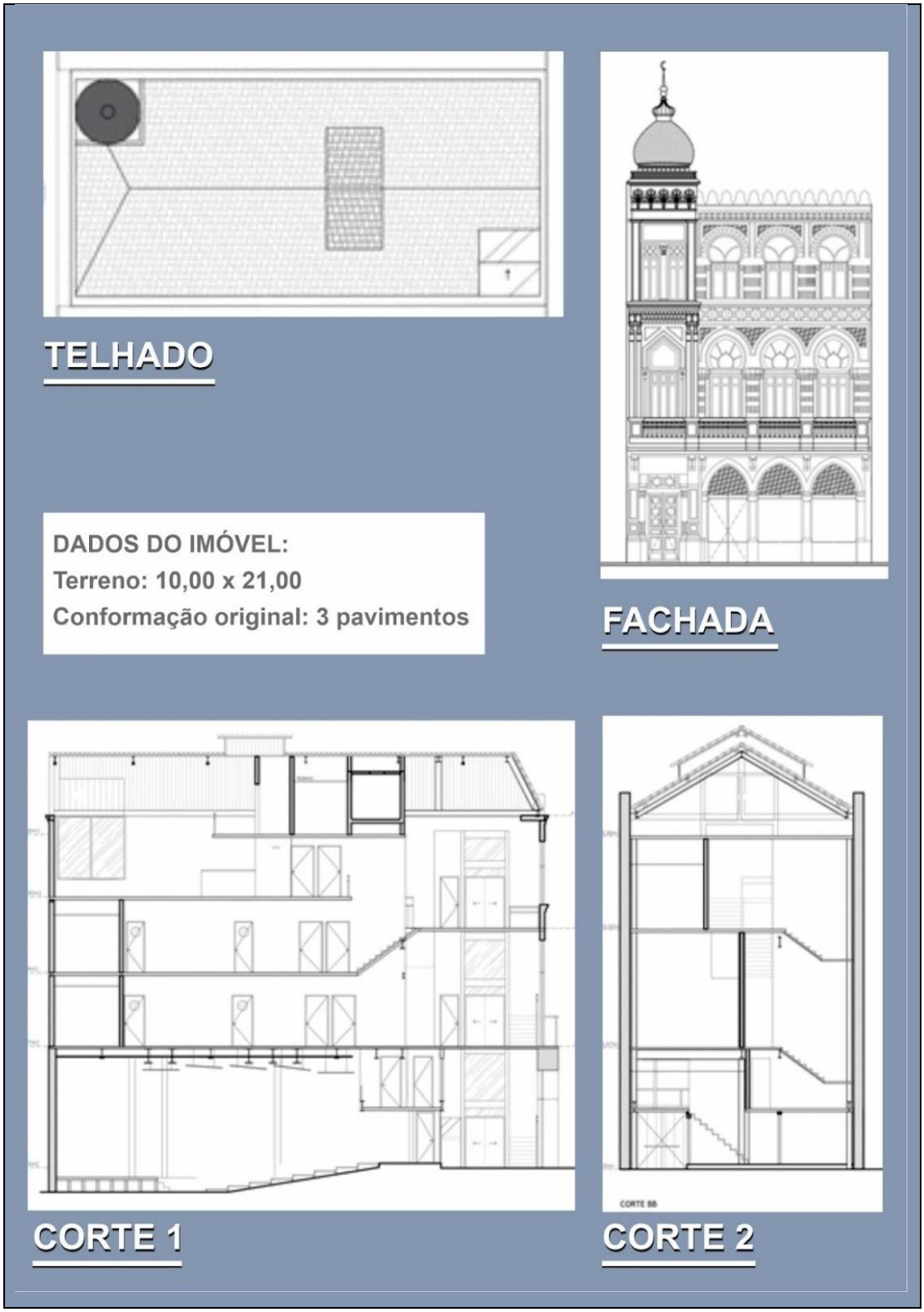
- **Projeto:**

Figura 31: Projeto Casa do Choro



Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/802647/instituto-casa-do-choro-atelie -de-arquitetura-plus-alfredo-britto-plus-b-ac?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects

Figura 32: Projeto Casa do Choro



Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/802647/instituto-casa-do-choro-atelie-de-arquitetura-plus-alfredo-britto-plus-b-ac?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects

Figura 33: Fachada Casa do Choro

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/802647/instituto-casa-do-choro-atelie-de-arquitetura-plus-alfredo-britto-plus-b-ac?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>

PLANO DETALHADO

Sobrado integrante de um conjunto arquitetônico tombado, com fachada eclética, de inspiração mourisca, tendo sido chamado de “Mourisquinho” (figura 32). A volumetria, a cobertura com a cúpula e a fachada principal com seus adornos em massa, detalhes em ferro e esquadrias em madeira foram restauradas a partir de prospecção e pesquisa de material fotográfico. Foi um trabalho criterioso, que utilizou verba do BNDES. Não foi possível averiguar qual o estado e qual era o uso antes da intervenção.

O uso original era composto de loja no térreo e habitação nos pavimentos superiores. O imóvel foi restaurado e reabilitado para a implantação um novo uso: um local para o ensino, a prática e a produção do choro, gênero musical genuinamente carioca.

ALTERAÇÕES REALIZADAS:

retirada dos elementos internos remanescentes;

introdução de uma estrutura metálica independente, que ficou aparente, estabelecendo uma relação de contraste com o antigo;

nova organização espacial interna, com a subdivisão dos pés direitos e a criação de mais um pavimento.

Figura 34 e 35: Fotos internas Casa do Choro

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/802647/instituto-casa-do-choro-atelie-de-arquitetura-plus-alfredo-britto-plus-b-ac?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects>

Figura 36: O chorinho

Fonte: <https://diariodorio.com/23-de-abril-tem-chorinho-por-todo-o-rio-de-janeiro/>

"O choro é a alma musical do povo brasileiro."

Villa Lobos

- **Análise da referência n.º 5:**

Existem algumas semelhanças entre os projetos de restauração e transformação de uso da Casa do Choro e do Centro de Referência do Movimento Social Negro. Ambos os imóveis são sobrados de predominância do Ecletismo, integrantes de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural do Centro do Rio de Janeiro. Os projetos têm objetivos similares, como a preservação do bem material, o sobrado, e do bem imaterial, o Choro e a memória do Movimento Social Negro na Região Portuária. A restauração da fachada e do telhado foi feita de forma criteriosa e deve ser considerada como um exemplo a ser seguido. O ambiente interno do bar do quarto pavimento (figura 34) poderá ser utilizado como referência para o projeto de decoração do imóvel da Rua Senador Pompeu, 75.

De acordo com a pesquisa realizada, os princípios do projeto da referência foram o de recuperar a volumetria de imóvel, integrante do conjunto arquitetônico tombado da Rua da Carioca, respeitando a pré-existência e consagrando seu uso à salvaguarda do Choro, para perpetuar a presença da música na Rua da Carioca, bem imaterial tão característico do entorno.

Segundo os autores, foi criado "um edifício dentro do outro", com o contraste entre o antigo e o novo, já que em algumas paredes o tijolo maciço original foi deixado aparente, sem revestimento, e a estrutura metálica nova foi destacada com pintura na cor goiaba. Os demais materiais utilizados foram piso em concreto moldado, madeira de demolição e revestimentos tipo laminado. Deveria ser realizada uma visita ao imóvel para averiguar a possibilidade de reversibilidade. Mas, analisando-se o projeto pesquisado, é possível afirmar que a alteração realizada tenha sido de caráter definitivo.

A reorganização dos espaços internos é uma solução que está normatizada nos projetos de restauração no Rio de Janeiro, mas promove a destruição do interior da edificação e o desrespeito à pré-existência do imóvel histórico. Segundo Carlos (2021), esta prática de descarte pleno dos interiores proporciona fenômenos conhecidos como fachadismo e cenografia urbana. As normas do novo código de obras da cidade, Lei Complementar 198/2019, consolidaram e ampliaram as "vantagens" proporcionadas pela legislação existente das APACs, possibilitando um considerável ganho de área útil e o aumento das densidades de ocupação originais das edificações. Este é um paradoxo que deve ser enfrentado pelos arquitetos, legisladores e população carioca, com muito estudo e ações afirmativas, para garantir a preservação do patrimônio cultural da cidade e estancar a destruição.

A proposta do projeto de dissertação é a de conservar a volumetria interna original. Como existem ainda alguns elementos originais da época da construção, faz-se necessária uma avaliação criteriosa para o manejo destes itens em relação à nova organização espacial interna. Após a pandemia do covid-19, talvez seja uma sábia, econômica e sustentável decisão conservar os pés-direitos altos, os prismas e as claraboias dos imóveis centenários, para garantir a ventilação natural dos ambientes.

2.2.6 Galeria Scenarium, Rio de Janeiro

Figura 37: Fachada

Figura 38: Fachada da galeria restaurada

Fonte: <https://www.galeriascenarium.com.br/>

- **Dados do imóvel**

Endereço: Rua do Lavradio, 13/15, Centro, RJ.

Área aproximada: 1.200,00 m^2.

Datas: Construção – 1874 / Inauguração da Galeria Scenarium – 2013

Projeto restauro: arquiteta Betânia Rohr.

Proteção: Lei 1139/1987 do Corredor Cultural.

Características principais: fachada azulejadas; janelas circundadas por cantarias em todos os pavimentos; gradis em ferro fundido, sendo que, no 2º pavimento, são ondulados.

Usos: exposições, cerimônias, comemorações, eventos corporativos e cursos. Esta utilização dos ambientes como espaços reversíveis está de acordo com as diretrizes do projeto de restauração da dissertação.

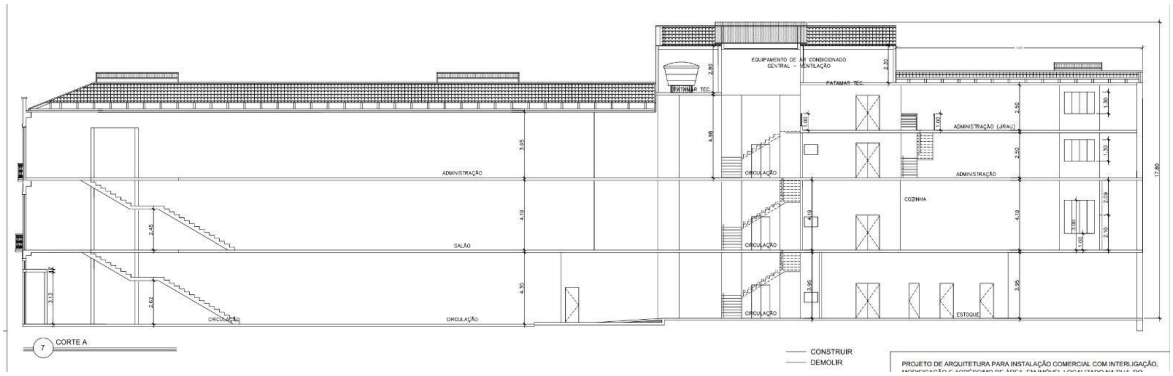
LOCALIZAÇÃO:

Figura 39: Vista aérea da galeria

Fonte: Google Maps, trabalhado pela autora

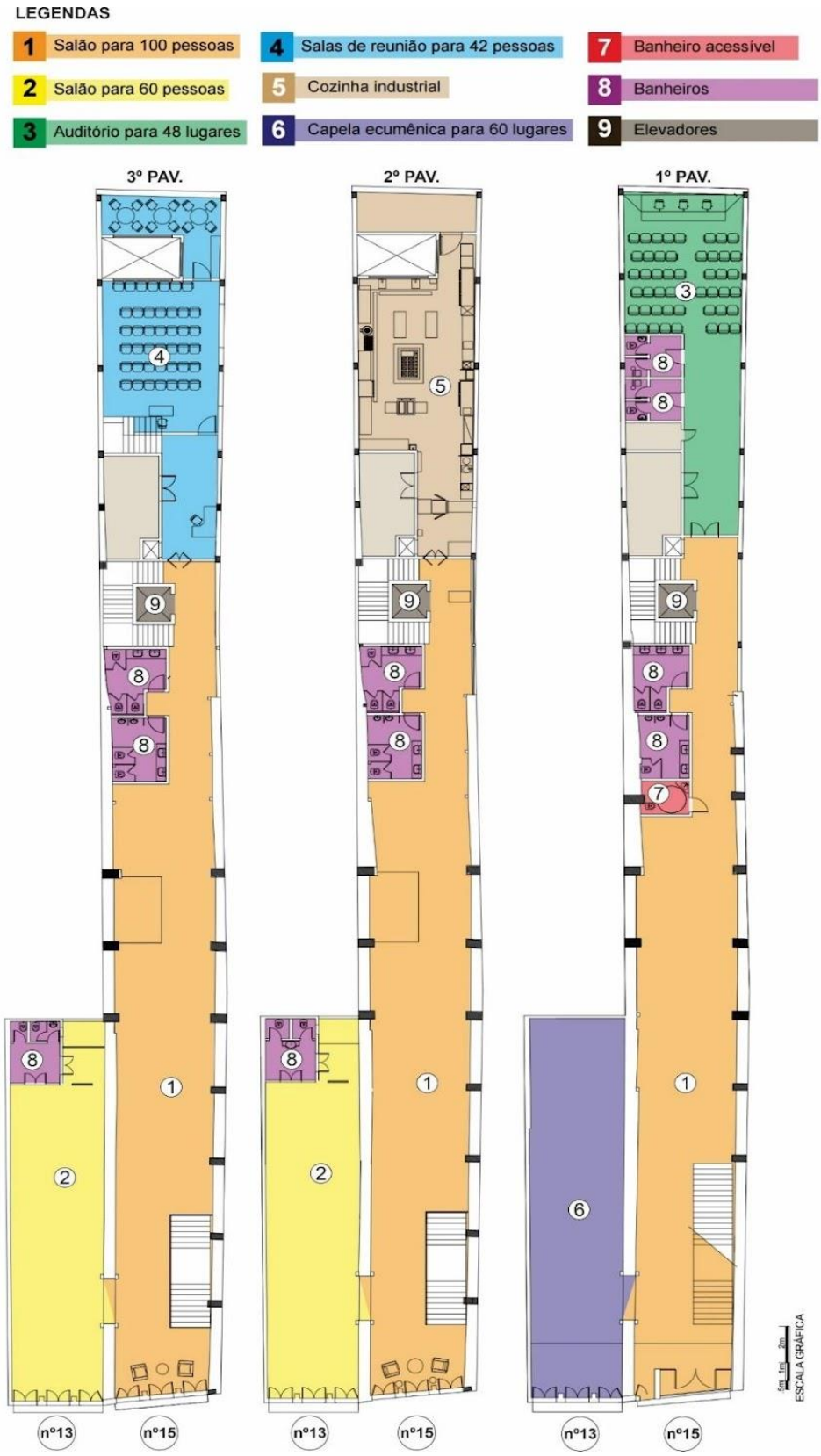
PROJETO:

Figura 40: Corte do projeto da galeria



Fonte: Arquiteta Betânia Rohr (2013)

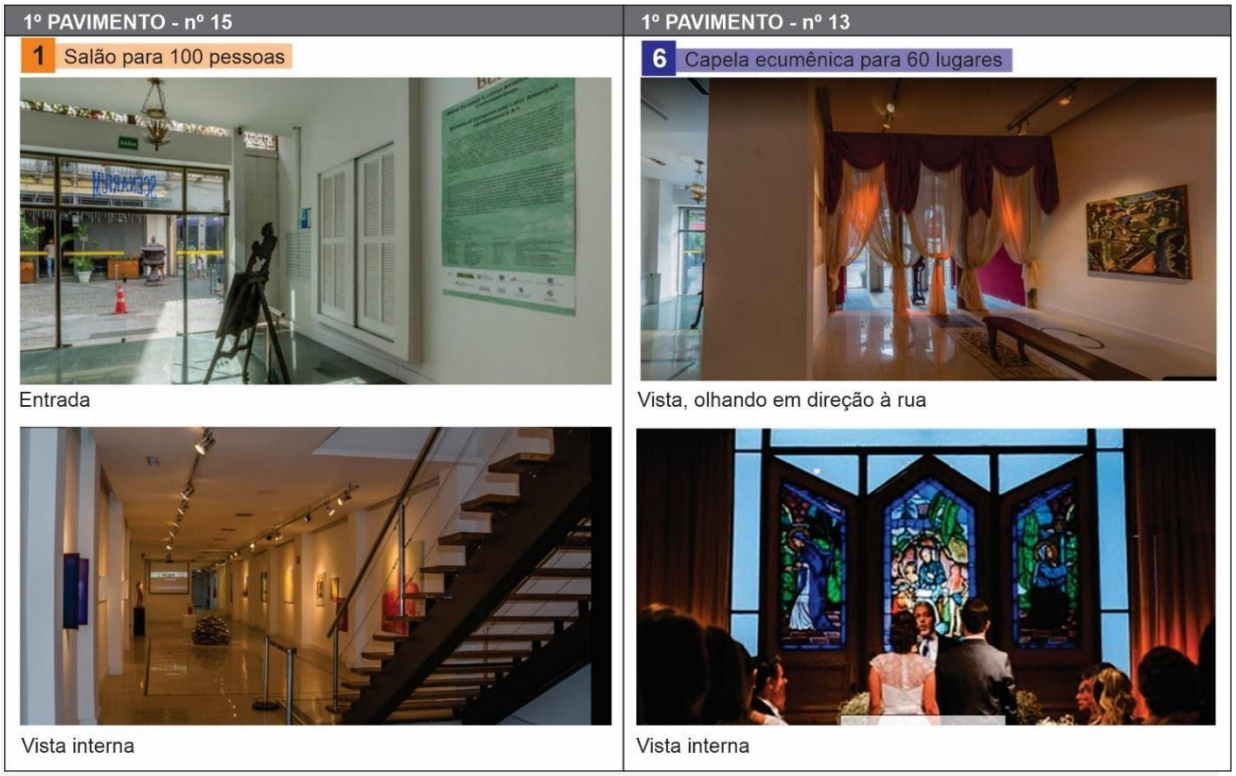
Figura 41: Plantas do projeto de arquitetura da galeria

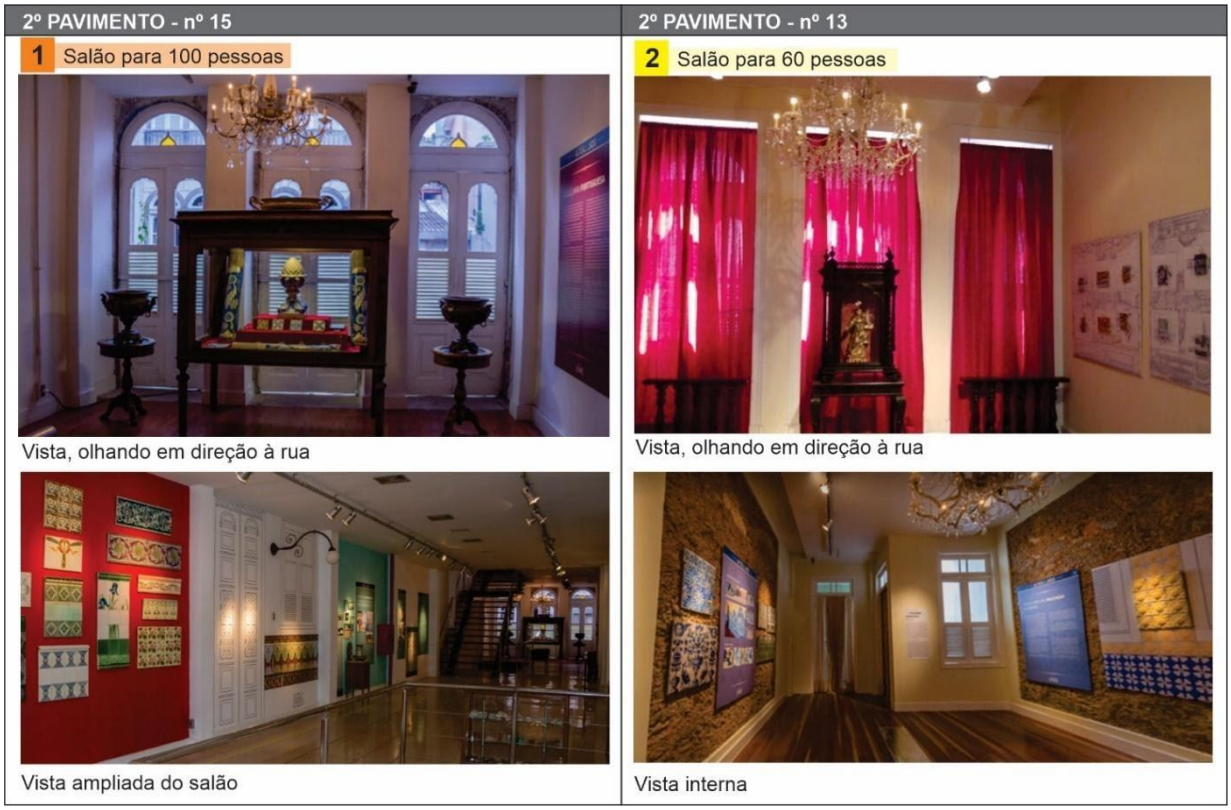


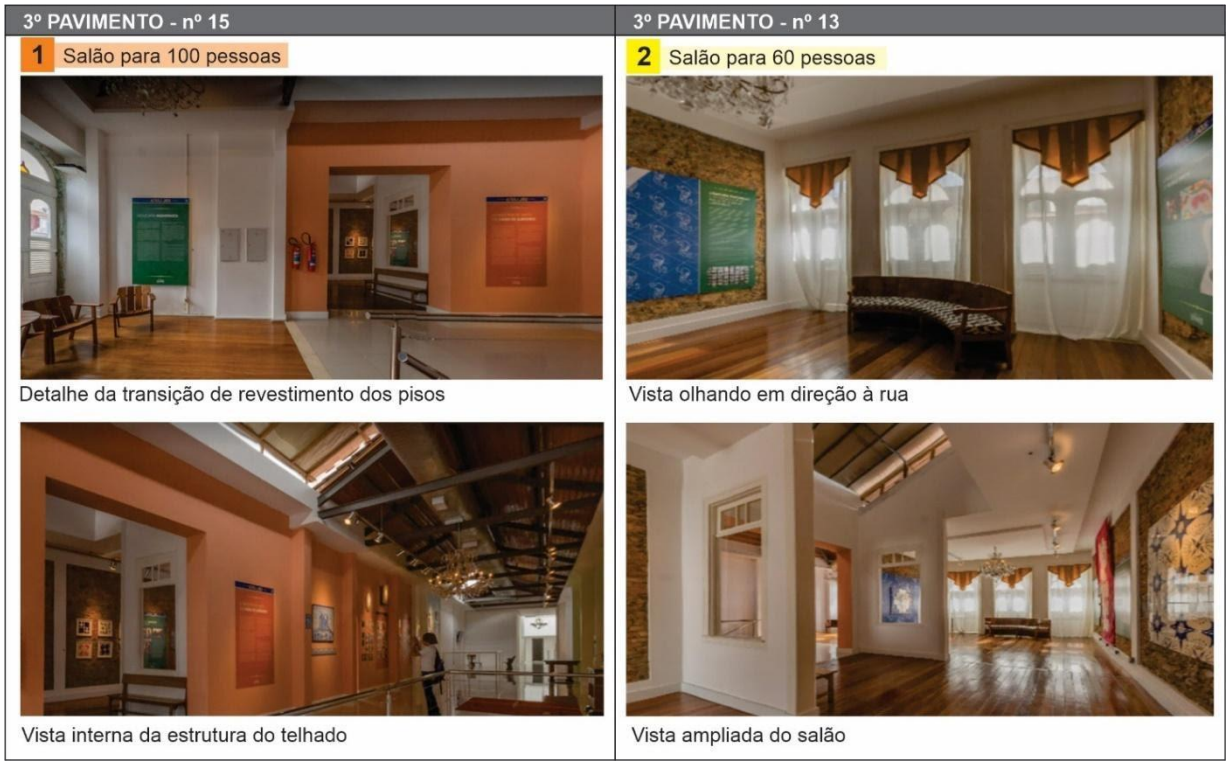
Fonte: <https://www.galeriascenarium.com.br/>

- **Levantamento fotográfico**

Figura 42: Levantamento fotográfico da galeria







Fonte: https://www.galeriascenarium.com.br/

INFRAESTRUTURA:

Salões nos três pavimentos: capacidade para 160 pessoas; no total, 480.

Térreo do n.º 13: Capela Ecumênica, com altar.

2º Pavimento: Cozinha industrial.

Acessibilidade total, com elevador, sinalização especial e banheiros acessíveis nos pavimentos.

Banheiros masculinos e femininos em cada andar.

1º e 3º Pavimentos: salas de reuniões.

- Análise da referência n.º 6:

A Galeria Scenarium está instalada em dois sobrados na rua do Lavradio, no Centro do Rio. Embora tenha três pavimentos, fachada azulejada e uma área construída superior ao imóvel de dois pavimentos da Rua Senador Pompeu, 75, é a referência que mais se alinha com a proposta projetual desenvolvida nesta dissertação.

A reforma do sobrado foi criteriosa, com completa restauração da fachada azulejada e do telhado e com a manutenção da volumetria interna original; ou seja, não houve a subdivisão

dos andares, exceto pela criação de um piso intermediário nos fundos do terceiro pavimento. Boa parte dos materiais de construção originais foram mantidos, restaurados, como os pisos de madeira no segundo e no terceiro pavimentos do imóvel de n.º 13. Em alguns ambientes, os tijolos maciços das paredes estão aparentes, mas não são em grande quantidade. Este recurso, a princípio, não será utilizado na restauração do Centro de Referência do Movimento Social Negro.

Nas portas de entrada, foram instaladas esquadrias metálicas com vidros lisos, elementos que estão em harmonia com os demais itens do projeto.

Os telhados receberam reforço em estrutura metálica.

Foi construída uma nova escada em estrutura metálica, conforme a exigência do Corpo de Bombeiros, para edificação de três pavimentos.

As cores utilizadas na decoração interna foram o salmão e o branco, com algumas superfícies em vermelho, o que aporta dramaticidade ao ambiente.

A escolha do mobiliário foi muito apropriada, com poucas e belas peças antigas, de madeira maciça, que trazem imponência e sobriedade aos imóveis geminados.

Foi elaborado e implantado um projeto de iluminação interna, com trilhos e spots, condizente com o novo uso de galeria de arte. Porém, em pontos estratégicos, foram instalados lustres com design antigo, grandes, com pingentes de cristal, que valorizam os ambientes.

As cortinas brancas, translúcidas, com bandos na cor ocre, dão privacidade, mas permitem que as esquadrias originais sejam visualizadas.

Por se tratar de uma galeria e espaço para eventos, a maioria dos ambientes está livre de mobiliário. A organização do espaço dependerá do evento a ser programado, o que também poderá ocorrer no imóvel da Rua Senador Pompeu, 75.

No primeiro pavimento da Galeria Scenarium, está localizada a capela ecumênica, que pode ser utilizada para a celebração de matrimônio.

Na proposta projetual, no primeiro pavimento, está programado o espaço do sagrado, do lado direito, junto à entrada, o qual pode ser usado para oferendas aos orixás, como um ato simbólico de evocação de proteção para os frequentadores.

A Galeria Scenarium foi inaugurada em 2013, com a exposição permanente denominada “Azul Cobalto – Azulejos e Memórias”, com curadoria da arquiteta Cristina Lódi e consultoria da especialista em azulejaria portuguesa, a professora e arquiteta Dora Alcântara. Esta iniciativa trouxe cultura e vitalidade para o espaço, que tem a sua fachada revestida por azulejos (figura 43).

As atividades do Centro de Referência terão por objetivo a valorização da cultura e da memória afro-brasileira na Região Portuária.

Figura 43: Detalhes dos azulejos da fachada da Galeria Scenarium

Fonte: Google Maps, trabalhado pela autora (2021)

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa para a dissertação caracteriza-se por ser, primordialmente, uma pesquisa histórico-documental, principalmente em relação ao estudo de caso, o Sobrado da Rua Senador Pompeu, 75. Para que fosse desenvolvida, foi necessária a realização de pesquisas bibliográficas e documentais, com consultas a arquivos e bibliotecas físicas e virtuais; obras literárias, teses e dissertações a respeito do tema; além de reportagens de jornais regionais, documentos e decretos, leis municipais, estaduais e federais, para que fossem estudados os parâmetros edilícios. Também se apoiou em um trabalho de campo, com visitas à edificação, para a realização do levantamento métrico e fotográfico.

Porém, em relação ao entorno da edificação, também pode ser caracterizada como uma pesquisa qualitativa. Foi definido como cenário uma faixa que varia entre 350 e 400 metros de largura, tendo como eixo a Rua Camerino. A partir desta definição, esta pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira parte foi inventarial, composta por materiais, tais como mapas, desenhos e fotografias históricas e atuais relativas à evolução e aos aspectos da paisagem, para o estudo das características físico-morfológicas, culturais, patrimoniais e de uso. A segunda parte foi de análise da área de estudo e seu contexto, por meio da elaboração de observações, levantamentos e mapas relativos aos temas levantados. Foram observados usos e fluxos, vegetação, topografia e elementos construídos.

Os meios utilizados para fundamentação e desenvolvimento do trabalho foram as pesquisas de campo, com visitas à área de estudo em diferentes dias e horários, para a realização de levantamentos fotográficos e mapeamentos. As análises morfológica e tipológica contribuíram para melhor compreensão da sua paisagem, segundo estrutura, função e transformação.

Cabe ressaltar que a autora desenvolve projetos na área Região Portuária desde 2010. Para visitar os clientes e as obras, sempre priorizou a caminhada como meio de locomoção, com o objetivo de engajar o corpo na percepção dos espaços e para as urgências indicadas pelas sensações, atentando para a tessitura multissensorial da experiência.

Pelos argumentos expostos anteriormente, por sua caracterização, pode-se concluir que se trata de uma pesquisa de estrutura mista.

3.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como metodologia de trabalho de pesquisa para a Dissertação, inicialmente foi elaborado o levantamento histórico do edifício, da época da construção e das intervenções sofridas. Houve a programação de uma avaliação preliminar, para que fosse possível definir quais são as principais características físicas que chancelam seu valor cultural e quais os critérios a serem adotados para a conservação do edifício.

Através de observação e registro nas visitas realizadas ao imóvel, foi elaborado o levantamento métrico e fotográfico, com a identificação dos materiais de construção empregados, dos sistemas construtivos e estruturais e das patologias existentes para a confecção do mapeamento de danos. A maior parte do trabalho de campo, com a elaboração de mapas, plantas e registros fotográficos que buscam observar o contexto cultural do local, foi realizada em 2019, antes das limitações impostas pela crise sanitária do covid-19.

Após a coleta de dados e do estudo de exemplos similares, para que fosse definido um padrão de comparação, foi possível iniciar a análise do estado e da durabilidade dos materiais e sistemas construtivos. A comparação dos elementos obtidos na pesquisa histórica com os dados levantados no diagnóstico foi de grande valor para a definição do resultado encontrado.

Sobre as alvenarias autoportantes, no mesmo "Manual de Conservação" do IPHAN, consta a afirmação que estes elementos constituem material autônomo, que não necessitam de nenhum outro elemento de estruturação.

Como uma limitação da pesquisa, é importante relatar que não foram verificados os alicerces da edificação. Mas, segundo Vasconcellos (1979), nas construções de alvenaria, sejam de pedra, sejam de tijolo, os alicerces são quase sempre de alvenaria de pedra e barro, empregando-se pedras tão grande quanto possível, bem acamadas e calçadas com pedras menores. No *Manual de Conservação Preventiva para Edificações* do IPHAN, as fundações para esse tipo de edificação estão descritas como fundações corridas, formadas por embasamento de alvenaria que distribui as cargas sobre o terreno.

Não foi possível vistoriar os tubos de queda de águas pluviais nem o telhado, mas este pode ser fotografado desde o Observatório do Valongo, localizado no Morro da Conceição.

Os critérios de sustentabilidade adotados foram o econômico, ao considerar-se que a restauração e a posterior conservação regular de um bem patrimonial cultural, com as características do objeto de estudo, requerem menos recursos do que se fossem consideradas sua demolição e a construção de um novo edifício; o sociocultural, já que a intenção é a criação

de um Centro de Memória do Movimento Social Negro da Região Portuária; e de acessibilidade, pois existe a previsão de instalação de equipamentos de transporte vertical e de banheiro acessível para pessoas com deficiência.

Foram pesquisados projetos de restauração de edificações integrantes de APACs no Rio de Janeiro que pudessem aportar informações e soluções interessantes para o desenvolvimento da proposta projetual, as quais foram apresentadas no capítulo anterior.

Foram consultados o *Manual de Obras em Edificações Preservadas da Prefeitura do Rio de Janeiro* (1991); o *Manual de Conservação Preventiva para Edificações* (1999); o livro *Conservação e Restauro – Arquitetura Brasileira*, organizado pela arquiteta Marcia Braga; e o livro *Arquitetura no Brasil – Sistemas construtivos* (1979), de Sylvio de Vasconcelos, UFMG.

Como referência, foram utilizados os artigos do professor Cláudio Antonio Santos Lima Carlos, orientador da mestranda: "Renovação Urbana Contida por Formas Históricas" (2007), Belo Horizonte; e "Interiores Sob Risco: Parâmetros de intervenção previstos pelo novo Código de Obras do Rio de Janeiro para edificações protegidas" (2019), publicado no III Simpósio Científico do ICOMOS-Brasil, Belo Horizonte/MG.

Para analisar a relação entre o objeto de estudo e os espaços livres, foi estudada a metodologia do projeto paisagístico para o campus do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins em São Cristóvão, RJ, apresentado no artigo sobre o campus da professora do PROARQ Vera Tângari, já citado, assim como os projetos de alguns dos discentes de anos anteriores do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio.

No texto *Da Análise às Intenções do Projeto: Conceitos para o Processo de Concepção da Paisagem,* Feghali demonstra como os identificadores de componentes da paisagem e de qualidades da paisagem se revelam importantes ferramentas de auxílio para a transposição da análise ao projeto. Estes conceitos possibilitam a integração de diferentes dimensões do espaço: morfológica, comportamental e sensorial, que permitem ao projetista uma análise não só interpretativa, mas também valorativa dos contextos de intervenção.

Constanza Cabezas, no artigo "Fundamentos para projetar espaços públicos confortáveis: indicador do conforto no espaço público", apresenta o estudo sobre os fatores que influenciam no conforto urbano e que devem coincidir em um espaço público para alcançar seu máximo aproveitamento, tais como fatores acústicos, de iluminação, temperatura, entre outros.

Como apoio para proposta de intervenção, foi feita uma pesquisa para a definição das referências de projeto.

A leitura do artigo “O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba”, de autoria de Marina Simone Dias, foi importante para o entendimento das necessidades e potencialidades da área pesquisada.

4 RUA SENADOR POMPEU N.º 75

4.1 HISTÓRICO DO BEM E DE SEU ENTORNO

4.1.1 A evolução histórica da paisagem

Nesta etapa do trabalho, avaliam-se as transformações ocorridas na paisagem da área de estudo, abordando-se alguns dos principais aspectos que a conformaram, relacionados especialmente às políticas urbanas e legislações edilícias recorrentes. O recorte temporal se inicia pelo século XVIII, chegando aos dias atuais.

Conforme Lamarão (1984, p. 27), a expansão das atividades portuárias na Cidade do Rio de Janeiro desempenhou um papel de grande importância na ocupação e no povoamento da Região do Valongo. Até 1770, o desembarque dos negros escravizados se dava na Praça XV, antiga Praia do Peixe. Eles eram negociados na Rua Direita, atual Rua 1º de Março. Mas a presença dessa população e as atividades que ali se desenvolviam incomodavam os frequentadores da região. Por este motivo, em 1774, o Vice-Rei do Brasil, Marquês de Lavradio, transferiu o desembarque para a Região do Valongo (figura 44). Este fato pode ser considerado como um marco histórico para a evolução da região Portuária Carioca, muito embora estivesse baseado na compra e venda da triste carga dos navios negreiros (GERSON, 2015, p. 172).

Figura 44: Traçado do Morro da Conceição, 1769, trabalhado pela autora

Fonte: <objdig.ufrj.br>

De acordo com a *Revista Valongo*, uma publicação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 2017, o Cais do Valongo foi construído em 1811 pela Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto, o mercado de escravos se intensificou a partir da construção do cais, que, entre fins do século XVIII e as três primeiras décadas do século XIX, foi a porta de entrada de 500 mil a 900 mil cativos africanos, conforme as estimativas do sitio *Slave Trade Data Base* (www.slavevoyages.org).

O Brasil foi destino de pelo menos 40% de todos os africanos que chegaram vivos às Américas. Desses, 60% entraram pelo porto do Rio, o que torna a cidade o maior porto escravagista da história. Os escravos que morriam em viagem eram enterrados em valas comuns no Caminho da Gamboa, posteriormente denominado Rua do Cemitério, Rua da Harmonia e, finalmente, Rua Pedro Ernesto, onde hoje está localizado o IPN – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.

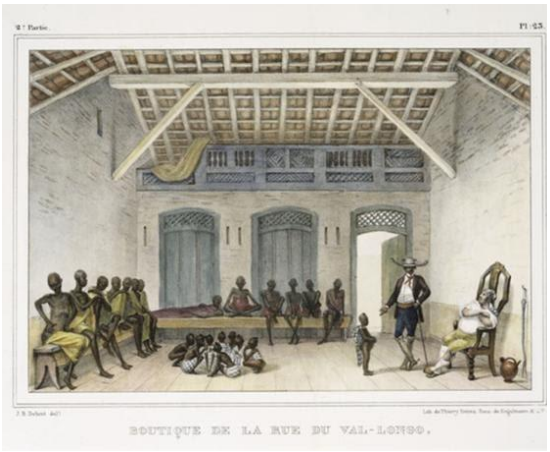
Tão logo desembarcavam dos navios negreiros, nus e enfermos, os escravos eram levados aos depósitos improvisados na Rua Camerino, onde aguardavam compradores. Segundo Gerson (2015, p. 172), a rua era conhecida como Valongo (figura 45) ou por sua semelhança com uma região nos arredores da cidade do Porto, em Portugal, ou por ser o nome de um antigo morador; não se sabe ao certo. Ligava o Cais do Valongo ao Largo do Depósito, atual Praça dos Estivadores, que abrigava armazéns de engorda e venda de escravos e artigos relacionados à escravidão.

Figura 45: Rua do Valongo, Thomas Ender, 1817

Fonte: IPHAN (2017)

Nesta época, os sobrados da Rua Camerino e adjacências eram utilizados para o comércio de escravos (Figura 46), como a Casa da Dona Florinda Josefa Gaspar (Figura 47), na Rua Barão de São Félix, 94, que, segundo o IPHAN, era uma angolana traficante de escravos.

Figura 46: Pintura de Debret, a loja da rua do Valongo



Fonte: <https://terapiapolitica.com.br/2021/04/09/lacos-angola-brasil-a-presenca-de-africanas-livres-no-rio-de-janeiro/>

Figura 47: Casa da Dona Florinda Josefa Gaspar

Fonte: Milton Guran (2017)

> O chamado "mercado" não era uma grande construção ou espaço coletivo usado para negociar como muitos acreditam, mas casas comerciais separadas, situadas dos dois lados de algumas ruas. (...) em toda a Prainha essas casas existiam a tal ponto agremiadas, que se poderia assegurar que metade das lojas ou pavimentos térreos da localidade eram ocupados por armazéns de escravos, incluindo nessa estatística o escritório dos corretores (HONORATO, 2008, p. 74-75).

As sucessivas obras foram apagando os traços dos períodos anteriores. Sobre esses aspectos, Gonçalves (2012) cita a obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, de Pierre Nora (1993): "Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza […]". A partir do fragmento de texto, entendemos que o processo de produção social de memórias é configurador do lugar, que é atravessado por duas ordens de realidade, a tangível e a simbólica.

Em 1831, ocorreu a proibição do tráfego negreiro e o Cais do Valongo foi fechado. E, em 1843, foi remodelado com requinte para receber a Princesa da Casa Reinante de Nápoles, Tereza Cristina de Bourbon, noiva do futuro Imperador D. Pedro II, e passou a se chamar Cais da Imperatriz (figura 48). A rua foi rebatizada como Rua da Imperatriz.

Figura 48: Cais da Imperatriz

Fonte: <https://diariodorio.com/história-do-cais-do-valongo-2/>

Conforme Gerson (2015, p. 175), o Valonguinho, o Valongo e a Gamboa rapidamente adquiriram as mesmas características da Prainha, com armazéns e trapiches de importação e exportação. As ruas vizinhas ao mar recebiam calçamento e os proprietários de chácaras em áreas próximas à orla passaram a se interessar pela urbanização de seus terrenos.

> Depois, cruzando a Visconde da Gávea, estende-se a Senador Pompeu (Tomás Pompeu de Sousa Brasil, destacada figura do velho Senado Imperial) – tão comprida que começa na Conceição, ao pé do morro do Valongo, e só termina nas imediações do morro do Pinto. Era a Príncipe dos Cajueiros de antigamente, já habitada também por figuras da nobreza como o ministro visconde de Itaboraí e a marquesa de Sapucaí, antes de abrigar, na passagem do século XIX para o XX, um tipo de residências coletivas para trabalhadores já fora de uso entre nós e das quais as últimas existentes são as que nela subsistem, tão mal conservadas e algumas prestes a caírem aos pedaços (GERSON, 1955, p. 237).

As funções desta região foram desde local de pesca até comércio de escravos provenientes da África; armazenamento de mercadorias de transações portuárias; comércio de firmas; e residência de trabalhadores do porto, estrada de ferro e comércio. Na primeira metade do século XIX, o crescimento econômico da cidade, caracterizado pelo desenvolvimento das atividades portuárias, constituiu um dos principais motivos para a atração de mão-de-obra e consequente aumento da população da cidade, o que também gerou reflexos na busca por moradias próximas à Zona Portuária (CARDOZO, 2009, p. 7). A partir de 1890, a população já era composta de trabalhadores e proprietários de chácaras e quintas, o que formou a característica residencial, remanescente até hoje. À medida que a população aumentava, as

habitações coletivas implicavam piores condições de higiene nas moradias. De 1850 a 1898, a enseada da Gamboa foi foco de febre amarela.

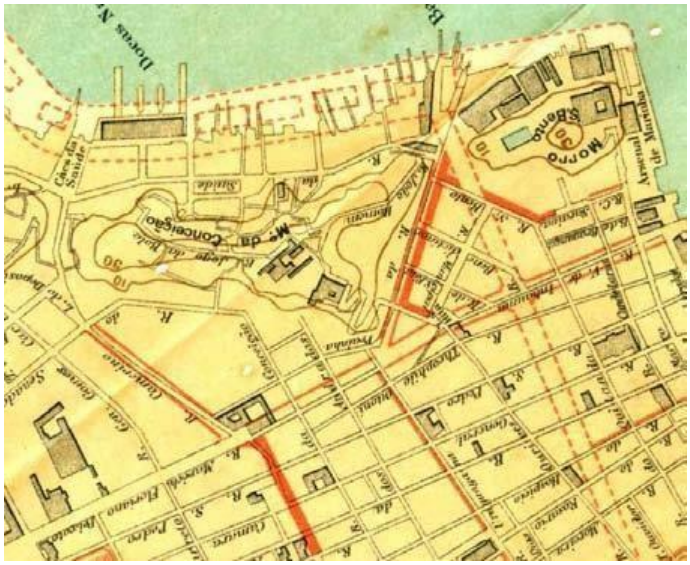
De 1850 a 1870, foram apresentados numerosos projetos para o porto (cais, molhes, docas, armazéns, aterros, ramais ferroviários, maquinário para carga e descarga), que visavam atender as crescentes necessidades do comércio de exportação e importação da cidade. Nesse período, então, iniciou-se a proliferação dos cortiços, moradias coletivas, localizadas nas freguesias mais antigas do centro e, sobretudo, em sua periferia imediata. O aparecimento deste tipo de habitação está relacionado ao aumento do fluxo migratório de trabalhadores rurais e estrangeiros para a cidade e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos.

De acordo com o *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: bens tombados* (2014), publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Senador Pompeu, existem três exemplares dessas habitações coletivas, construídos no final do século XIX e tombados pelo decreto 6.057/1986. São cortiços de dois pavimentos, de números 34, 43 e 51. Os proprietários viam na crise habitacional uma alternativa para a exploração de aluguéis.

Após a Proclamação da República, muitos símbolos imperiais foram abolidos. O Largo do Depósito passou a chamar-se Largo da Redenção. Virou Praça dos Estivadores em 1904. A mudança se deu após a fundação do Sindicato dos Estivadores, que fica nas redondezas do local, onde ocorreram conflitos entre sindicalistas e policiais durante manifestações dos trabalhadores.

Entre 1902 e 1906, o então Distrito Federal teve como prefeito Pereira Passos, que realizou grandes reformas urbanas (figura 49). Algumas obras foram custeadas por recursos federais. Com estas obras, os traços da escravidão foram apagados. Foi criado o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado pela Comissão de Melhoramentos dirigida por Pereira Passos, entre 1875 e 1876, que o implementou, cerca de 30 anos depois, na condição de prefeito. Consistia em obras de salubridade e saneamento; criação de praças e parques, na abertura de novas ruas e no alargamento e no prolongamento de algumas ruas já existentes; retificação e embelezamento de logradouros; canalização de rios e remodelação arquitetônica das edificações; tinha como principal objetivo a solução dos problemas de circulação viária. De Paoli (2013, p. 51) discorre sobre o Plano de Melhoramentos de Pereira Passos. Este período pode ser caracterizado como uma verdadeira onda de modernidade.

Figura 49: Intervenções urbanas propostas por Pereira Passos



Fonte: www.brazilbrazil.com adaptado por Cardozo (2009)

A Rua Camerino teve seu traçado modificado e prolongado para 432 metros de extensão (figura 50). Sua largura foi ampliada para 17 metros, o que acarretou a desapropriação de numerosos prédios. A Ladeira do Valongo recebeu melhoramentos com a construção de um conjunto paisagístico denominado Jardim Suspenso do Valongo (figura 51).

Figura 50: Rua Camerino

Fonte: <https://www.facebook.com/fotosantigasdoriodejaneiro/>

Figura 51: Jardim Suspenso do Valongo

Fonte: <https://www.soniarabello.com.br/patrimonio-historico-ecultural-o-morro-da-conceicao-e-o-jardim-suspenso-do-valongo-2/>

- **Século XXI**

Um século depois, em 2011, as obras de reurbanização do Projeto Porto Maravilha permitiram o resgate do sítio arqueológico do Cais do Valongo (Figura 52).

Figura 52: Cais do Valongo[2], 2012

Fonte: http:<//portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>

Houve a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (figura 53) para valorizar pontos marcantes da memória afro-brasileira.

Figura 53: Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana

Fonte: Mapa do Guia das APACs, da PCRJ, trabalhado pela autora

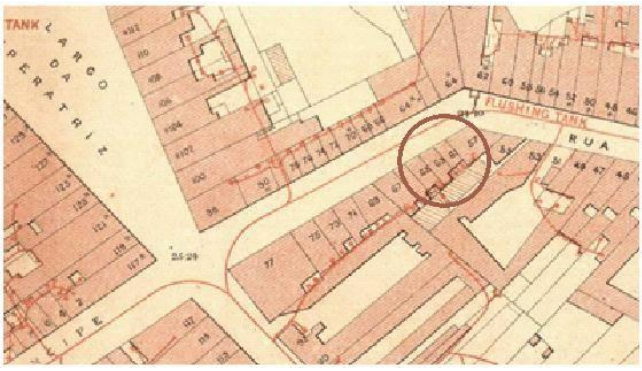
[2] Em maio de 2019, o IDG – Instituto de Desenvolvimento e Gestão, com a assessoria técnica do Iphan, iniciou a primeira fase das obras de conservação do Cais do Valongo, que contemplarão acompanhamento arqueológico, restauro das ruínas, limpeza, higienização, conservação e consolidação do sítio arqueológico. Além do restauro das ruínas, a previsão é a de que ocorra a instalação de um museu a céu aberto ao redor do sítio arqueológico. O local receberá iluminação cênica monumental, sinalização direcional e sistema de segurança por câmeras. (https://www.mundolusiada.com.br/cultura/docas-dom-pedro-ii-no-cais-do-valongo-sera-restaurado-para-abrigar-centro-da-heranca-africana-no-rio/)

Em 2009, a Lei Municipal Complementar n.º 101 instituiu a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, denominada Operação Urbana Porto Maravilha, uma parceria público-privada. Foi delimitada a Área de Especial Interesse Urbanístico, AEIU do Porto, com uma área aproximada 5 milhões de m². Para viabilizar operação, a lei definiu o aumento do potencial de construção dos imóveis em algumas áreas. Para construir, o investidor deveria comprar os CEPACS – Certificados de Potencial Adicional Construtivo, e o valor arrecadado seria administrado pela Caixa e investido em obras e serviços na região. Porém, conforme notícia publicada na página 14 do jornal *O Globo*, em 3 de julho de 2018, as CEPACs afinal não foram vendidas, e o Fundo de Investimentos Imobiliários Porto Maravilha ficou insolvente. Mas a região foi palco de grande transformação urbana, que pode ser considerada, sem dúvida nenhuma, como outra onda de modernidade.

4.1.2. Levantamento dos registros históricos do bem

Foi localizado o mapa *Plan of the City of Rio de Janeiro*, Brasil, de 1866 (figura 54), onde, à folha 5, o estudo de caso já aparecia na Rua do Príncipe (atual Rua Senador Pompeu), sob os números 61 e 63. De acordo com o plano, o imóvel de número 61 possuía um pátio descoberto aos fundos do seu lote.

Figura 54: Plan of de City of Rio de Janeiro, Brasil. Rua do Príncipe, 1866

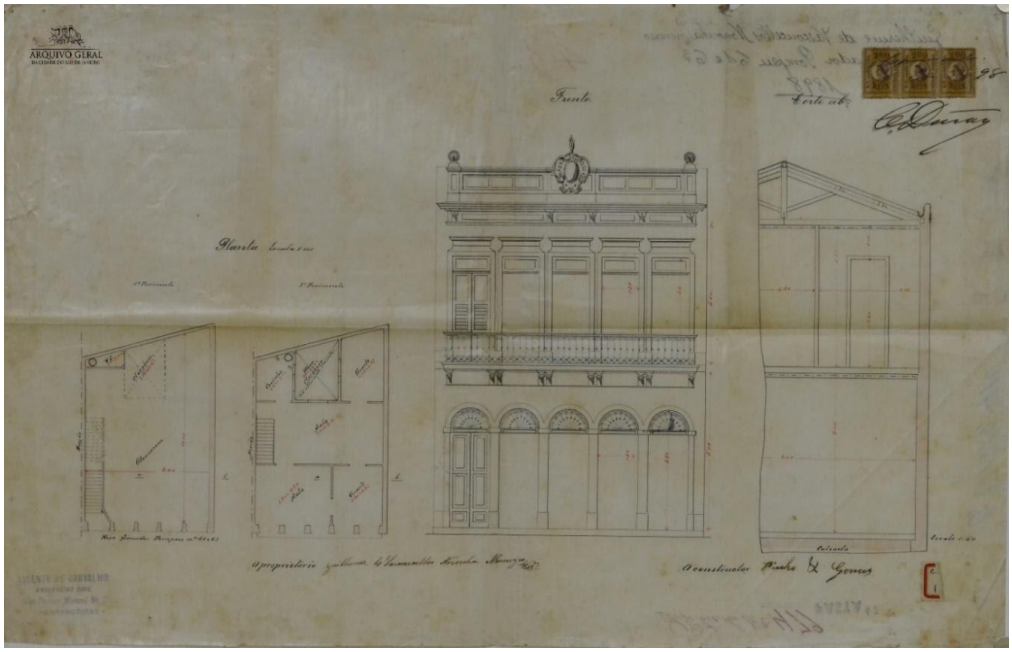


Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, trabalhado pela autora

Foi realizada uma pesquisa no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e foi localizado o projeto aprovado para a edificação de nº 479, datado de 1898 (figura 55), em prancha única, com as plantas-baixas dos dois pavimentos, corte e fachada. O endereço ainda é Rua Senador Pompeu, 61 e 63. Este foi o único documento de aprovação localizado na pesquisa.

Quem assina como o proprietário é Guilherme de Vasconcellos Noronha Menezes. O Campo do Construtor está assinado por Pinho & Gomes. Existe um carimbo na planta do Engenheiro Civil Vicente de Carvalho[3]. Após pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira, foi averiguado que ele era intendente de obras municipal e, por esse motivo, deve ter carimbado a prancha ao licenciá-lo. Pode-se observar que, nesse projeto de aprovação, caracterizado como sendo de uma obra modesta, não há assinatura de arquiteto, apenas do construtor.

Figura 55: Projeto de 1898



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, trabalhado pela autora

Na planta do térreo, pode-se observar que está assinalado "armazém" no salão que ocupa todo o pavimento, o que caracteriza o uso comercial do imóvel ao nível do passeio. Do lado esquerdo, na parte dos fundos do lote de nº 63, o pátio, que aparecia no *Plan of the City of Rio de Janeiro* de 1866, foi eliminado e, em seu lugar, foi erguido um banheiro.

O acesso ao segundo pavimento se dá por uma escada, com patamar, localizada no limite esquerdo da construção. Nesse andar, voltados para a fachada frontal, estão nomeados na planta os ambientes de sala e quarto. Internamente, há outra sala, que possui uma janelada voltada para o prisma de iluminação e ventilação da edificação, onde existe a anotação de uma

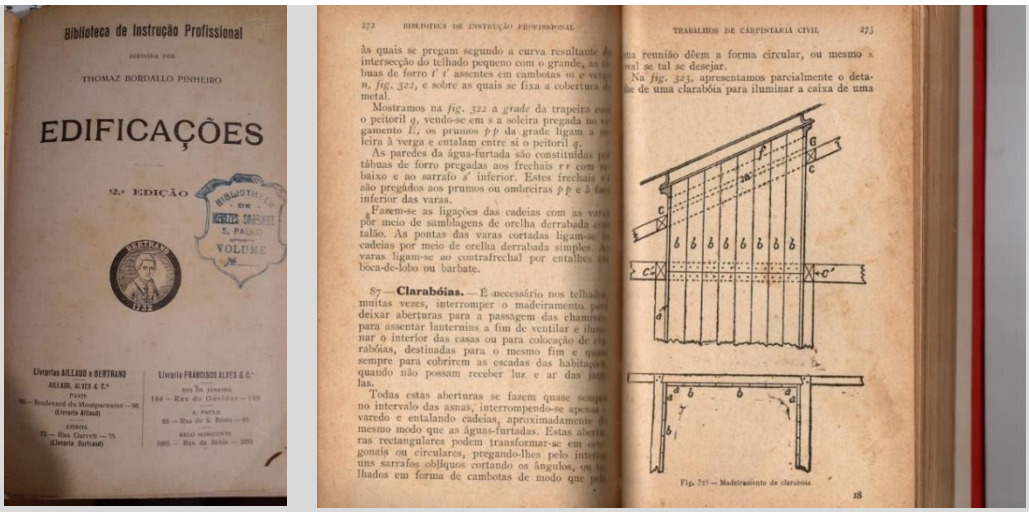
[3] Segundo o Dicionário de Verbetes do Arquivo Geral da Cidade, em 1887 Vicente de Carvalho integrou uma comissão geográfica que foi enviada à Bahia para examinar o meteorito Bendengó, que lá havia caído em meados do século XVIII. Em 1888 foi recolhido ao Museu Nacional.

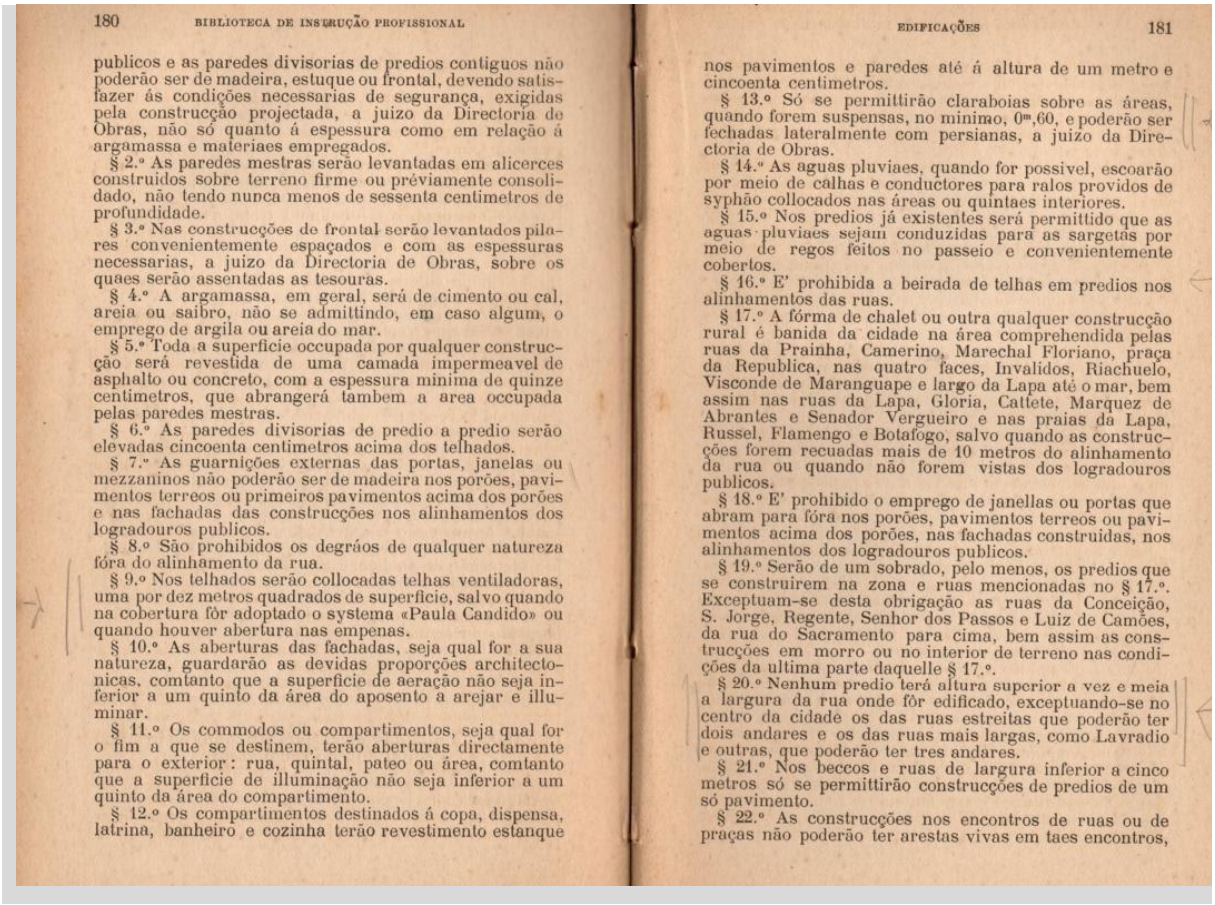
claraboia. Nos fundos, no lado direito do prisma, há outro quarto, e no lado esquerdo estão localizados a cozinha e um pequeno banheiro. Portanto, pode-se concluir que o uso no segundo pavimento era residencial.

Pelo projeto de 1898, pode-se descrever a fachada como pertencente a uma edificação de dois pavimentos, com platibanda, adornos com linhas que remetem ao estilo eclético, tanto no segundo pavimento como na platibanda; dez vãos, sendo que cinco no térreo, com portas de duas folhas almofadadas, bandeiras com gradis encimadas por arcos, e cinco no segundo pavimento, com portas de duas folhas com vidro; venezianas e almofadas; bandeiras fixas retangulares com vidro; e balcão corrido com gradil no segundo pavimento. No corte, está representado o esquema das tesouras da estrutura do telhado.

O tipo de arranjo explicitado no projeto, com prisma interno de iluminação e ventilação encimado por claraboia, foi uma inovação arquitetônica do final do século XIX e início do século XX e fez parte do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (figura 56), o que identifica o sobrado com parte a história urbana da região.

Figura 56: Regulamento para Edificações





180 BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO PROFISSIONAL

publicos e as paredes divisorias de predios contiguos não poderão ser de madeira, estuque ou frontal, devendo satisfazer ás condições necessarias de segurança, exigidas pela construcção projectada, a juizo da Directoria de Obras, não só quanto á espessura como em relação á argamassa e materiaes empregados.

§ 2.º As paredes mestras serão levantadas em alicerces construidos sobre terreno firme ou préviamente consolidado, não tendo nunca menos de sessenta centimetros de profundidade.

§ 3.º Nas construcções de frontal serão levantados pilares convenientemente espaçados e com as espessuras necessarias, a juizo da Directoria de Obras, sobre os quaes serão assentadas as tesouras.

§ 4.º A argamassa, em geral, será de cimento ou cal, areia ou saibro, não se admittindo, em caso algum, o emprego de argila ou areia do mar.

§ 5.º Toda a superficie occupada por qualquer construcção será revestida de uma camada impermeavel de asphalto ou concreto, com a espessura minima de quinze centimetros, que abrangerá tambem a area occupada pelas paredes mestras.

§ 6.º As paredes divisorias de predio a predio serão elevadas cincoenta centimetros acima dos telhados.

§ 7.º As guarnições externas das portas, janelas ou mezzaninos não poderão ser de madeira nos porões, pavimentos terreos ou primeiros pavimentos acima dos porões e nas fachadas das construcções nos alinhamentos dos logradouros publicos.

§ 8.º São prohibidos os degráos de qualquer natureza fóra do alinhamento da rua.

§ 9.º Nos telhados serão collocadas telhas ventiladoras, uma por dez metros quadrados de superficie, salvo quando na cobertura fôr adoptado o systema «Paula Candido» ou quando houver abertura nas empenas.

§ 10.º As aberturas das fachadas, seja qual for a sua natureza, guardarão as devidas proporções architectonicas, comtanto que a superficie de aeração não seja inferior a um quinto da área do aposento a arejar e illuminar.

§ 11.º Os commodos ou compartimentos, seja qual for o fim a que se destinem, terão aberturas directamente para o exterior: rua, quintal, pateo ou área, comtanto que a superficie de illuminação não seja inferior a um quinto da área do compartimento.

§ 12.º Os compartimentos destinados á copa, dispensa, latrina, banheiro e cozinha terão revestimento estanque

EDIFICAÇÕES 181

nos pavimentos e paredes até á altura de um metro e cincoenta centimetros.

§ 13.º Só se permittirão claraboias sobre as áreas, quando forem suspensas, no minimo, 0m,60, e poderão ser fechadas lateralmente com persianas, a juizo da Directoria de Obras.

§ 14.º As aguas pluviaes, quando for possivel, escoarão por meio de calhas e conductores para ralos providos de syphão collocados nas áreas ou quintaes interiores.

§ 15.º Nos predios já existentes será permittido que as aguas pluviaes sejam conduzidas para as sargetas por meio de regos feitos no passeio e convenientemente cobertos.

§ 16.º E' prohibida a beirada de telhas em predios nos alinhamentos das ruas.

§ 17.º A fórma de chalet ou outra qualquer construcção rural é banida da cidade na área comprehendida pelas ruas da Prainha, Camerino, Marechal Floriano, praça da Republica, nas quatro faces, Invalidos, Riachuelo, Visconde de Maranguape e largo da Lapa até o mar, bem assim nas ruas da Lapa, Gloria, Cattete, Marquez de Abrantes e Senador Vergueiro e nas praias da Lapa, Russel, Flamengo e Botafogo, salvo quando as construcções forem recuadas mais de 10 metros do alinhamento da rua ou quando não forem vistas dos logradouros publicos.

§ 18.º E' prohibido o emprego de janellas ou portas que abram para fóra nos porões, pavimentos terreos ou pavimentos acima dos porões, nas fachadas construidas, nos alinhamentos dos logradouros publicos.

§ 19.º Serão de um sobrado, pelo menos, os predios que se construirem na zona e ruas mencionadas no § 17.º. Exceptuam-se desta obrigação as ruas da Conceição, S. Jorge, Regente, Senhor dos Passos e Luiz de Camões, da rua do Sacramento para cima, bem assim as construcções em morro ou no interior de terreno nas condições da ultima parte daquelle § 17.º.

§ 20.º Nenhum predio terá altura superior a vez e meia a largura da rua onde fôr edificado, exceptuando-se no centro da cidade os das ruas estreitas que poderão ter dois andares e os das ruas mais largas, como Lavradio e outras, que poderão ter tres andares.

§ 21.º Nos beccos e ruas de largura inferior a cinco metros só se permittirão construcções de predios de um só pavimento.

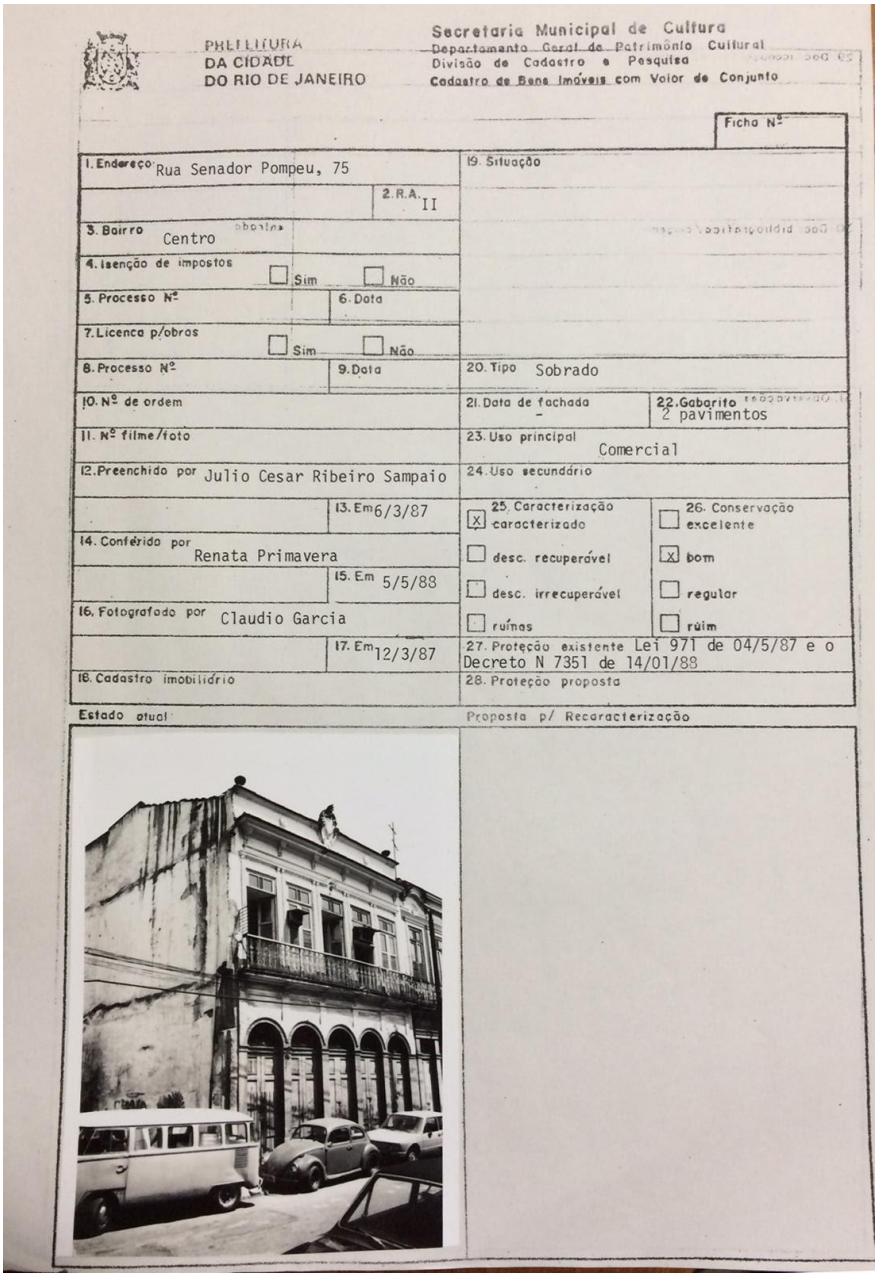
§ 22.º As construcções nos encontros de ruas ou de praças não poderão ter arestas vivas em taes encontros,

Fonte: LIMA CARLOS (2020)

Em 2018, o Cadastro Técnico da CEDAE foi acessado para realização de consulta sobre existência de algum projeto para ao endereço Senador Pompeu n.º 75, através do Protocolo CAD-1115132036/18. Porém não foi identificada nenhuma planta para o endereço solicitado.

Em 2019, foi localizada no IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão municipal de proteção do patrimônio, a ficha de "Cadastro de Bens Imóveis com Valor de Conjunto", de 1988 (figura 57), para o endereço pesquisado.

Figura 57: Cadastro de Bens Imóveis com Valor de Conjunto



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Cultura
Departamento Geral de Patrimônio Cultural
Divisão de Cadastro e Pesquisa
Cadastro de Bens Imóveis com Valor de Conjunto

Ficha Nº

1. Endereço: Rua Senador Pompeu, 75
2. R.A.: II
3. Bairro: Centro
4. Isenção de impostos: ☐ Sim ☐ Não
5. Processo Nº
6. Data
7. Licença p/obras: ☐ Sim ☐ Não
8. Processo Nº
9. Data
10. Nº de ordem
11. Nº filme/foto
12. Preenchido por: Julio Cesar Ribeiro Sampaio
13. Em: 6/3/87
14. Conferido por: Renata Primavera
15. Em: 5/5/88
16. Fotografado por: Claudio Garcia
17. Em: 12/3/87
18. Cadastro imobiliário

19. Situação
20. Tipo: Sobrado
21. Data de fachada: -
22. Gabarito: 2 pavimentos
23. Uso principal: Comercial
24. Uso secundário
25. Caracterização: [X] caracterizado; ☐ desc. recuperável; ☐ desc. irrecuperável; ☐ ruínas
26. Conservação: ☐ excelente; [X] bom; ☐ regular; ☐ ruim
27. Proteção existente: Lei 971 de 04/5/87 e o Decreto N 7351 de 14/01/88
28. Proteção proposta

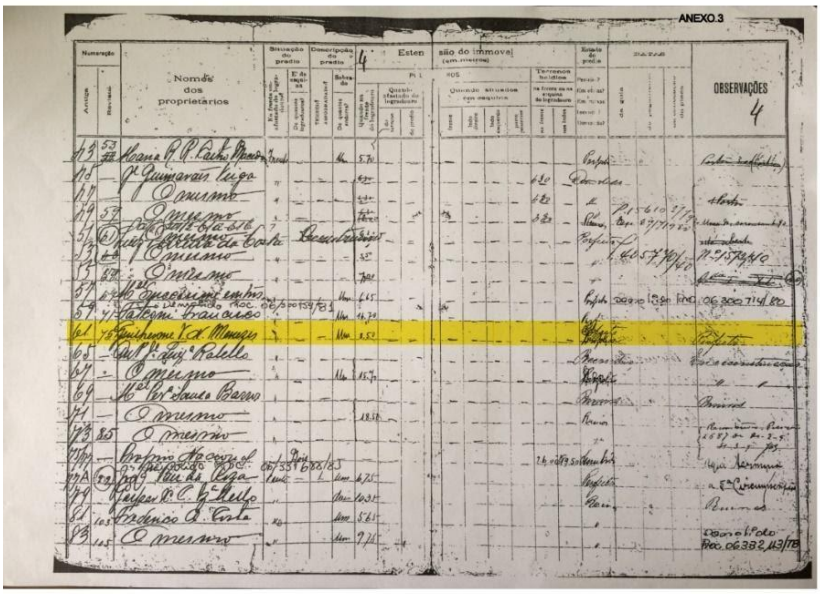
Estado atual

Proposta p/ Recaracterização

Fonte: IRPH, PCRJ (2019)

No mesmo ano, foi consultada a Caderneta de Numeração do imóvel existente na SMU, Secretaria Municipal de Urbanismo (figura 58). Nela está anotada a revisão de numeração, de 61 para 75, porém não está assinalada a data do remembramento, com a atribuição de nova numeração.

Figura 58: Caderneta de numeração



Fonte: SMU, PCRJ (2019)

Na figura 59, podem ser observadas fotos de 2014, que mostram algumas das atividades desenvolvidas pela Incubadora Afro Brasileira na edificação e no Jardim do Valongo.

Figura 59: Fotos da Incubadora Afro Brasileira

Aula

Atividade

Alunas

Evento

Aula no Jardim do Valongo

Encerramento de curso

Fonte: BARROSO (2013)

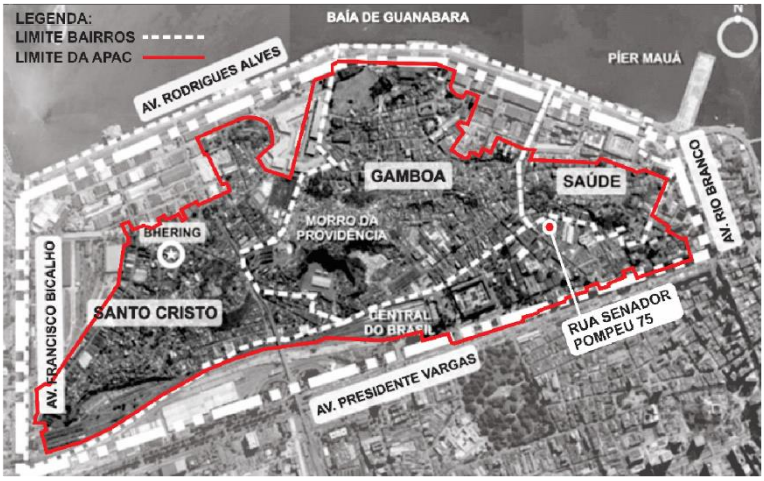
4.1.3 A evolução da legislação de proteção

Na década de 1980, o IPHAN desenvolveu um meticuloso trabalho no Morro da Conceição que gerou portarias como consequência da utilização do instrumento do entorno de bens tombados para defesa do conjunto urbano. Em 1986, a Portaria n.º 02 determinou os parâmetros edilícios para construções no entorno dos bens tombados situados no Morro da Conceição e arredores.

Em 1988, houve a publicação do Decreto Municipal n.º 7351, que regulamentou a Lei n.º 971/1987 e instituiu e a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro.

Com o Plano Diretor Decenal, Lei Complementar 16/1992, a partir de 1992, foi instituída a Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, destinada a proteger o ambiente construído, passando a Área de Proteção Ambiental (APA) a ser utilizada apenas para o ambiente natural. Assim, a APA-SAGAS se transforma em APAC-SAGAS (figura 60).

Figura 60: Mapa da Região Portuária de Janeiro, com os limites da APAC-SAGAS



Fonte: <www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-esquematico-da-Zona-Portuaria-do-Rio-de-Janeiro-com-destaque-para-a_fig1_313337685 (2012)>, trabalhado pela autora (2021)

Em 2009, através da Lei Complementar n.º 101, foi criada a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, com a finalidade de promover a reestruturação urbana da AEIU – Área de Especial Interesse Urbanístico, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do Porto, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região. A poligonal definida como área da operação urbana consorciada do

Projeto Porto Maravilha envolveu expressivo conjunto de bens de valor cultural para a cidade do Rio de Janeiro.

Em 2013, através da Portaria n.º 135 (anexo 06), o IPHAN dividiu a poligonal de entorno dos Bens Tombados situados no Morro da Conceição e arredores em seis setores, definindo o gabarito para cada um deles. A Rua Senador Pompeu foi incluída no Setor IV, com gabarito estipulado em 11 metros.

Segue abaixo o quadro-síntese com algumas leis e decretos da Região Portuária carioca.

Quadro 2: Síntese da legislação

Ato	Descrição
Decreto "E" 5996/73	Proibiu a construção de Edifícios Garagem em outros locais do Centro, o que incentivou o estabelecimento de estacionamentos na Região Portuária
Decreto n.º 7351/1988	Instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) SAGAS
Lei Complementar 16/1992	Instituiu a Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC
Lei Complementar n.º 101/2009	Criou a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio
Decreto 33.765/2011	Regulamentou a isenção e a remissão de impostos instituídos pela Lei 5.128/2009 até 31/12/2012
Decreto 36.6752013	Prorrogou o prazo do Decreto 33.765/2011 por mais 36 meses, até 31/12/2015
Lei 5.780/2014	Instituiu incentivos e benefícios fiscais para incremento da produção habitacional na AEIU do Porto
Decreto 39.680/2014	Regulamentou a Lei 5.780/2014, instituindo a remissão e a isenção de IPTU e da Taxa de Coleta Lixo para imóveis residenciais, até 2019
Decreto 40.140/2015	Criou Grupo de Trabalho destinado à elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social do Porto.
Lei 5.128/2009	Concedeu benefícios fiscais relacionados com a Operação Urbana Consorciada da Região Portuária e a remissão de créditos tributários

	dos imóveis de interesse histórico, cultural ou ecológico, ou de preservação paisagística e ambiental

Fonte: Barroso (2021)

4.1.4 Resultado da pesquisa histórica

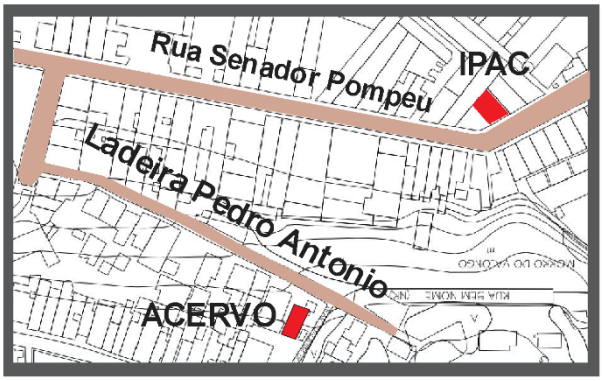
Após a realização da busca dos vestígios históricos da edificação, realizada através de visitas aos arquivos disponíveis, pesquisa bibliográfica, observação do objeto de estudo e de outras edificações integrantes da mesma tipologia, chega-se à conclusão de que o projeto aprovado de 1898 é um projeto de modificação, o que é confirmado pelo mapa de 1866 apresentado, no qual o imóvel já aparecia, mas com uma conformação distinta.

Contudo, a virada do século XIX para o século XX foi a época do apogeu da construção. A arquitetura da segunda metade do século XIX correspondeu, em geral, a um aperfeiçoamento técnico dos edifícios e a um esforço para a incorporação dos benefícios mais recentes da sociedade industrial. No plano formal, o Ecletismo foi a solução utilizada para o atendimento desses objetivos arquitetônicos (REIS FILHO, 1978). Como um dos resultados alcançados pela pesquisa histórica, pode-se afirmar que o prédio ainda conserva características do final do século XIX.

Para atender a proposta de instalação do Centro de Referência, será feito um projeto de intervenção para adaptar o imóvel ao novo programa, respeitando-se as características típicas da arquitetura histórica da edificação, internas e externas. Há de se estudar com esmero a estrutura da edificação para garantir a mínima intervenção e, ao mesmo tempo, fornecer segurança aos usuários.

O acervo técnico será instalado fora do sobrado, em um imóvel localizado no Morro da Conceição, na Ladeira Pedro Antonio n.º 42 (figura 61), dos mesmos proprietários.

Figura 61: Localização do Acervo



Fonte: Barroso (2019)

Mediante autorização da Coordenação do Curso, a autora desta dissertação cederá o projeto desenvolvido no Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio ao IPAC, para que o Instituto promova a captação de recursos que possibilitem a restauração do sobrado e a instalação do Centro de Referência do Movimento Social Negro.

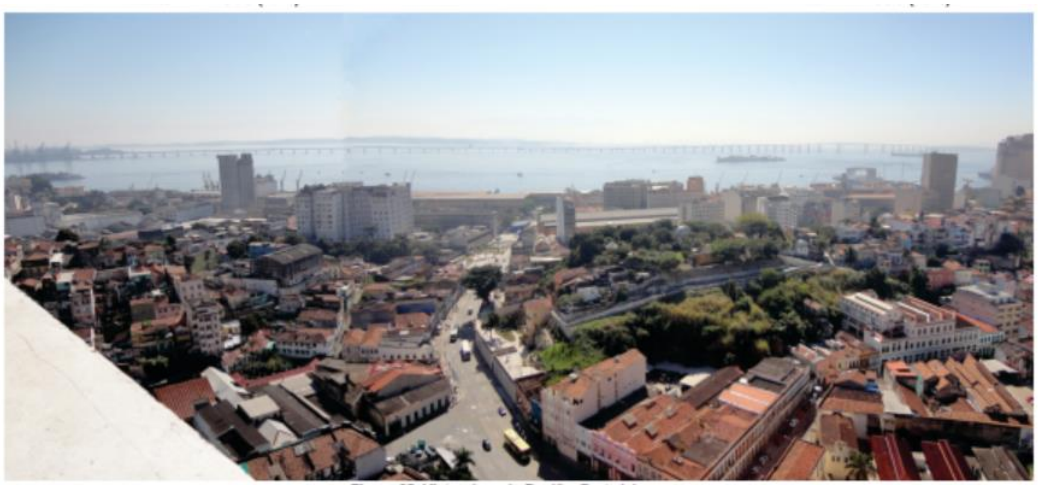
O que é exigido pela legislação, como a conservação apenas da volumetria do imóvel, é pouco. Deve-se ir mais além e estudar toda a edificação, interna e externamente, buscando encontrar e preservar sua unidade potencial. Adotando-se uma postura de preservação e de resgate, será possível garantir que o legado do passado perdure para a fruição das novas gerações.

4.2. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

A iniciativa de criar um Centro de Referência das Pautas Contemporâneas do Movimento Social Negro no edifício está alinhada com a vocação da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro. É importante valorizar o patrimônio imaterial da herança africana em uma área que já foi chamada de Pequena África, tamanha a população oriunda daquele continente que ocupava o sítio no século XIX.

Ao se trabalhar em intervenções projetuais e relações formais em ambientes de patrimônio, faz-se imprescindível o estudo do território. Para o desenvolvimento da análise e do diagnóstico, foram definidas como cenário as cercanias da Rua Camerino, uma região plena de história e com poucos espaços livres (figura 62).

Figura 62: Vista aérea da Região Portuária, tomada do alto de um prédio na Rua Senador Pompeu



Fonte: Barroso (2013)

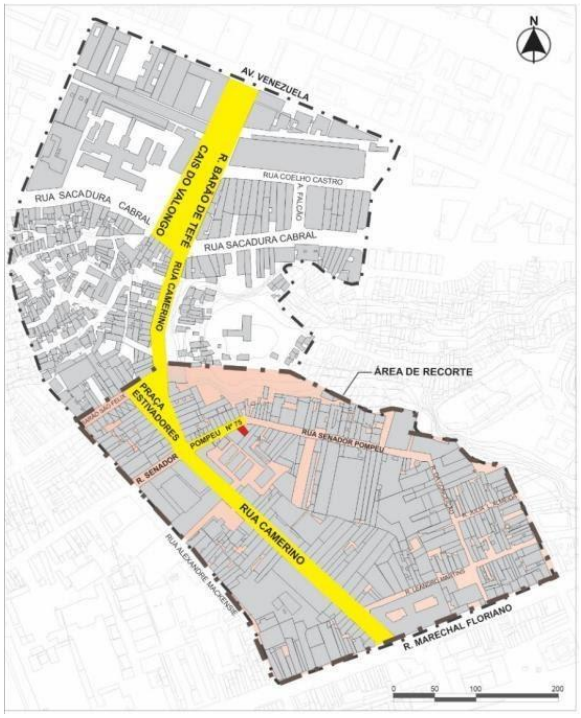
A foto apresentada na figura 63 é de 2021 e já podem ser observadas as novas torres de 30 pavimentos, construídas a partir da implantação do Projeto Porto Maravilha.

Figura 63: Vista aérea na Região Portuária tomada do alto de um prédio na Rua Marechal Floriano

Fonte: Barroso (2021)

Foi selecionada como área de estudo uma faixa que varia entre 350 e 400 metros de largura, que começa na Rua Marechal Floriano e termina na Avenida Venezuela, tendo como eixo a Rua Camerino, que, a partir da Rua Sacadura Cabral, passa a se chamar Rua Barão de Tefé e une o centro da cidade ao Cais do Valongo (figura 64).

Figura 64: Área de estudo e área de recorte



Fonte: Aero Da PCRJ, <Www.1746.Rio>, trabalhado Pela Autora, 2021

Para dar continuidade ao processo de análise e diagnóstico, foi escolhida uma área de recorte (figura 63), com vistas à aproximação do estudo de caso. A Região Portuária do Rio de Janeiro recebeu obras de revitalização no início da última década, através da implantação do Projeto Porto Maravilha, promovido pela PCRJ. Mas a Praça dos Estivadores, os Jardins Suspensos do Valongo e até mesmo o Cais do Valongo continuam subutilizados. A praça tornou-se um lugar de passagem, e não de permanência, e a existência dos Jardins Suspensos do Valongo passa quase desapercebida pelos transeuntes.

O setor localizado entre a encosta do Morro da Conceição, a Rua Marechal Floriano e a Rua Camerino não chegou a ser contemplado pelo recente projeto da Prefeitura e ainda guarda algumas de suas antigas características, com o predomínio do gabarito baixo, com prédios de dois e três pavimentos (figura 65). Com exceção da Rua Camerino, tampouco teve a largura de

suas ruas alteradas nas reformas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos no centro da cidade, no início do século XX.

Figura 65: Foto da área de recorte

Fonte: Barroso (2019)

Por conservar a ambiência do Rio antigo, este setor foi eleito como área de recorte. Mas foi expandido até a rua Alexandre Mackenzie, para que fosse incluída a Praça dos Estivadores, um dos espaços selecionados para a complementação do projeto. O outro espaço selecionado foi o trecho da Rua Senador Pompeu em frente ao n.º 75.

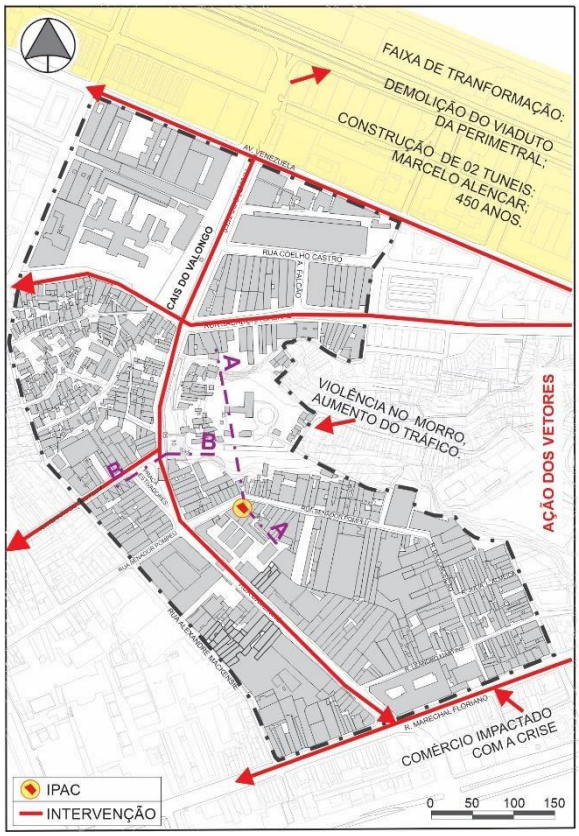
4.2.1. Estrutura, função e transformação da paisagem

- **Agentes e vetores de transformação**

Foram elencados como agentes de transformação a Prefeitura de Cidade do Rio de Janeiro, a Operação Urbana Porto Maravilha, e o achado arqueológico do Cais do Valongo, como um agente de transformação social.

Como vetores, foram selecionadas as obras de urbanização do Porto Maravilha; quando foram reurbanizadas algumas vias, houve a implantação de nova rede de serviços, foi construída a Via Binário do Porto e o túnel Marcello Alencar e o túnel 450 Anos e foi demolido o viaduto da Perimetral, localizado sobre a Avenida Rodrigues Alves, o qual interligava várias regiões da cidade (figura 66). Pode-se ressaltar também a crise econômica, o aumento da violência e o esvaziamento dos imóveis.

Figura 66: Agentes e Vetores



Fonte: Aero da PCRJ, <www.1746.rio>, trabalhado pela autora, 2021

- **Estrutura morfológica atual**
    - Volumetria construída, espaços livres e suporte físico

Para o levantamento da estrutura morfológica atual da área de estudo, foram produzidos o mapa de figura-fundo e um perfil da Rua Senador Pompeu e do Morro da Conceição, com os tópicos a serem analisados.

Por tratar-se de uma área histórica da cidade, a malha urbana ainda é definida pelo lote colonial, com construções geminadas ocupando quase a totalidade do terreno. A tipologia predominante é de sobrados de dois e até três pavimentos. O mapa de figura-fundo (figura 67) demostra essa situação, expressando uma grande densidade, com poucos espaços livres remanescentes e sem árvores nas calçadas.

Figura 67: Mapa de figura / fundo

Fonte: Aero da PCRJ trabalhado pela autora, 2021

O corte A-A (figura 68) demonstra a localização e a escala do estudo de caso em relação ao Morro da Conceição. É um verdadeiro privilégio estar nas cercanias de um morro no centro da cidade, inserido em APAC, com vários imóveis tombados, com ocupação residencial e que ainda possui vegetação, principalmente na vertente da rua da Senador Pompeu, onde se encontra um dos acessos ao morro. Esta conformação confere um ar bucólico ao entorno, criando uma microrregião, com gabaritos mais baixos do que a massa de prédios do Centro.

Figura 68: Corte AA

Fonte: A autora (2021)

> Ainda assim, a região guarda as suas antigas características. No conjunto, são poucas as agressões. E ainda predomina o gabarito baixo, com prédios de dois e três pavimentos. Mesmo as construções feitas em época recente obedeceram, em grande parte, o limite frontal do lote, permitindo que a linha contínua dos logradouros não fosse alterada. (Processo 13/1983, SPHAN).

- **Parâmetros normativos e o resultado na paisagem**

Em 2019, foi obtido na SMU o Relatório de Informações Urbanísticas para o endereço do imóvel escolhido como estudo de caso da dissertação da autora. Esse relatório informa que a edificação se encontra na Região Administrativa II e em Área de Planejamento 1, na Macrozona de Ocupação Controlada da Cidade do Rio de Janeiro. O recorte da área em estudo faz parte da Zona Residencial 3.

O trecho estudado da Rua Senador Pompeu, localizado entre a Rua Camerino e a Rua da Conceição, é considerado Centro de Bairro 1-A (CB1-A). Os parâmetros analisados permitem os usos de centros sociais urbanos, associação de classe, sindicatos e associação de moradores. Sendo assim, o uso proposto na intervenção é permitido.

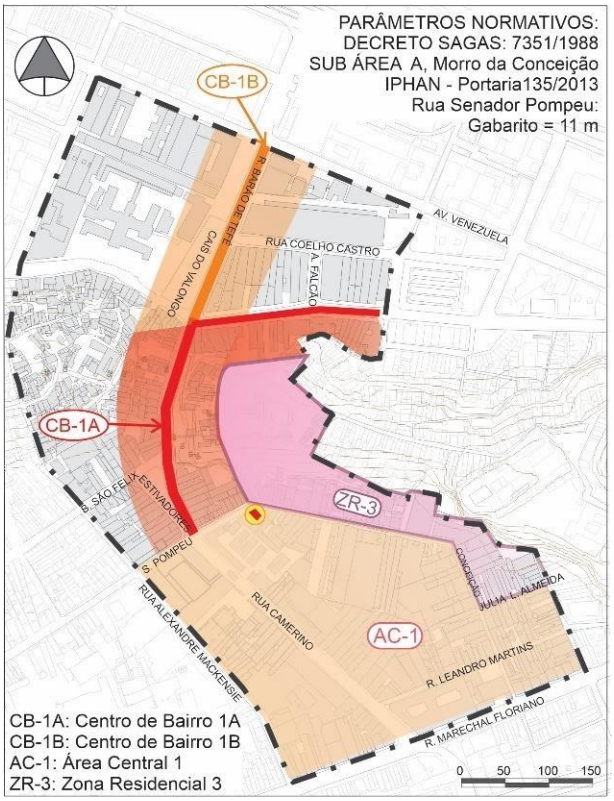
O gabarito da área é definido pela Portaria 135/2013 do IPHAN como consequência da utilização do instrumento do entorno de bens tombados para defesa do conjunto urbano. Na Rua Senador Pompeu, inserida na subárea A da Portaria, o gabarito fixado é de 11 metros.

Em 1988, houve a publicação do Decreto Municipal n.º 7351, que regulamentou a Lei n.º 971/1987 e instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro (SAGAS). Este decreto delimitou a área de abrangência da Lei,

demarcou as subáreas e relacionou os imóveis preservados, protegendo sua volumetria e valorizando a importância histórica destas construções.

O mapa de parâmetros normativos (figura 69), como o próprio nome já informa, demostra quais as regras a serem seguidas de acordo com a legislação edilícia.

Figura 69: Mapa de parâmetros normativos



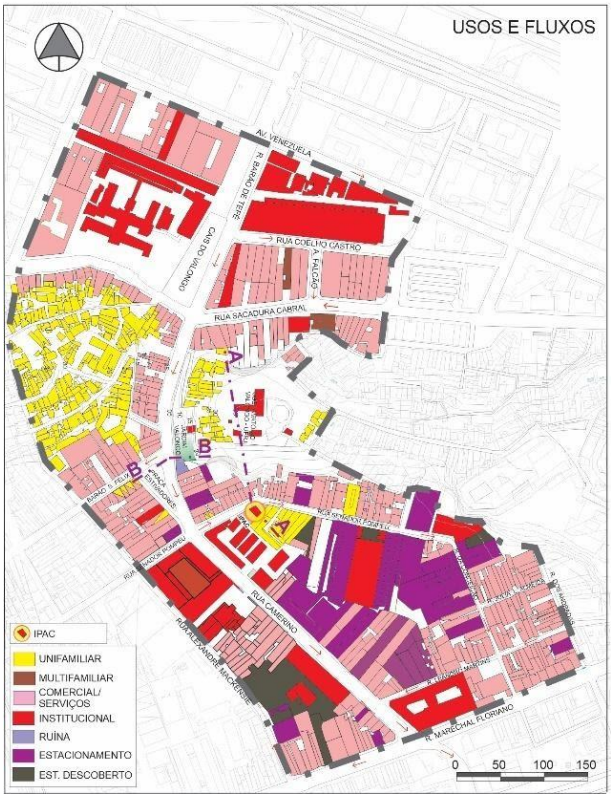
Fonte: Aero da PCRJ trabalhado pela autora (2021)

- **Aspectos funcionais e o sistema de espaços livres**

Para a análise dos aspectos funcionais e do sistema de espaços livres, foram produzidos mais alguns mapas apresentados a seguir.

- Usos e fluxos

Figura 70: Mapa de usos e fluxos



Fonte: Aero da PCRJ trabalhado pela autora (2021)

Ao analisar os usos no mapa de uso e fluxos (figura 70), pode-se constatar que o uso comercial é predominante, seguido pelo uso institucional. O uso residencial restringe-se quase que somente aos imóveis localizados no Morro do Livramento e no Morro da Conceição. Destaca-se também uso de estacionamento, tanto coberto como descoberto. O incentivo a esta ocupação teve como fato gerador o Decreto "E" 5996/1973, que proibiu a construção de Edifícios Garagem em outros locais do Centro e incentivou a criação de estacionamentos na Região Portuária.

Como este decreto foi anterior ao Decreto do SAGAS e às Portarias do IPHAN, observa-se a existência de edifícios-garagem de diversos pavimentos na área estudada, assinalados em amarelo (figura 70) e estacionamentos em edificações preservadas (figura 71).

Figura 71: Edifícios garagem da área estudada

Fonte: Google Maps, trabalhado pela autora (2021)

Figura 72: Rua da Conceição, desde a Rua Senador Pompeu

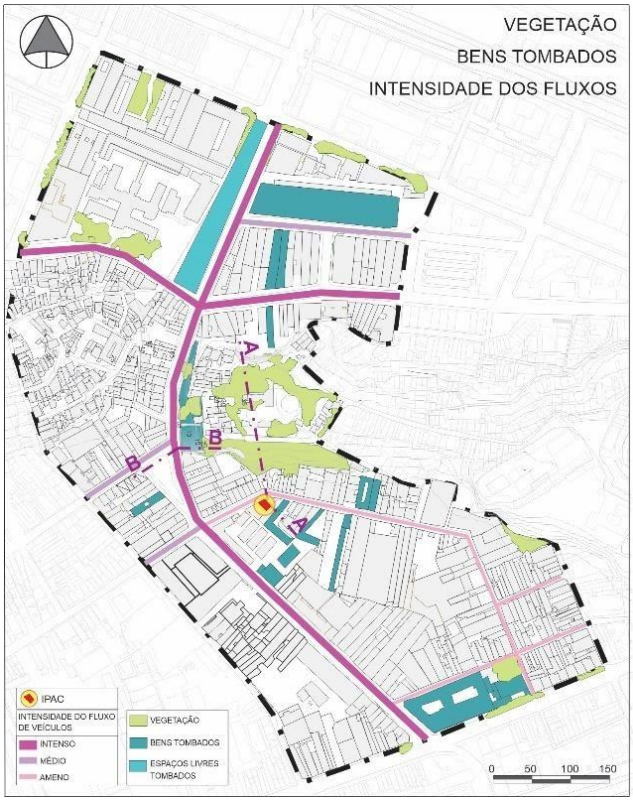
Fonte: Barroso (2015)

- **Elementos de vegetação, hierarquias, padrões, distribuição dos espaços livres públicos e privados**

O mapa de vegetação, bens tombados e intensidade dos fluxos (figura 73) mostra que a massa edificada é predominante e que existem poucos elementos de vegetação, concentrados principalmente na encosta do Morro da Conceição. Excetuando-se as ruas, não há muitos espaços livres, além do Cais do Valongo, do Jardim Suspenso do Valongo, dos jardins do Observatório do Valongo e da Praça dos Estivadores.

Observa-se a existência de bens tombados e espaços livres tombados que integram o tecido urbano dessa área histórica da cidade.

Figura 73: Vegetação, bens tombados e intensidade fluxos



Fonte: Aero da PCRJ trabalhado pela autora, 2021

- **Caracterização: espaços de permanência e circulação**

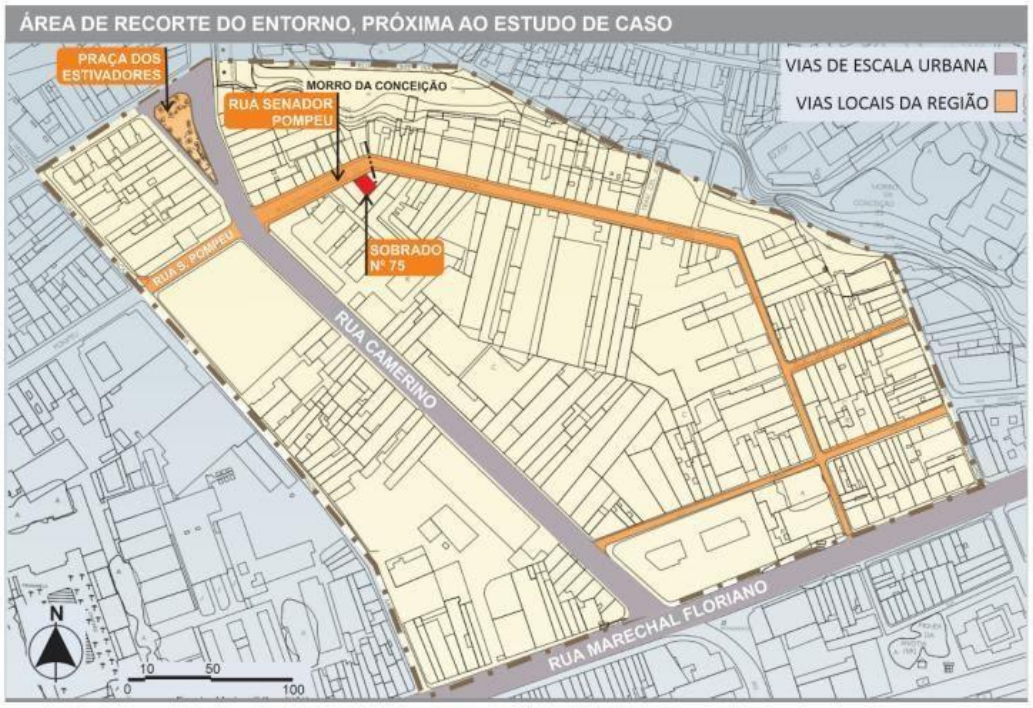
O Cais do Valongo ainda é um espaço pouco visitado, embora estejam programadas obras de revitalização para o sítio arqueológico, já mencionadas anteriormente. Em levantamento de campo realizado em 2019, foi constatado que o Jardim Suspenso do Valongo, um espaço de permanência e contemplação que foi revitalizado durante as obras do Porto Maravilha, quase não recebe visitantes, talvez por não possuir acessibilidade universal. A Praça dos Estivadores, embora seja um espaço de permanência, é pouco frequentada, sendo utilizada principalmente como um espaço de circulação.

- **Nível hierárquico na malha ou no conjunto de edificações**

Na figura 74, está demarcada a área de recorte do entorno a ser trabalhada, com a localização dos dois espaços livres públicos selecionados a serem trabalhados no projeto de intervenção: a Praça dos Estivadores e um trecho da Rua Senador Pompeu. Como a rua é o

espaço livre predominante do ambiente estudado, é apropriado que ela tenha sido uma das áreas eleitas.

Figura 74: Área de recorte do entorno



Fonte: A autora, sobre aero da PCRJ (2021)

Em relação à hierarquia, as ruas Marechal Floriano e Camerino são classificadas como vias de escala urbana. As demais na área de recorte foram consideradas como vias locais da região, devido ao fluxo moderado e à utilização predominantemente vicinal.

- **Dicotomia**

Em relação à dicotomia diagnosticada, foi constatado que a praça é um espaço de permanência, embora atualmente seja pouco utilizada para este fim e a Rua Senador Pompeu seja um espaço de circulação. A praça foi reformada pela PCRJ e reinaugurada em 2015. A rua não foi incluída no projeto do Porto Maravilha.

Ao analisar a relação entre os espaços e as edificações, pode-se observar que a Praça dos Estivadores (figura 75) está no mesmo nível e em frente às edificações do lado par da Rua Camerino.

Na Rua Senador Pompeu (figura 76), está localizado o imóvel selecionado como objeto de estudo. É uma rua antiga, de calçadas estreitas e com diversos imóveis históricos e preservados. Possui imóveis tombados, que correspondem a três cortiços que serviam de moradia para trabalhadores no final do século XIX. Ela faz a ligação entre a Rua Camerino e a Rua da Conceição e tem um acesso para o Morro da Conceição. Apesar de a rua estar próxima da praça, falta uma conexão que integre estes dois espaços públicos.

Figura 75: Praça dos Estivadores

Fonte: A autora (2017)

Figura 76: Rua Senador Pompeu

Fonte: Google (2020)

- **Classificação por tipo; função e programa**

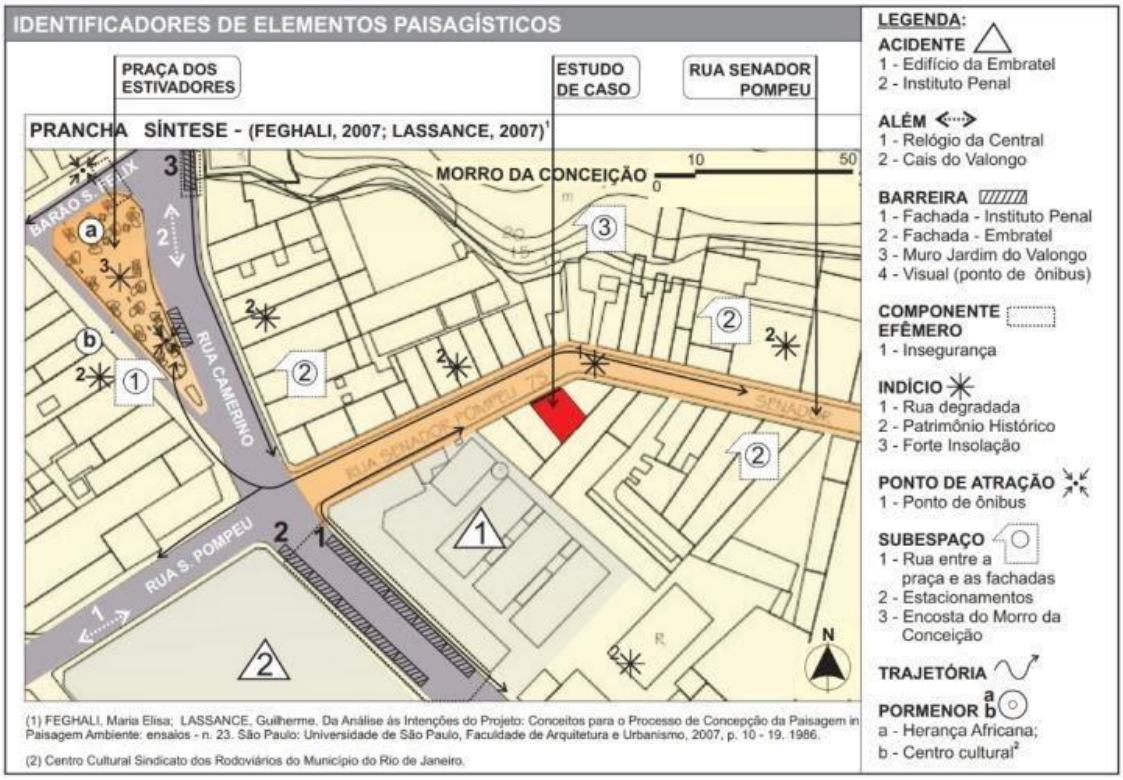
Ambos são espaços livres públicos, inseridos em uma área cujos usos comercial e institucional são predominantes. O espaço 01 é uma praça e o espaço 02 é uma rua, com circulação de pedestres e veículos.

- **Relação funcional e formal com o entorno construído**

Foi elaborada uma planta (figura 77) com os identificadores de elementos paisagísticos, com base no artigo *Da Análise às Intenções do Projeto: Conceitos para o Processo de Concepção da Paisagem*, de 2007, de Feghali e Lassance:

> Os identificadores tiveram como base o suporte conceitual desenvolvido por Gordon Cullen em Paisagem urbana (1971) e os indicadores se apoiaram nos conceitos desenvolvidos por Steemers (1995), Dupagne (1999) e Lassance (2000) para estudos de diferentes meios de representação da forma dinâmica." (FEGHALI, LASSANCE, 2007, p. 11).

Figura 77: Identificadores de elementos paisagísticos



Fonte: A autora, sobre aero da PCRJ, com base no artigo indicado, 2021

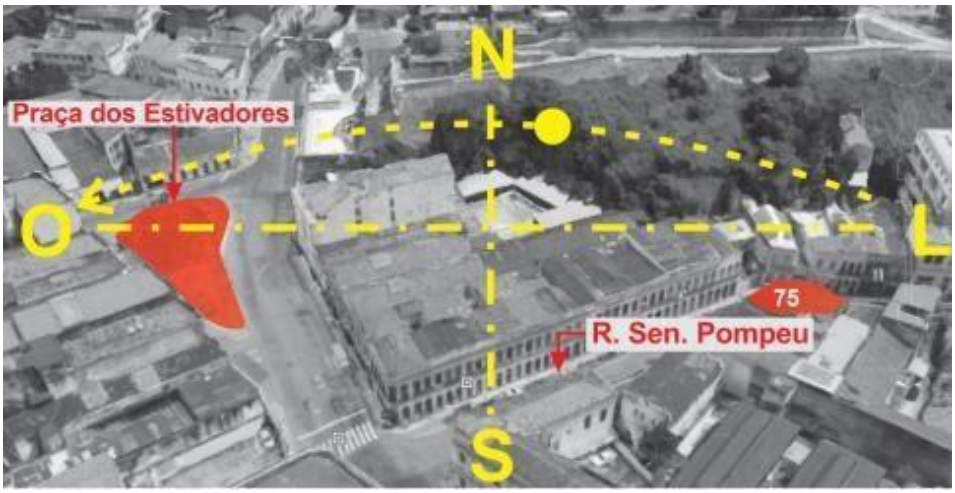
O local permite visualizar alguns marcos referenciais na paisagem, como o Edifício da Central do Brasil e seu relógio.

No espaço livre 01, a relação formal com o entorno construído é caracterizada por ruas com circulação de carros em todos os lados. Entre a praça e os imóveis do lado par da Rua Camerino, existe uma rua de serviço. Na Rua Senador Pompeu, há prédios históricos dos dois lados, além de um presídio localizado na esquina com a Rua Camerino. As calçadas são estreitas, a pavimentação encontra-se deteriorada. O nível da pista de rolamento de asfalto atualmente é mais alto que as calçadas. A rede elétrica é aérea.

- **Ambiente: luz, vento, som, cheiro e vegetação**

Para a análise do ambiente da área de recorte, foi utilizado como apoio o artigo *Fundamentos para projetar espaços públicos confortáveis: indicador do conforto no espaço público*, de 2013, que tem como autora Constanza Cabezas. Foi realizado um levantamento de campo no período anterior à pandemia e foi constatado que a região tem um alto índice de insolação.

Figura 78: Orientação solar dos espaços livres selecionados



Fonte: A autora (2021)

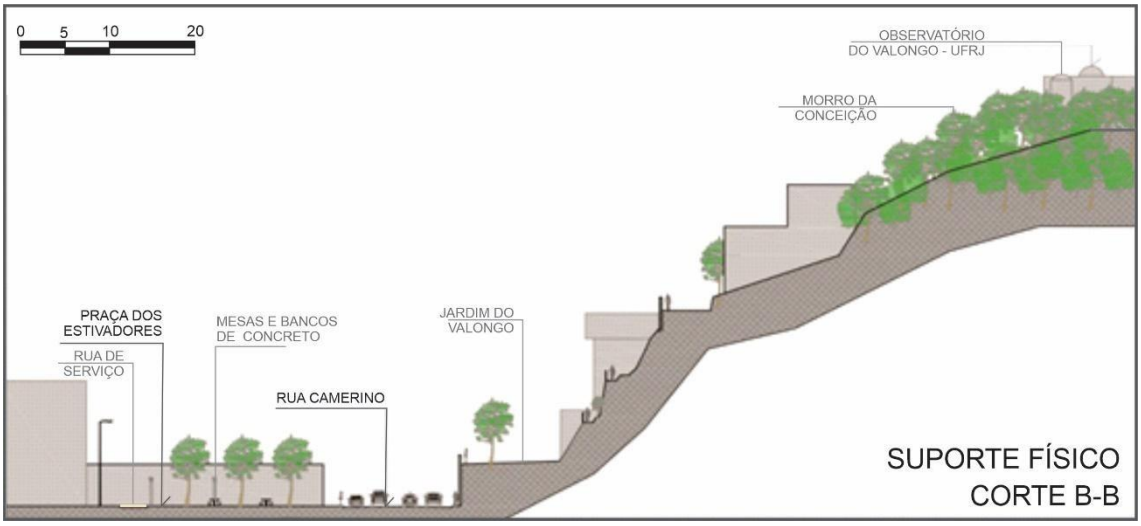
No Hemisfério Sul, a orientação norte é a que recebe maior incidência solar e a orientação oeste recebe o sol da tarde. Tanto a Praça dos Estivadores como o lado ímpar da Rua Senador Pompeu estão voltados para o Noroeste (figura 78). As temperaturas geralmente são elevadas na maior parte do ano, mas, no verão, é especialmente difícil transitar pela calçada da Rua Camerino, ao lado do muro do Jardim do Valongo, onde não existe área de sombra.

O vento predominante é o vento Leste, e, algumas vezes, o Sudeste (Fonte*: The Weather Channel*).

A Rua Senador Pompeu não possui árvores, mas existe vegetação na encosta do Morro da Conceição. Foram plantadas 15 árvores na Praça dos Estivadores, durante as obras do Porto Maravilha, mas algumas já desapareceram.

É importante ressaltar a presença dos Morros da Conceição (figura 79) e do Livramento, elementos dominantes na paisagem.

Figura 79: Corte na Praça dos Estivadores



Fonte: Barroso (2020)

Como estratégias de projeto para promover melhorias, recomenda-se a utilização de água e de vegetação como elemento gerador de microclimas e criação zonas de sombras.

- **Mapeamento de usos por usuários**

A Rua Senador Pompeu e a Rua Barão de São Félix dão acesso à Estação Ferroviária da Central do Brasil. Os transeuntes circulam pela praça e por sua cercania em sua rota para a Central (figura 80). Após as obras de reurbanização da última década, a Rua Barão de São Félix tornou-se rota de linhas de ônibus. Há um ponto de ônibus em frente à praça. Na Rua Senador Pompeu, circulam comerciantes e trabalhadores, os clientes dos estacionamentos que lá existem e os moradores do Morro da Conceição.

Figura 80: Mobilidade

Fonte: A autora, sobre aero da PCRJ (2020)

4.2.2. Caracterização do entorno

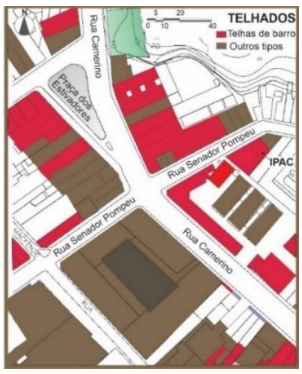
- **Justificativa da definição das poligonais**

Para a definição da Poligonal Expandida e da Poligonal do Entorno Imediato, foram levadas em consideração as características do estudo de caso da dissertação da autora.

Figura 81: A poligonal expandida

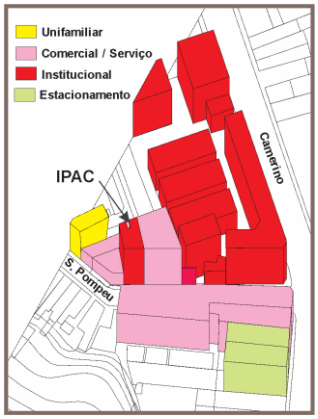
Fonte: A autora, sobre aero da PCRJ (2020)

Figura 82: A poligonal do entorno imediato



Fonte: A autora, sobre aero da PCRJ, 2020

Figura 83: Volumetria



Fonte: A autora, sobre aero da PCRJ (2020)

- **Planos de fachadas, ritmos, linhas de força**

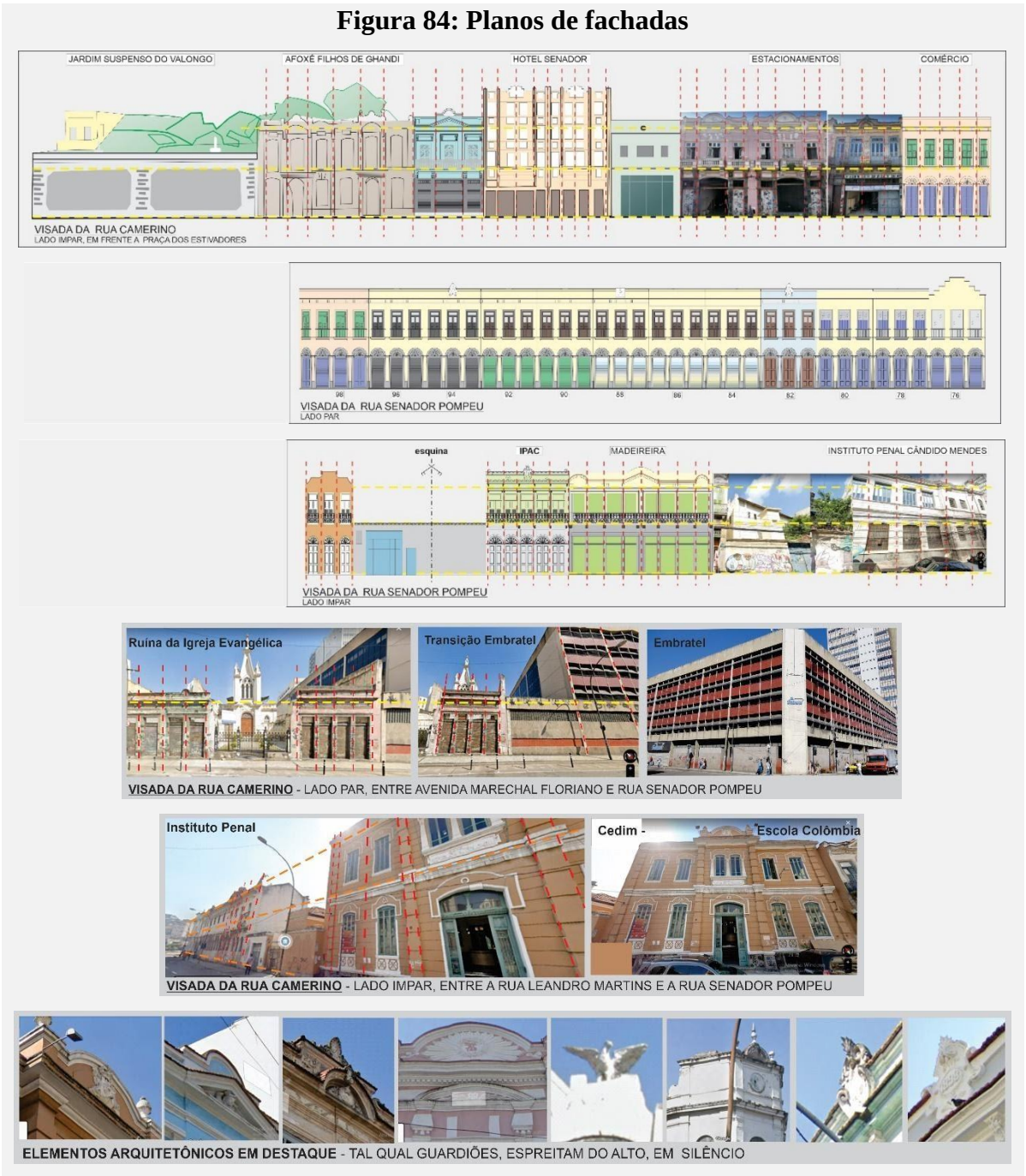
A região recebeu melhoramentos em 1906, durante as obras promovidas pelo prefeito Pereira Passos. Foram realizadas transformações nas fachadas dos imóveis, que receberam detalhes característicos do período eclético e representaram um avanço técnico para a época.

Segundo Reis Filho (1978), com a reforma dos telhados e a colocação de instalações para captação de águas pluviais, foi possível a eliminação dos beirais e o uso de platibandas,

com frisos e adornos, além do uso de vidro nas esquadrias e de elementos de ferro fundido nas platibandas e nos balcões.

Em relação às cores apresentadas nos diagramas, cabe ressaltar que, após realização de levantamento fotográfico virtual, houve uma tentativa de aproximação das cores existentes nas edificações.

Figura 84: Planos de fachadas



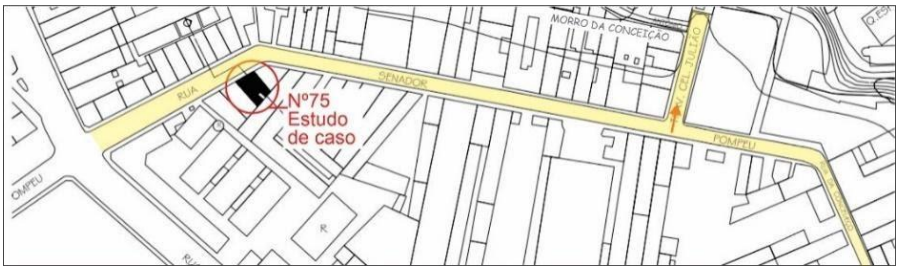
Fonte: Barroso (2020)

- **Os espaços livres públicos**

Para a elaboração da proposta projetual para os espaços livres públicos, definidos como parte do conjunto do Centro de Referência do Movimento Social Negro, fez-se necessário o levantamento da área e dos perfis dos possíveis usuários do espaço, sempre com a ideia de elaborar um projeto inclusivo e que provocasse os passantes a experimentá-lo. Foi trabalhado o conceito de que o lúdico pode e deve ser disfrutado por todas as faixas etárias e que a pausa faz parte da jornada.

Foi observado que, do lado direito do trecho estudado da Rua Senador Pompeu, entre a Rua Camerino e a Rua da Conceição, existe um acesso para o Morro da Conceição (figura 82), pela travessa Coronel Julião.

Figura 85: Acesso para o Morro da Conceição



Fonte: Aero da PCRJ, trabalhado pela autora (2020)

A Ladeira Madre de Deus, que desemboca na Rua Camerino, em frente ao Jardim do Valongo, é utilizada pelos moradores como um dos acessos ao Morro da Providência. Nas figuras 83 e 84, podem ser observadas a vista superior e a planta esquemática da Ladeira Madre de Deus, em relação à Praça dos Estivadores.

Figura 86: foto aérea **Figura 87: foto aérea**

Fonte: Google Maps, trabalhado pela autora (2021)

Portanto, além dos comerciantes, dos trabalhadores a caminho da Central, dos clientes dos estacionamentos existentes na região e dos moradores do Morro da Conceição, que utilizam a Travessa Coronel Julião para acessar a Rua Senador Pompeu, os moradores do Morro da Providência também podem ser incluídos como prováveis usuários dos espaços livres a serem reestruturados.

No imóvel denominado Docas D. Pedro II, localizado na Rua Barão de Tefé, 75, em frente ao Cais do Valongo, há a previsão da inauguração do Centro Cultural da Herança Africana, com o Centro de Interpretação do Cais do Valongo. Segundo informação da Agência Brasil, de 21 de novembro de 2019, no local também irá funcionar o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana. Este equipamento cultural abrigará o acervo arqueológico encontrado na Região Portuária no período das obras do Porto Maravilha e atrairá público para a região, que poderá frequentar os Espaços Livres Públicos revitalizados com este projeto, além do Centro de Referência do Movimento Social Negro, na Rua Senador Pompeu n.º 75.

Em relação ao levantamento físico dos espaços, o primeiro a ser abordado é a Praça dos Estivadores. A praça sofreu melhorias durante o Projeto Porto Maravilha. Recebeu pavimentação de placas de granito serrado, mesas e bancos de concreto, duas lixeiras subterrâneas, além do plantio de árvores. As fotos 1, 2 e 3 do diagrama abaixo mostram a rua de serviço existente, com pavimentação de paralelepípedos. Esta via secundária, além de separar a praça das edificações históricas, é utilizada como estacionamento informal.

A Rua Senador Pompeu não foi incluída nas obras do Projeto Porto Maravilha.

As calçadas são cimentadas, e a faixa de rolamento encontra-se em um nível mais alto do que o das calçadas (figura 88), com carros estacionados nos dois lados da rua (figura 89) e fiação elétrica aérea

Figura 88: Calçada

Fonte: Google Maps (2020)

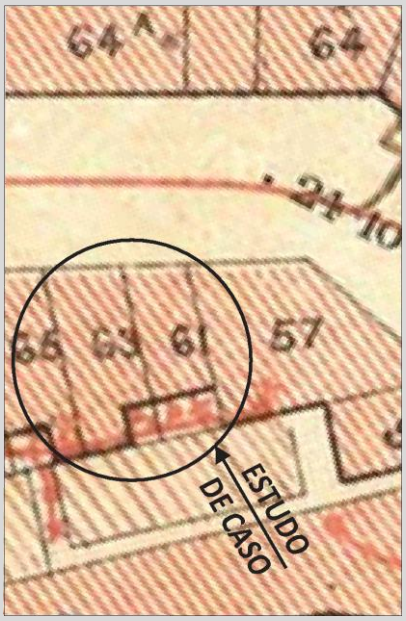
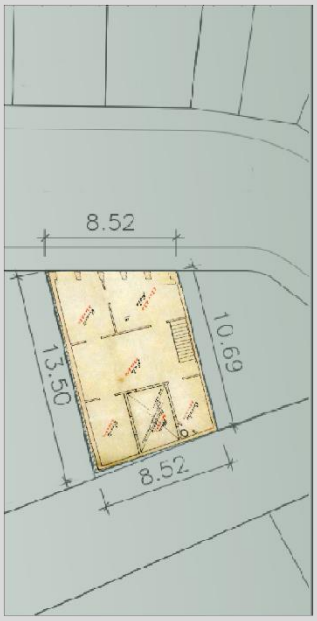
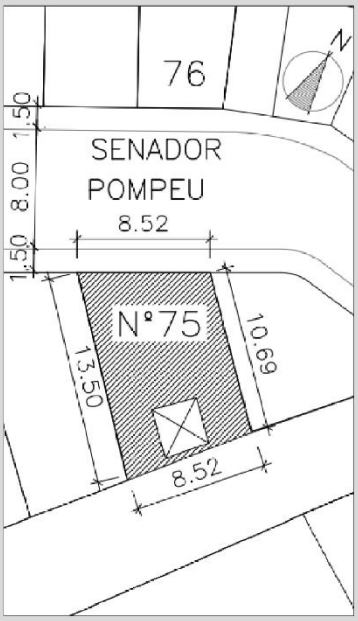
Figura 89: Rua Senador Pompeu

Fonte: Google Maps (2020)

4.2.3 A implantação

- **O lote e sua evolução no tempo**

Comparação gráfica entre registros de diferentes momentos, localizados através da pesquisa realizada.

Nesta época, o sobrado estava localizado sobre 02 lotes, de número 61 e 63, conforme comprovado na caderneta de numeração da SMU. Na parte posterior do número 61, havia um pequeno pátio.	Planta extraída do projeto de aprovação, que mostra que o pátio já havia sido eliminado. No projeto, a numeração assinalada ainda é 61 e 63.	Observa-se que a conformação da edificação no lote é a mesma de 1898
1866	**1898**	**2020**
Figura 90: Trecho do Plan of the City of Rio de Janeiro, Brasil. Rua do Príncipe, 1866	**Figura 91: Trecho do projeto de 1898**	**Figura 92: Planta de Situação**
		
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, trabalhado pela autora (2021)	Fonte: AGCRJ, trabalhado pela autora (2021)	Fonte: Aero da PCRJ trabalhado pela autora

Como resultado da pesquisa, pode-se constatar que se trata de um lote colonial, com implantação tradicional, na qual as casas formam linhas contínuas sobre as vias públicas (REIS FILHO, 1978, p. 36) e que se manteve dessa forma nesse trecho da área histórica até os dias de hoje (figura 85).

Figura 93: Vista superior

Fonte: Google Maps, trabalho pela autora (2021)

4.2.4 O sobrado

Nesta seção está sendo apresentado o resultado do levantamento métrico da edificação por meio de desenhos cotados das plantas dos dois pavimentos e do mezanino, planta do telhado, um corte e os mapas de danos da fachada e das esquadrias.

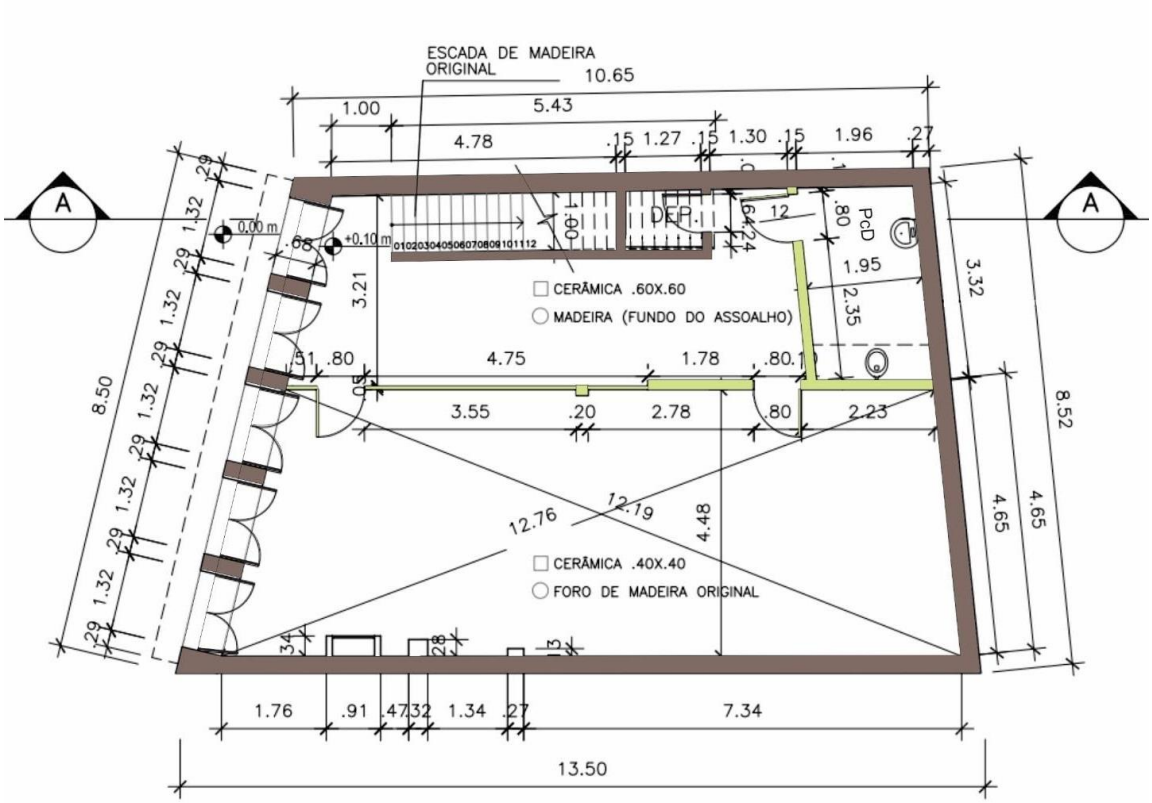
Para a diferenciação entre os elementos originais e as alterações sofridas no transcurso do tempo, foi criada uma legenda de cores.

Quadro 3: Legenda e quadro de áreas

LEGENDA:	QUADRO DE ÁREAS	
Paredes originais	TERRENO	101,14
Elementos adicionados durante o século XX	1º PAVTº	91,75
	MEZANINO	55,38
	2º PAVTº	91,75
	SÓTÃO	67,63
	ATE	382,90
	TAXA DE OCUPAÇÃO = 90,72%	

Fonte: Barroso (2021)

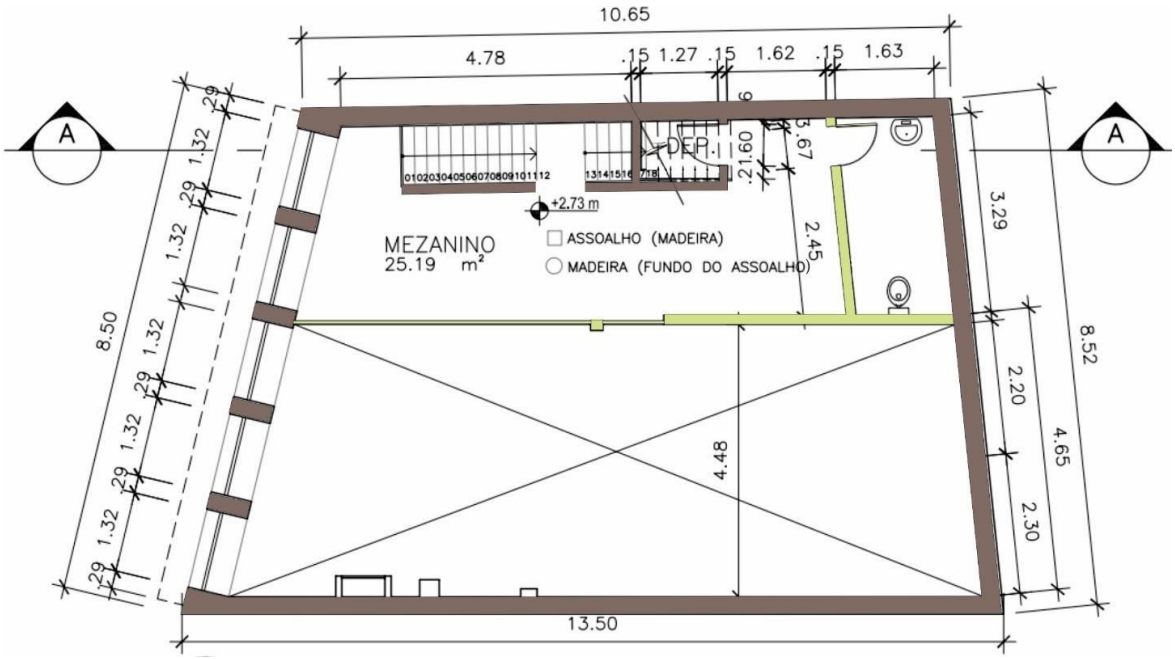
- **Planta 1º pavimento**



O primeiro pavimento originalmente era destinado ao antigo armazém. Atualmente encontra-se divido entre a recepção e um salão, separados por uma divisória de madeira e duas portas.

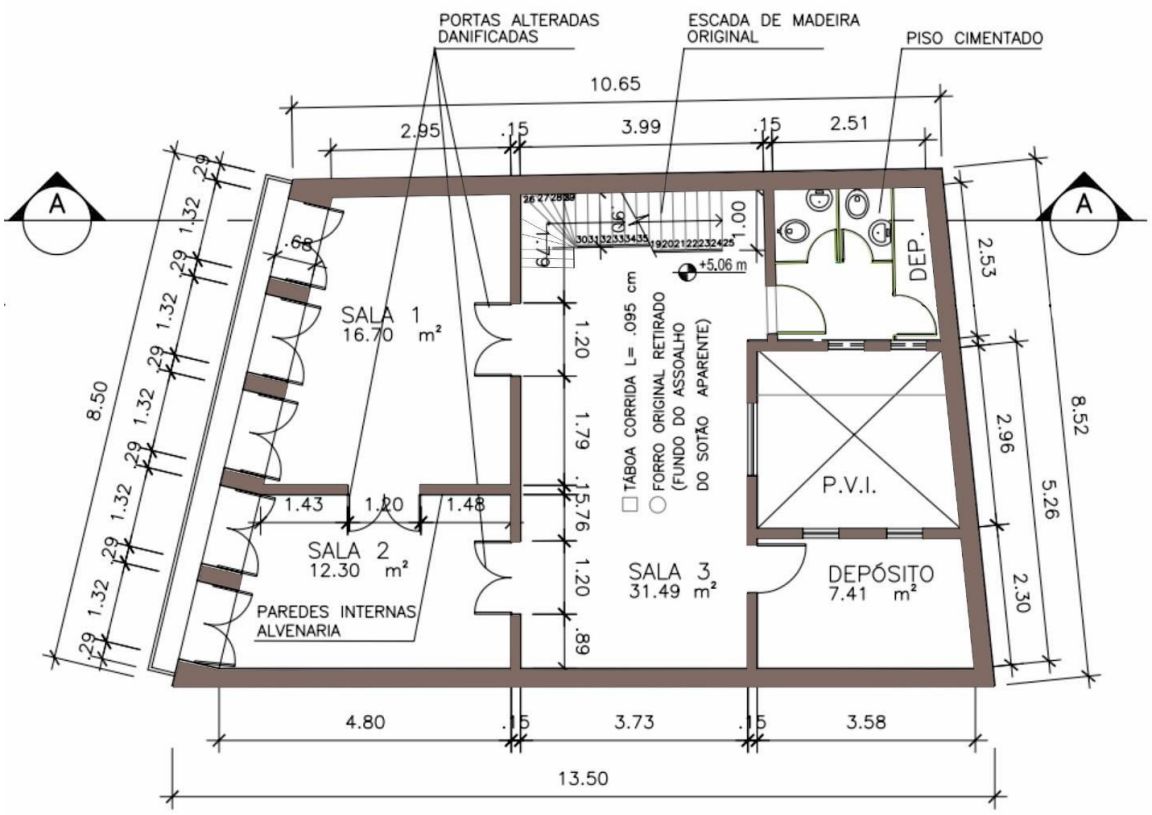
Foi implantado um banheiro PcD, parcialmente construído na área do prisma de iluminação e ventilação.

- **Planta mezanino**



Não foi possível precisar a data de construção do mezanino adicionado à edificação. Este elemento deverá ser parcialmente demolido, porque, ao atingir a linha da fachada, contraria os padrões estabelecidos pelo IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão que regula as intervenções em imóveis inseridos em APACs.

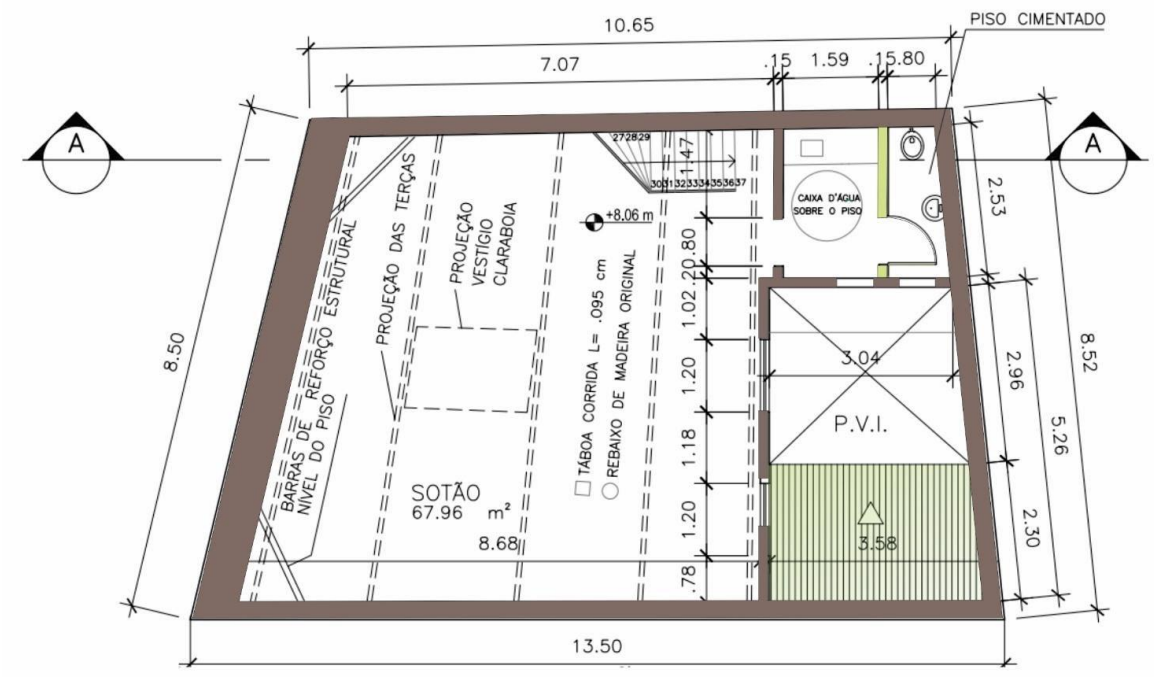
- **Planta 2º pavimento**



Ainda guarda a divisão original interna dos compartimentos, feita com paredes de alvenaria.

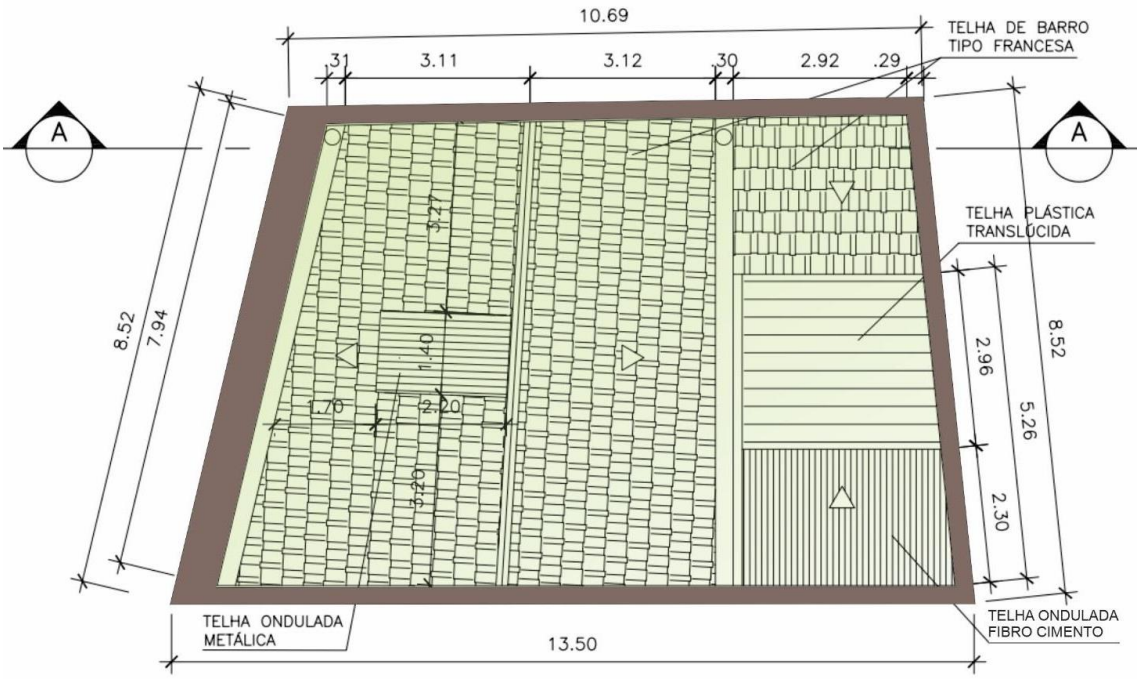
O forro de madeira original foi removido.

- **Planta sótão**



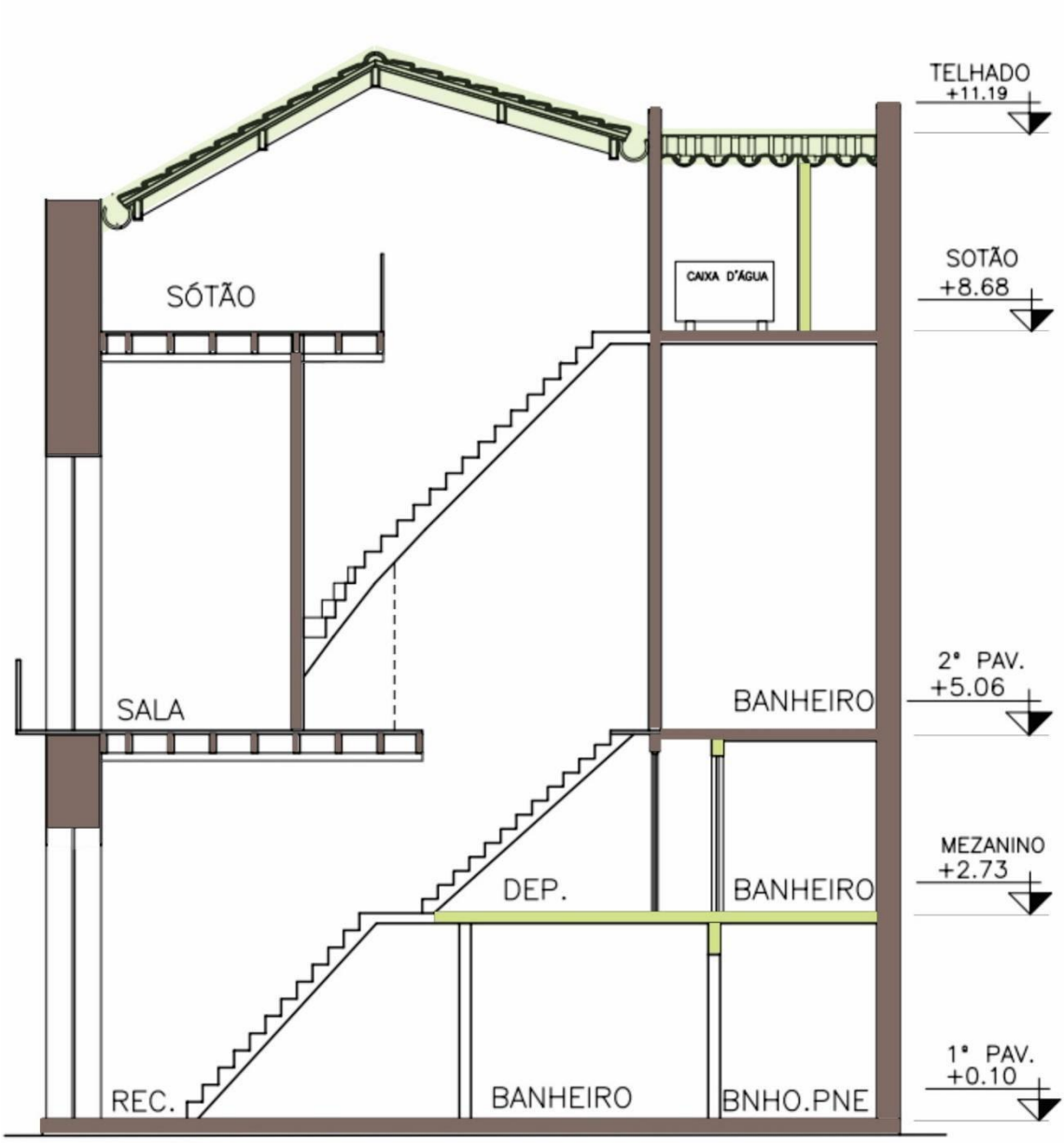
Após a realização de pesquisa em imóveis similares, podemos afirmar que não é usual a construção de sótão nos sobrados da região portuária.

- **Telhado**



Telhado com aspecto de haver sido todo alterado. Cumeeira paralela à linha da fachada. O prisma encontra-se coberto por telha plástica translúcida, precedido de grade. A cobertura do depósito é em telha ondulada.

- **Corte A-A**



Embora no projeto aprovado de 1898 a estrutura do telhado fosse composta por tesouras, estas não foram encontradas na ocasião da vistoria.

A estrutura do telhado é composta por peças de madeira; as pernas, apoiadas nas paredes laterais, sem linha alta, com águas em ângulos distintos entre si. Não corresponde à tipologia do sobrado, o que leva a crer que o telhado original tenha sido alterado.

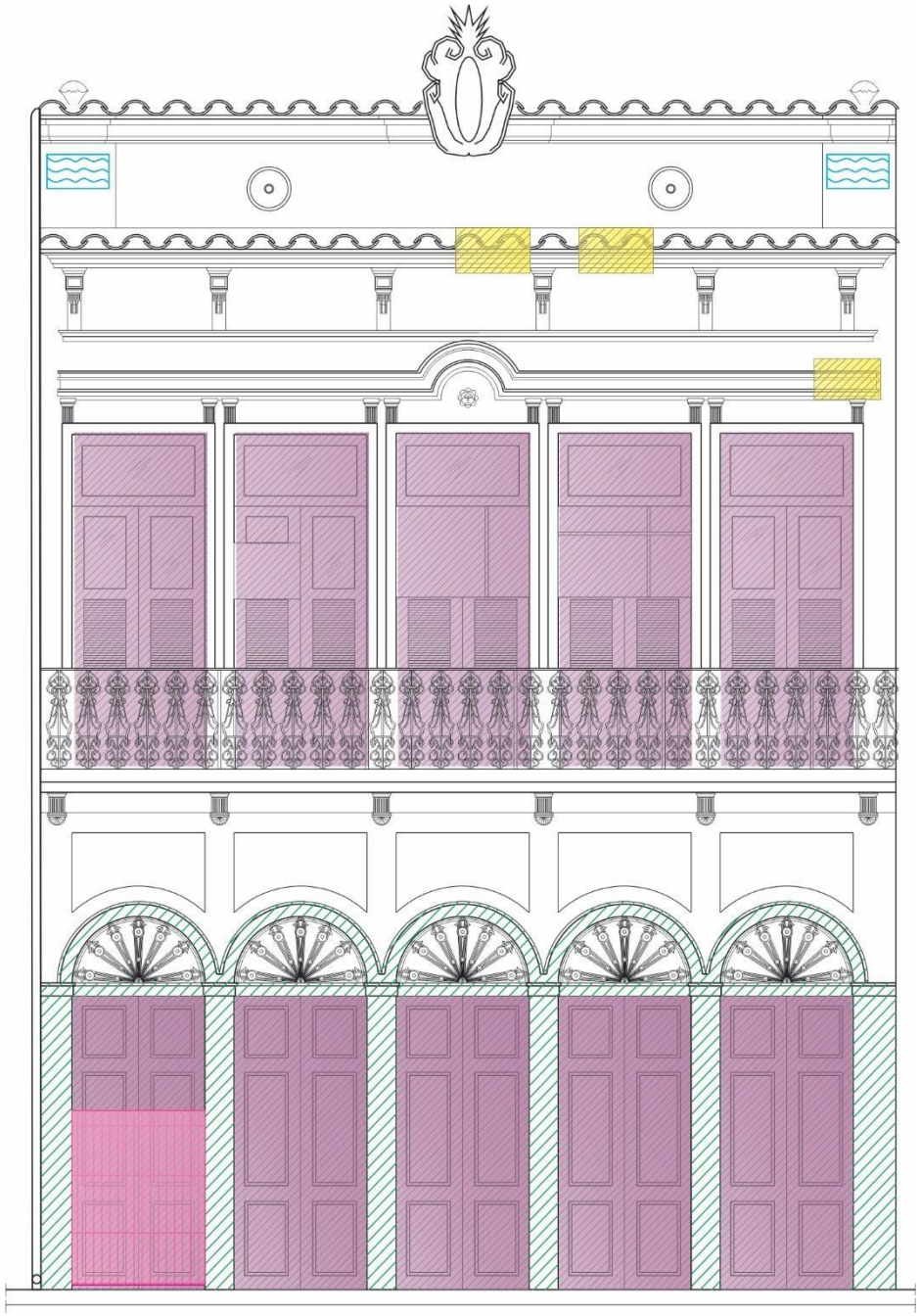
O nível do 2º pavimento foi mantido e foi criado um sótão. Utilização de barrotes e assoalho de madeira. Escada em dois tramos, com patamar que dá acesso ao mezanino.

- **Legenda:**

Paredes originais

Elementos adicionados durante o século XX

- **Mapa de danos da fachada**



LEGENDA

Argamassa danificada

Cantaria danificada

Ornatio danificado

Gradil a substituir

Esquadria danificada

Vidros faltantes

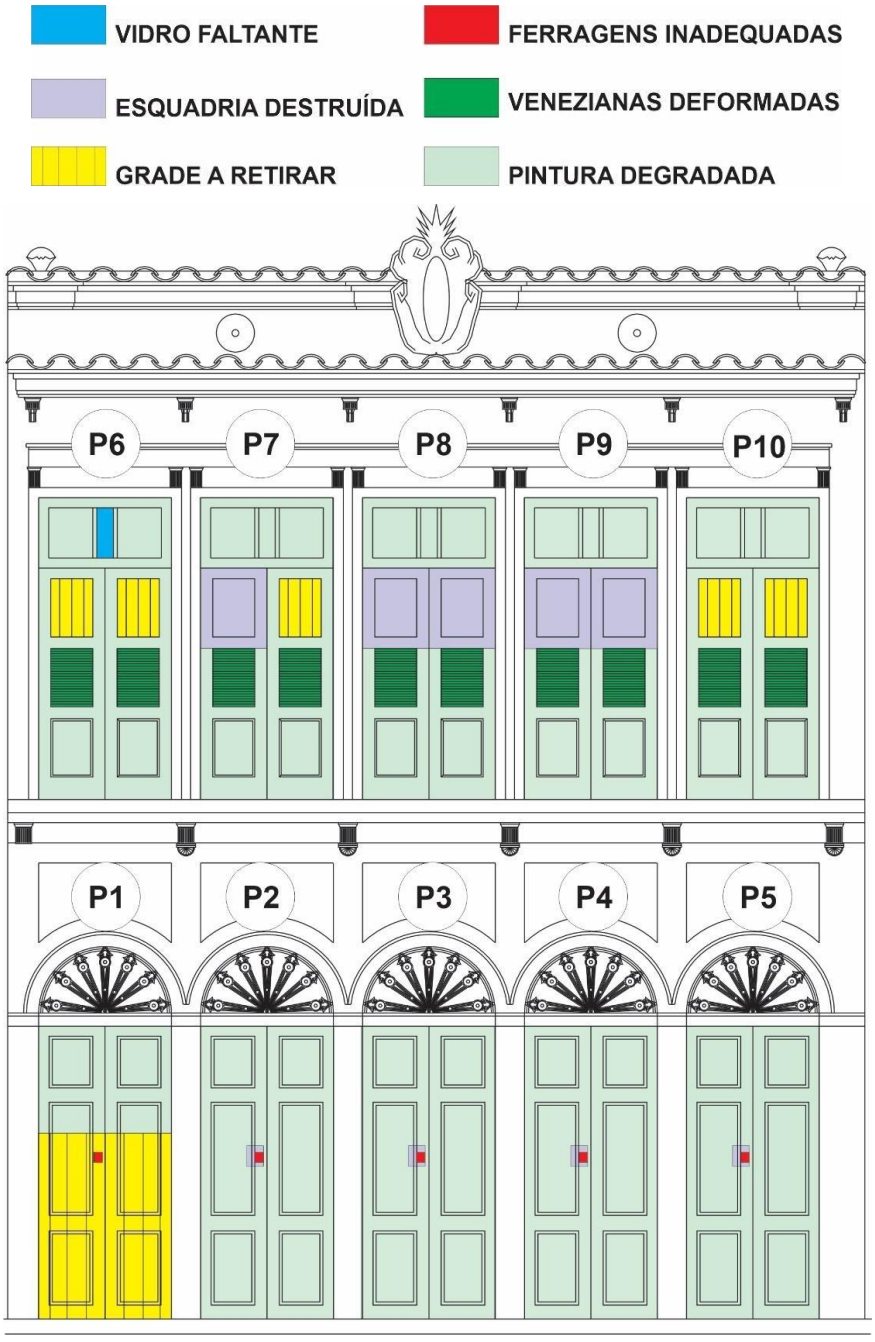
Umidade excessiva

AR Aparelho de ar-cond.

Tubulação de água pluvial aparente

Saída de água pluvial

- **Esquadrias externas**

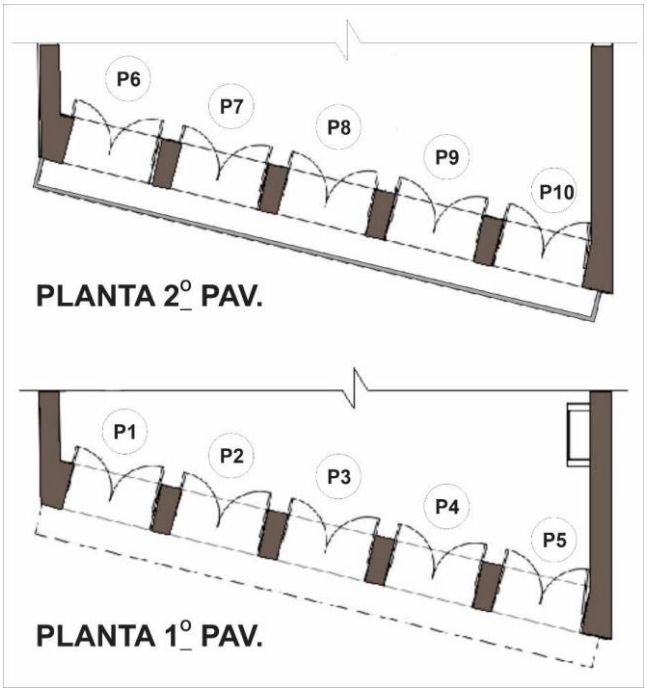


As esquadrias ainda são as originais do imóvel. Encontram-se danificadas pela mão do homem e pela ação do tempo – a incidência de umidade e do sol.

Devido ao problema sanitário do covid-19, não foi possível dar continuidade ao levantamento e fazer a prospecção para investigar a madeira empregada na confecção dos elementos.

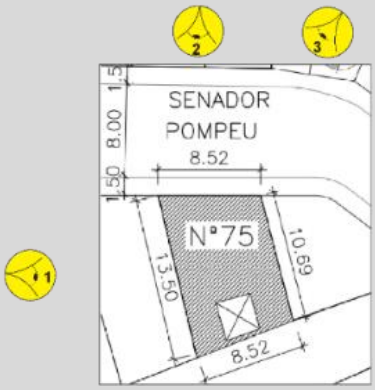
- **Esquadrias externas – levantamento cadastral**

Fotos realizadas em 25 em de setembro 2019.



- **Registro fotográfico**

O *Manual de Obras em Edificações Preservadas da Prefeitura da Cidade do Rio Janeiro* (1991) afirma que consolidar é uma operação que deve ser iniciada com a realização de um diagnóstico apurado do estado de conservação do imóvel. Foi realizado um levantamento fotográfico para a complementação do diagnóstico, nos anos de 2018 e 2019, portanto antes da pandemia do covid-19.

<table>
<tr><th colspan="3">FOTOS EXTERNAS DA EDIFICAÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Figura 94: Mapa fotos externas
 

Fonte: Barroso (2020)</td><td>VISTA 1: Cumeeira deformada, esquadrias do 2º andar danificadas, empena lateral deteriorada, tubulação de água pluvial externa ao imóvel.

VISTA 2:
Cantaria ao nível do primeiro andar, coberta por pichações. Alguns frisos da fachada estão danificados. As esquadrias já foram analisadas anteriormente.

VISTA 3 Nos imóveis vizinhos, o padrão de telhados dos sobrados é de duas águas e cumeeira perpendicular à fachada.</td></tr>
<tr><td>Figura 95: Vista 1

Fonte: Barroso (2020)</td><td>Figura 96: Vista 2

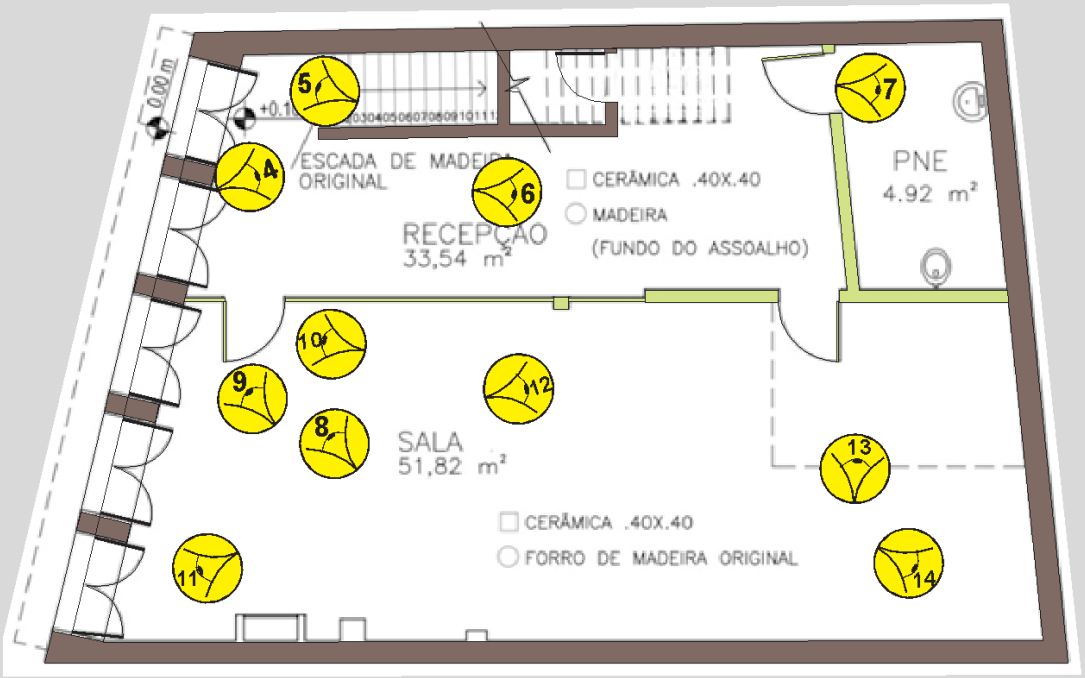
Fonte: Barroso (2019)</td><td>Figura 97: Vista 3

Fonte: Barroso (2019)</td></tr>
</table>

.

1º PAVIMENTO

Figura 98: Mapa fotos 1º pavimento



Fonte: Barroso (2020)

FOTOS INTERNAS – 1º PAVIMENTO – RECEPÇÃO

Figura 99: Fotos 1º pavimento

VISTA 4- Escada

Vista 5 - Barras de reforço

VISTA 6 - Recepção

VISTA 7 - Banho PcD

FOTOS INTERNAS – 1º PAVIMENTO – SALÃO

VISTA 8 - Fachada interna

VISTA 10 - Soleira

VISTA 13 - Prisma

VISTA 11 - Detalhe do arco

VISTA 14 - Infiltração

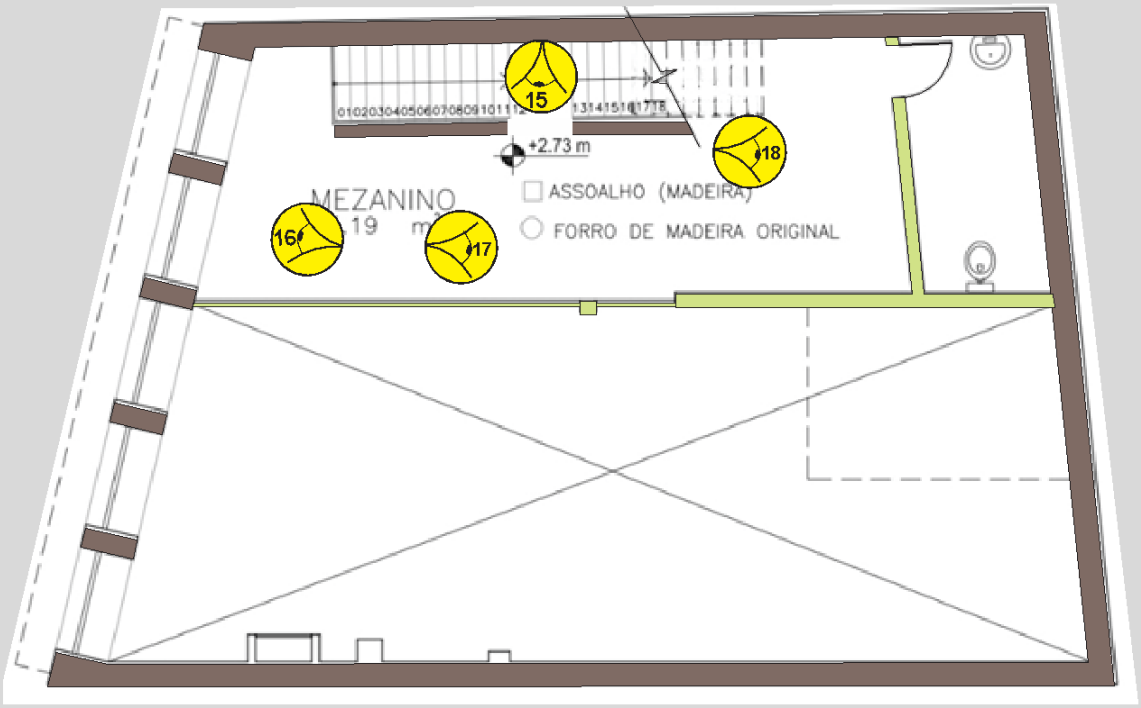
VISTA 9 - Detalhe do forno

VISTA 12 - Divisória / parede

Fonte: Barroso (2018)

MEZANINO

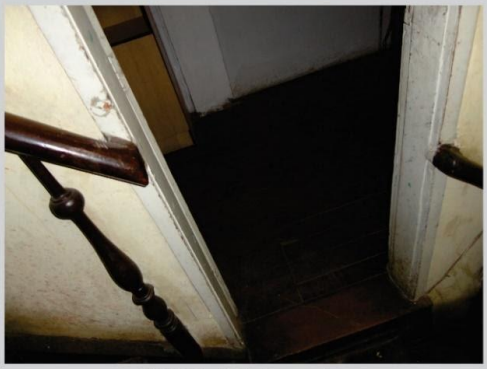
Figura 100: Mapa fotos mezanino



Fonte: Barroso (2020)

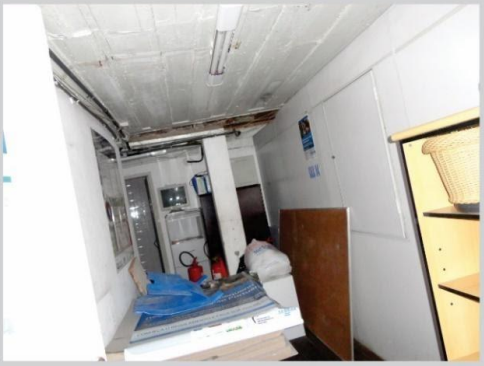
FOTOS INTERNAS – MEZANINO

Figura 101: Fotos mezanino

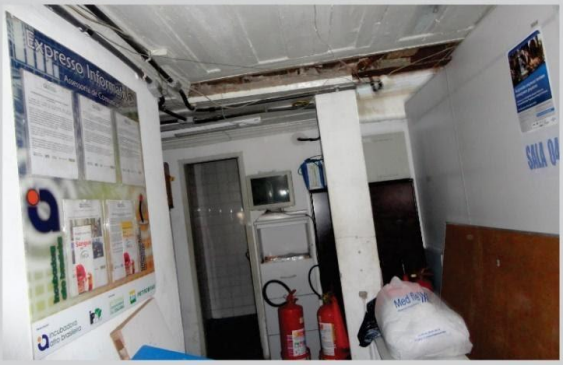


VISTA 15 - Entrada no patamar

VISTA 16 - Fachada interna



VISTA 17 - Interior

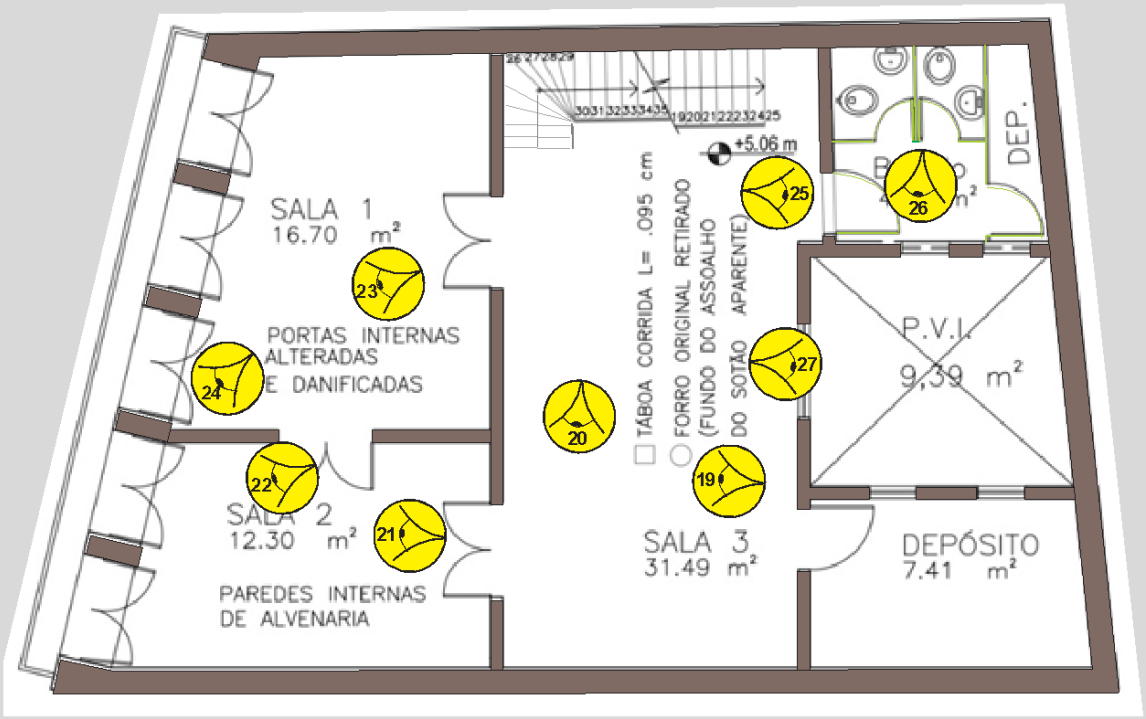


VISTA 18 - Interior

Fonte: Barroso (2018)

2º PAVIMENTO

Figura 102: Mapa fotos 2º pavimento



Fonte: Barroso (2020)

FOTOS INTERNAS – 2º PAVIMENTO

Figura 103: Fotos 2º pavimento

VISTA 20 - Estrutura de barrotes

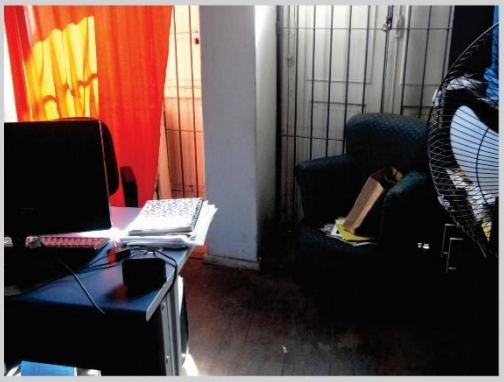
VISTA 23 - Fachada interna + barrotes

VISTA 21 - Fachada interna

VISTA 24
Rachadura

VISTA 25
Banheiros

VISTA 26 - Alvenaria danificada



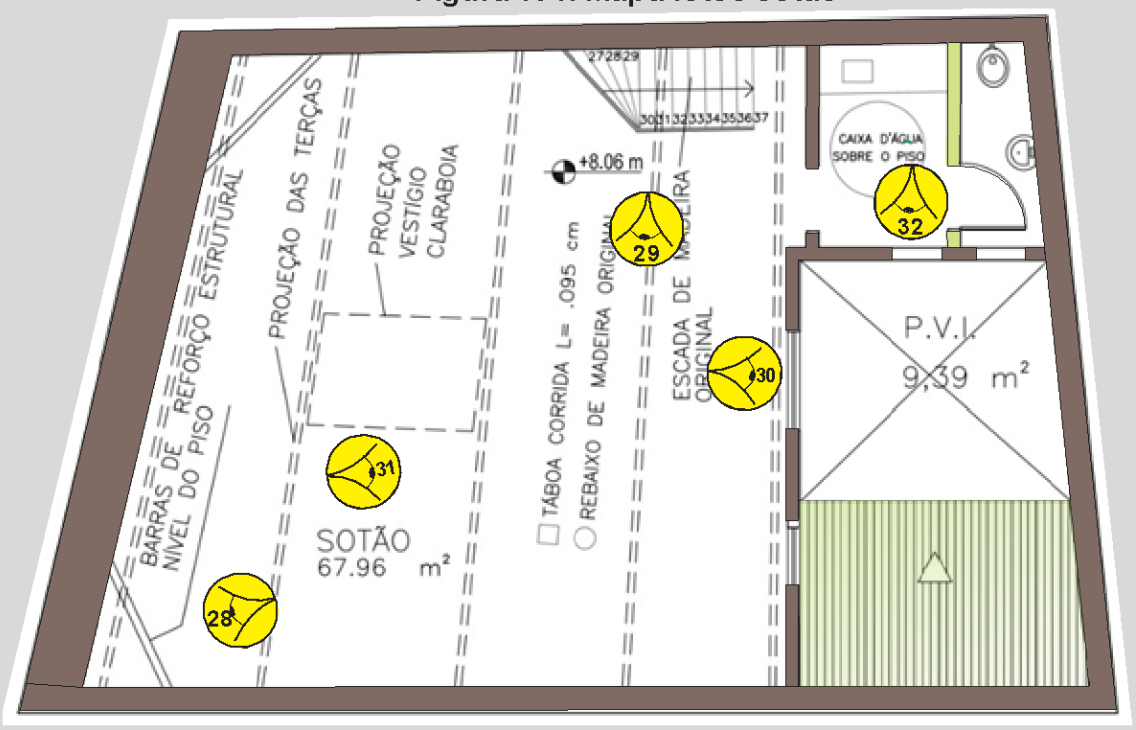
VISTA 22 - Fachada interna

VISTA 27 - Prisma

Fonte: Barroso (2018)

SÓTÃO

Figura 104: Mapa fotos sótão



Fonte: Barroso (2018)

FOTOS INTERNAS – SÓTÃO

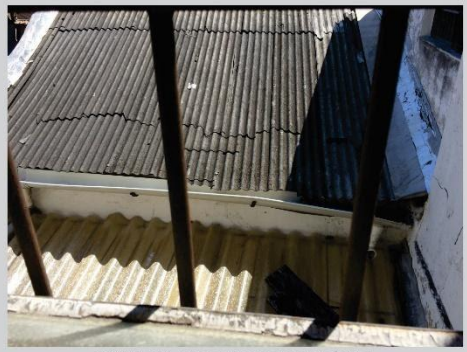
Figura 105: Fotos Sótão

VISTA 28 - Barra de reforço estrutural

VISTA 29 - Forro e apoio da cumeeira

VISTA 30 Prisma - telhas plásticas

VISTA 31 - Forro do sótão



VISTA 32 - Cobertura do depósito

Fonte: Barroso (2018)

Quando da primeira avaliação da construção, antes da elaboração deste estudo, foi diagnosticada uma fenda no encontro entre a fachada e uma parede interna perpendicular (vista 24, figura 98). Para estudar a patologia descrita, foi consultada a bibliografia pertinente ao assunto, sobre consolidação de alvenarias antigas.

Porém, após uma visita mais detalhada à edificação para a elaboração diagnóstico, foi constatado que já havia sido providenciado um reforço estrutural para o imóvel com o uso de tirantes, com o intuito de reforçar as ligações entre a fachada e as paredes laterais (vista 28,

figura 100). Foram encontrados tirantes de aço aplicados à estrutura, para reforçar as ligações entre as paredes frontal e laterais, tanto no primeiro pavimento quanto no sótão, ancorados na alvenaria em cintas de concreto, segundo informações do proprietário. Não foi possível precisar como estes reforços de concreto na alvenaria foram executados para receber os tirantes.

Durante o levantamento, foi diagnosticado que as paredes limítrofes autoportantes do objeto de estudo são constituídas de tijolo maciço, assim como as paredes de vedação internas (figura 101).

Figura 106: Fotos parede interna

Fonte: Barroso (2018)

5. PROPOSTA PROJETUAL

5.1. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

- **A intervenção**

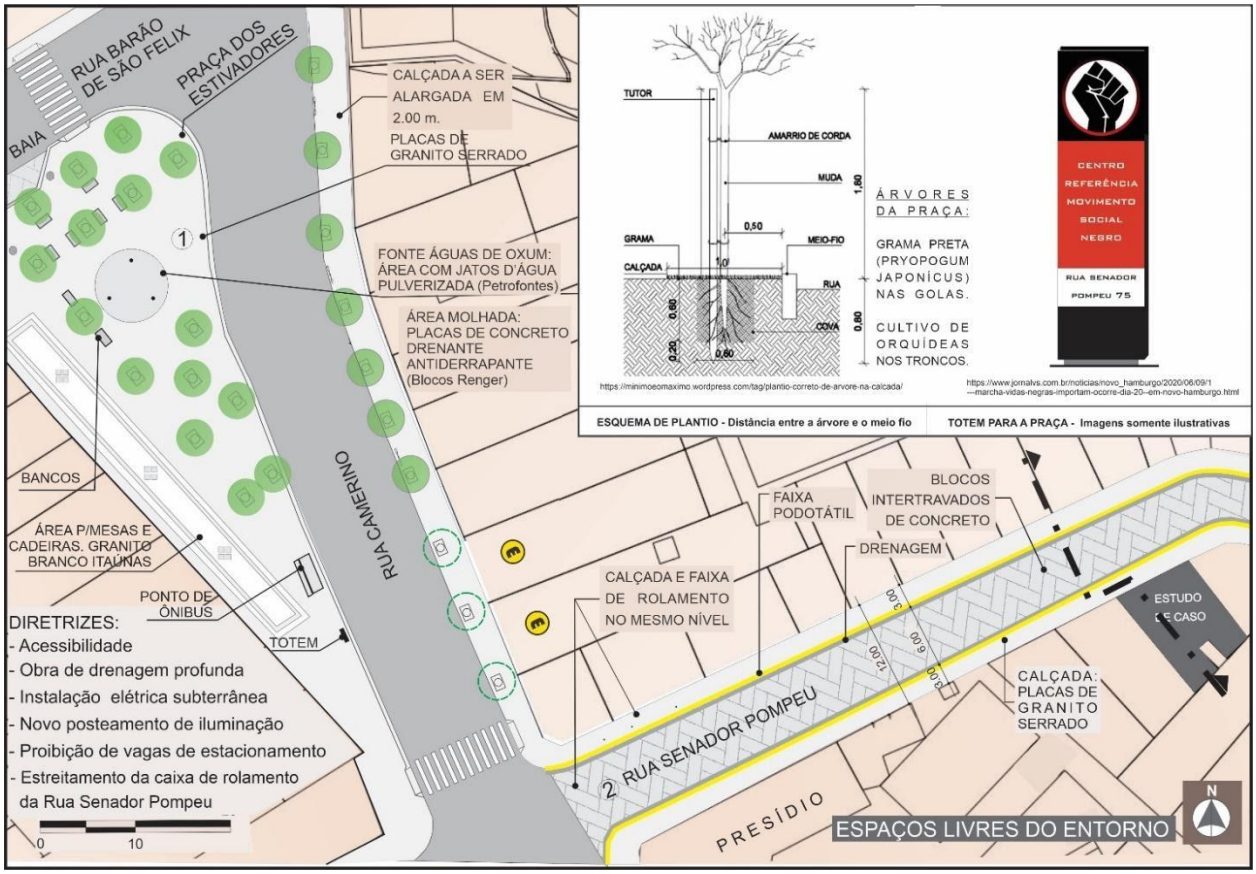
A intervenção no espaço público se deu pela busca de criar um espaço de convívio e de celebração.

A água foi utilizada para complementar o elemento que estava faltando, a fim de trazer o mar para a praça, na tentativa de criar um microclima que refresque as pessoas, convidando-as a tocá-la, como um elemento simbólico. A água funciona como celebração do orixá, para lavar toda a tristeza da atrocidade que lá aconteceu.

Segundo Silva (2001), ver, cheirar, ouvir, passear, deter-se, recordar, representar são atributos que devem ser considerados em cada cidade. Porém, não qualquer cidade, mas aquela *vivenciável*, isto é, uma coleção de fragmentos de lugares de cidades vivenciadas, percebidas por todos os sentidos humanos. (KANASHIRO, 2003, p. 156).

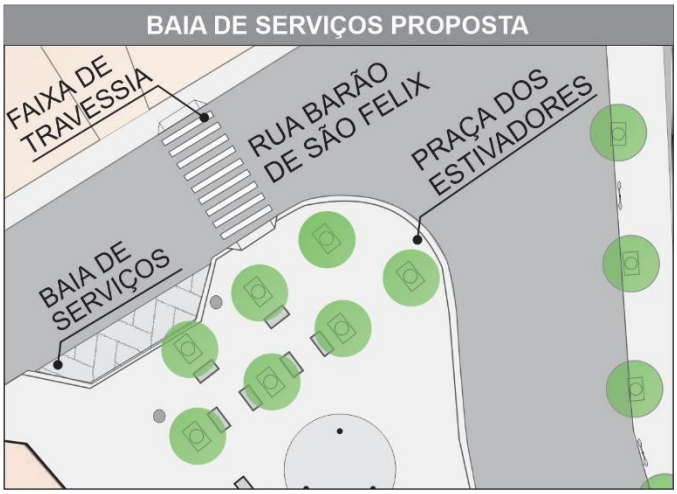
Está sendo proposto novo arruamento da Rua Senador Pompeu e reestruturação da Praça dos Estivadores, com vistas à melhor integração do bem à paisagem e ao reforço do significado do lugar, relacionado à memória negra.

Na proposta projetual apresentada a seguir, observa-se que a calçada do lado ímpar na Rua Camerino foi alargada, com o plantio de árvores que promovem sombra. Essa calçada será a conexão entre os dois espaços selecionados.

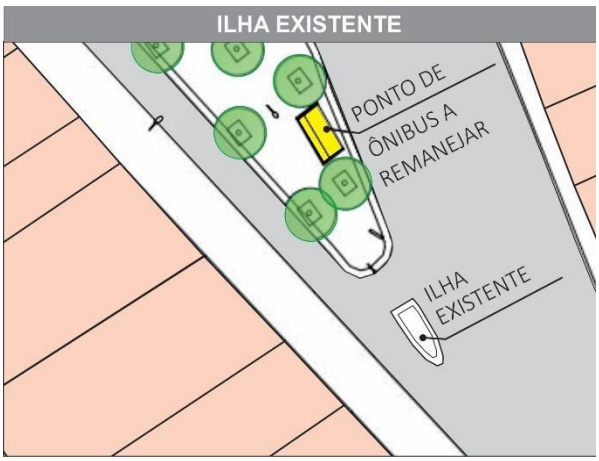


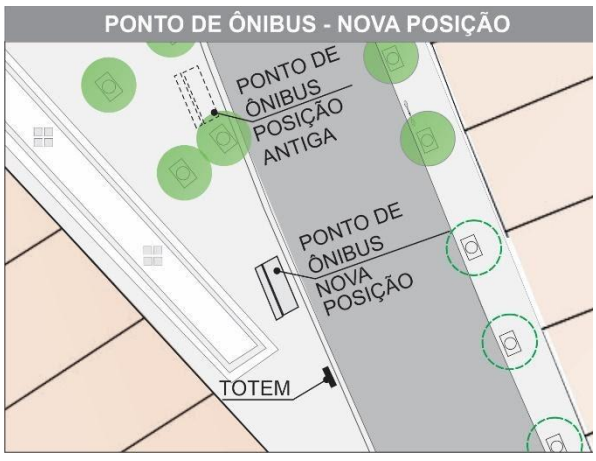
A rua de serviço da Praça dos Estivadores foi eliminada. Dessa forma, o piso da praça vai ao encontro das edificações históricas e o espaço externo dos imóveis comerciais poderá ser melhor utilizado.

Foi criada uma baia de serviço na praça, para carga e descarga, voltada para a Rua Barão de São Félix. Nesta rua também está prevista a implantação de uma faixa de travessia de pedestres, para aumentar a segurança dos transeuntes.

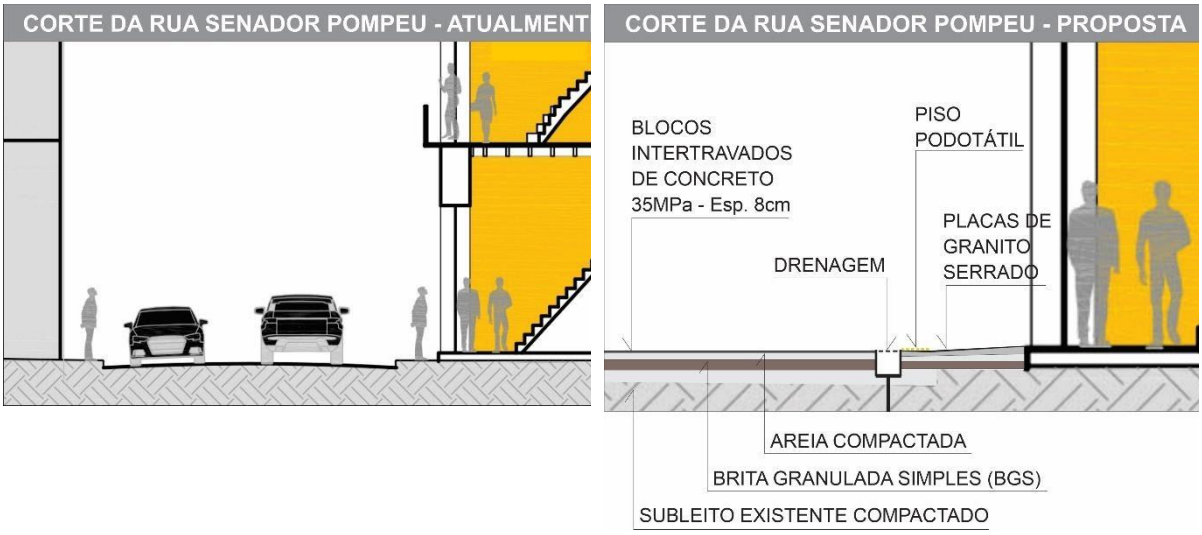


Com a eliminação da rua de serviço, a ilha existente foi incorporada à praça. O ponto de ônibus foi remanejado para esta nova área e, assim, o espaço da praça reservado ao lazer foi ampliado.





O trânsito de veículos não foi eliminado da Rua Senador Pompeu devido à grande quantidade de estacionamentos existentes, mas terá sua velocidade máxima reduzida para 30 km/h neste trecho e poderá ser interrompido para a realização de eventos. O estacionamento em ambos os lados da rua foi abolido, a caixa de rolamento foi estreitada e ficará no mesmo nível do passeio.



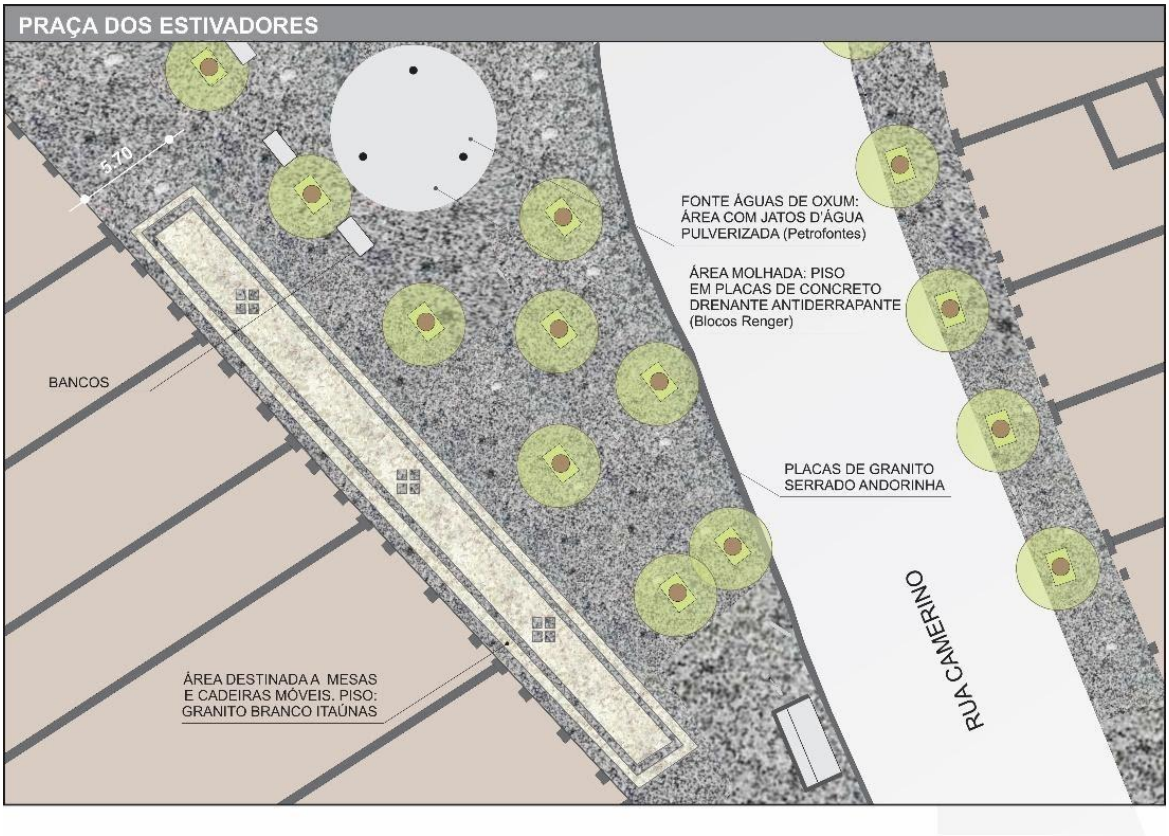
> Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.
>
> [...]. Se o meio social não sobrevivesse para nós a não ser em tais anotações históricas, se a memória coletiva, mais geralmente, não contivesse senão datas e definições ou lembranças arbitrárias de acontecimentos, ela nos ficaria bem exterior. (HALBWACHS, 2004, p. 34, p. 55).

A partir desses dois fragmentos de textos, entendemos que a percepção do espaço acontece tanto pela experiência sensorial quanto pela sinestesia dos sentidos integrados, pelo movimento, pela apropriação e pelo uso, principalmente em se tratando de um lugar que foi palco de acontecimentos históricos e que serve de apoio à memória coletiva da sociedade carioca.

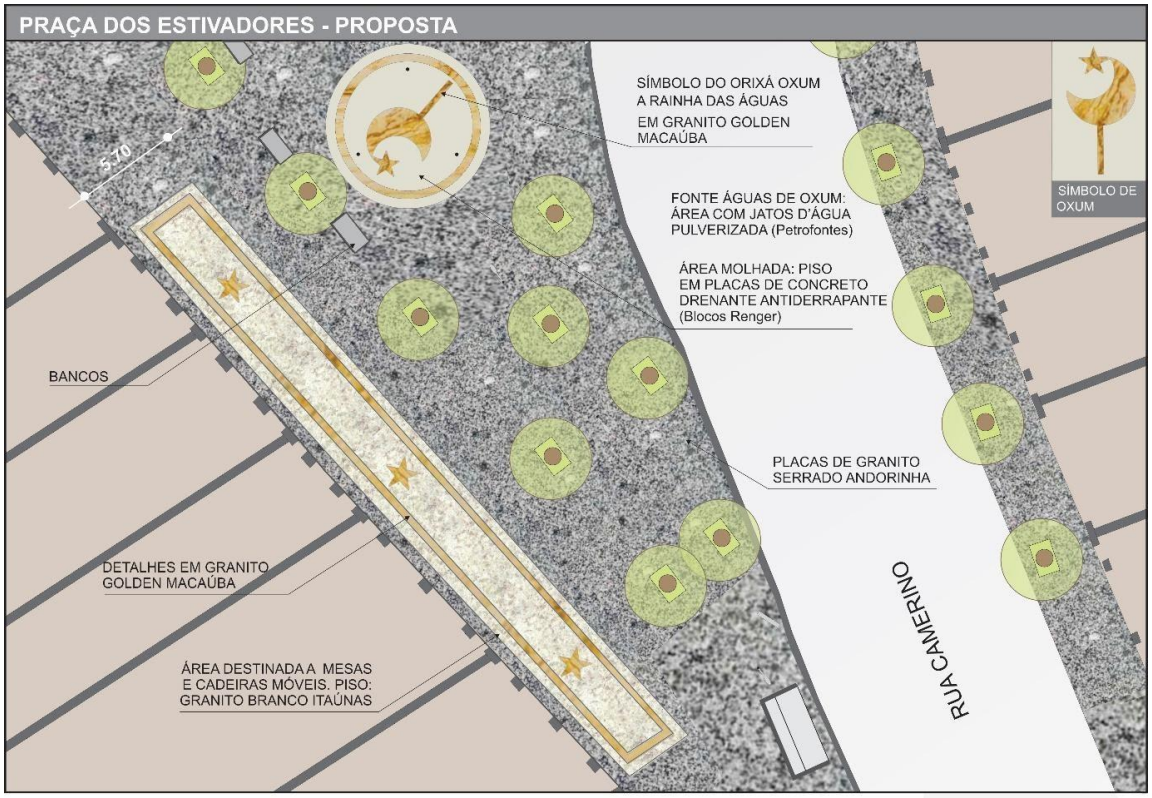
Por esse viés, conduzimos a proposta de forma a incentivar a experimentação para percepção dos espaços livres e dos seus entornos, das imagens espaciais, dos sons e cheiros, das suas áreas de luz e de sombra, da vegetação, com uma abordagem de ocupação do espaço *vivenciável*, mediante o uso para eventos políticos, culturais, de teatro, de música e pedagógicos. Um espaço ativo dentro da Região Portuária, a ser desfrutado no tempo presente e cuja ocupação reforça o sentimento de pertencimento de seus frequentadores.

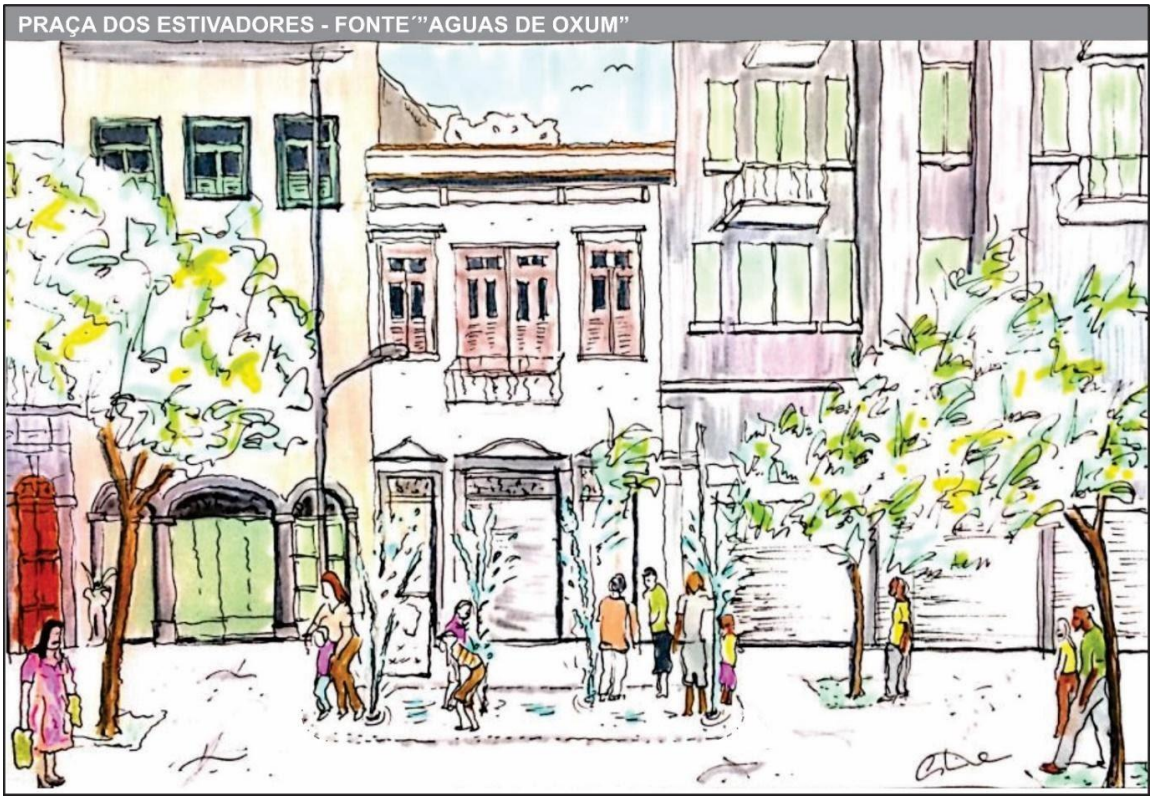
Abaixo estão apresentados diagramas com opções para a paginação do piso da praça.

Na primeira opção, foi criada uma faixa de 5,70 metros de largura em granito Branco Itaúnas, que contrasta com as placas de granito serrado Andorinha do restante do piso, para a demarcação da área de colocação de mesas e cadeiras. A Fonte Águas de Oxum é composta por três jatos de água pulverizada. O piso da área molhada é revestido de placas de concreto drenante antiderrapante.



Na segunda opção, como detalhe de decoração do piso, foi utilizado o símbolo do Orixá Oxum, a Rainha das Águas, em granito Golden Macaúba. Na faixa de 5,70 metros de largura, em granito Branco Itaúnas, foram utilizadas três estrelas, do mesmo material do símbolo.





Experimentação, lugar de vivência, rememoração

Porém, segundo Halbwachs (2004, p. 28) é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que o espaço se transforme em massa consistente de lembranças. A instalação do Centro de Referência do Movimento Social Negro na Rua Senador Pompeu n.º 75 e a promoção de seus eventos temporários nos Espaços Livres da Rua Camerino trarão revitalização à Região Portuária, através da ocupação e da circulação de pessoas em diferentes horários. Esta é uma relação de troca, já que a cidade servirá ao Centro de Referência, o qual utilizará seus espaços públicos, e o Centro servirá à cidade, revitalizando os espaços livres públicos da Rua Camerino.

Segundo Kanashiro (2013), são necessárias novas reflexões quanto às possibilidades de construir cidades vivenciáveis, percebidas por todos os sentidos humanos. Eis aí a melhor forma de conseguir criar um ambiente de qualidade nos centros urbano da contemporaneidade, incluindo-se neste escopo as áreas históricas e preservadas das cidades.

Figura 107: ideograma Adninkra, expressão escrita dos povos Akan, da África Central.

SANKOFA

retornar ao passado

ressignificar o presente

construir o futuro

Fonte: http://xucurus.blogspot.com/2019/05/

sankofa-o-resgate-do-passado.html

5.2 – A EDIFICAÇÃO – PROPOSTA DE ESTUDO

- **Diretrizes e estratégias**

Como definição projetual, para a restauração do sobrado, será valorizada a autenticidade da edificação protegida, buscando-se a preservação do interior e do exterior. O objetivo geral é restaurar o imóvel, adaptar o novo uso para o Programa de Centro de Referência, atender aos princípios da "perda mínima" e "mínima intervenção" e, com isso, preservar a integridade e autenticidade das obras modestas, como o imóvel escolhido como estudo de caso.

Através do estudo da pesquisa histórica realizada, dos precedentes indicados, das referências bibliográficas e dos levantamentos e mapeamentos necessários a um projeto de restauro, foram analisadas as condições para a realização da proposta de trabalho que contemple o projeto de restauração do bem, evitando-se o descarte dos arranjos originais; com intervenções para o novo uso e para acessibilidade universal, de acordo com o programa proposto e a adequação da edificação. A seguir estão listadas as principais intervenções a serem realizadas para o restauro da edificação.

A obra deverá contemplar a reforma completa da fachada, atualmente com pichações, e das empenas laterais, que possuem infiltrações.

Para a pintura da alvenaria e dos frisos da fachada, recomenda-se a utilização de tinta mineral à base de silicato de potássio, precedida de massa corrida de silicato para exteriores e fundo preparador.

Podem ser consideradas como referências de cor as especificações a seguir, do fabricante Coral, que poderão ser transpostas para a tinta mineral. Para a alvenaria, será utilizada a cor "Marrom Havana" e, para os frisos e adornos, a "Recife Prateado". A serralheria será pintada com esmalte sintético acetinado na cor cinza grafite e as esquadrias, com a mesma tinta, na cor "Níquel".

As esquadrias encontram-se danificadas e deverão ser restauradas. As do pavimento térreo ainda conservam as portas de duas folhas, de madeira maciça e almofadas, com bandeiras semicirculares em serralheria vazada. No segundo pavimento, esquadrias de madeira, com duas folhas, fechamento em vidro, venezianas, almofadas e bandeiras fixas encontram-se com algumas partes faltantes, que deverão ser reconstruídas.

Seguem abaixo as especificações do projeto de restauração das esquadrias externas. Deverão ser desenvolvidas as especificações de restauro para os demais elementos da edificação.

Armazenamento das peças de madeira na obra, afastadas do solo, em local fresco e ventilado. Escoramento dos elementos que corram risco de colapso. Limpeza desengordurante, com produtos com base em água ou amoníaco, para possibilitar a avaliação do estado de conservação. Se forem identificados insetos xilófagos, estes devem ser exterminados.

Remoção mecânica da pintura existente, com lixa e espátula, sem danificar a madeira. Quando as peças estiverem muito fragilizadas, a remoção da pintura deverá ocorrer através da aplicação de solvente, com pano ou algodão. Para selecionar o solvente mais adequado, realizar testes prévios, em pequenas áreas pouco visíveis.

Remoção das peças muito danificadas, sem condições de recuperação. Para a substituição, será necessário desmontar as esquadrias. Identificação e catalogação das peças. Para a substituição, deverá ser utilizada madeira seca e tratada, do mesmo tipo da existente. Se apenas uma parte da peça estiver comprometida, deverá ser feita uma prótese com o mesmo tipo de material, para ser fixada no local através de encaixes. Deverão ser aplicados protetivos nas peças existentes e novas, caso não venham já com tratamento para imunização.

Para preencher gretas e falhas (obturação), utilizar mistura de pó de madeira e cola de carpinteiro ou PVA. Após aplicação prévia de *primer*, executar pintura com esmalte sintético acetinado.

A escada existente é a original, de madeira, e encontra-se em estado regular. Seria interessante que fosse restaurada, de acordo com as diretrizes acima descritas, exceto pela pintura, já que era encerada.

O piso do primeiro pavimento foi alterado. Foi colocado um revestimento cerâmico do século XX. Como proposta, a indicação é que seja colocado o mesmo piso a ser utilizado na reforma da Rua Senador Pompeu: placas de granito serrado, garantindo a continuidade da cor e da textura do revestimento. A ideia é que, durante os eventos, as três portas duplas de madeira sejam mantidas abertas, para convidar o público a entrar no salão.

No segundo pavimento, o piso, a estrutura de barrotes de madeira e o pé-direito original serão conservados. Fez parte do diagnóstico a verificação do dimensionamento dos barrotes, para que, na ocasião do projeto executivo, possa ser estimada a carga suportada pela estrutura existente.

Como a conformação atual do telhado não corresponde ao padrão usual da tipologia do sobrado, ele deverá ser reconstruído com novo madeiramento e com a cumeeira perpendicular à fachada.

Deverá ser instalada uma claraboia sobre o prisma de iluminação e ventilação. No último projeto aprovado de 1898, localizado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, o local da claraboia já estava assinalado. A instalação do artefato garante a manutenção da memória construtiva da edificação. As venezianas laterais, que compõem o conjunto da claraboia, promovem o sistema de ventilação do imóvel, já que a massa de ar mais quente apresenta tendência à ascensão (CALHAU, p. 88). É importante ressaltar que atualmente o prisma está vedado e a ventilação cruzada é inexistente, o que aumenta o desconforto térmico no interior do imóvel.

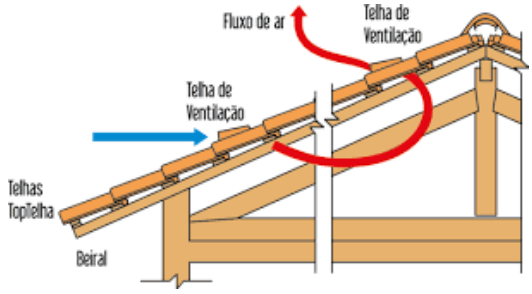
A obra de restauro deverá incluir a renovação das instalações elétricas e hidrossanitárias, além de atender as demandas de acessibilidade e de conforto ambiental.

Em relação ao conforto térmico, há de se ressaltar o fato de que fachada principal da edificação é noroeste, orientação com a maior incidência solar no hemisfério sul. Como está inserida em ambiente de APAC, com edifícios baixos, existem menos obstáculos para permitir boas condições de ventilação, o que poderia amenizar o calor, não fosse pela barreira aos ventos, formada pelo Morro da Conceição.

Por serem espessas, as paredes limítrofes autoportantes proporcionam inércia térmica à edificação, pelo atraso térmico no fluxo de calor. Mas a fachada principal, voltada para a pior orientação em termos de insolação, possui esquadrias em toda sua dimensão, nos dois pavimentos, que não podem ser alteradas por serem preservadas. Recomenda-se a utilização de reboco térmico interno, com vermiculita expandida. Porém, como já foi explicado acima, existe pouca superfície para esta aplicação.

Poderão ser instalados aeríferos junto aos forros, que são sancas perfuradas, para que o ar quente possa sair do ambiente, conjugados com a utilização de telhas de ventilação no telhado (figuras 108 e 109).

Figura 108: Esquema de ventilação



Fonte: toptelha.com

Figura 109: Telha de ventilação

Fonte: https://www.archiexpo.com/pt/fabricante-arquitetura-design/telha-ventilacao-4087.html

Como estratégia bioclimática, é importante que o sistema de ventilação natural cruzada, proporcionado pela circulação do ar entre as esquadrias da fachada e as do prisma de ventilação existente, possa ser utilizado.

Sob o ponto de sustentabilidade econômica abordado no projeto, deve ser mencionado o conceito de energia embutida, segundo o qual os edifícios antigos representam um capital cultural, pelo seu valor de memória, e um capital econômico, caracterizado pelo investimento feito no passado, traduzido em recursos naturais e energia. Cabreiras (2010, p. 48) descreve: "A manutenção e conservação de edifícios históricos reduzem os resíduos oriundos de demolições e de novas construções, o consumo de recursos naturais para a produção de novos edifícios e conserva a energia embutida nas edificações existentes".

O conceito de energia embutida nas edificações considera o montante energético incorporado no processo de produção, transporte e construção efetiva, incluindo aquela empregada na sua demolição. Portanto, a preservação de edifícios históricos constitui-se em um meio de resguardar a energia empregada na construção, caracterizando-se como um recurso não-renovável.

Quando estes edifícios são mantidos regular e adequadamente, requerem menos recursos para reabilitação e restauração do que a demolição e a construção de novos edifícios, ainda que estes últimos sejam tidos como sustentáveis. Conforme Cabreira, (2010, p. 31), os edifícios históricos são parte do estoque de edifícios existentes e são estratégicos para uma construção civil menos impactante ao meio ambiente.

Em relação ao critério de sustentabilidade sociocultural, o aspecto social do Patrimônio Cultural está atrelado ao valor cultural a ele atribuído, que é multidimensional e proveniente de

uma escala de valores com características que incluem o valor estético, o valor espiritual, o valor social intrínseco, o valor histórico e o valor simbólico (CABRERAS, 2010, p. 47 apud THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 2000).

A proposta da pesquisa trata da restauração de um sobrado para a instalação do Centro de Referência das Pautas Contemporâneas do Movimento Social Negro, dando ênfase aos processos que tiveram como *locus* a Região Portuária do Rio de Janeiro, a partir do achado arqueológico do Cais do Valongo. É a salvaguarda de um bem imaterial, a memória do movimento social negro da região portuária carioca, em um bem cultural edificado, um sobrado preservado dentro de APAC.

E, por último, abordando o critério de acessibilidade, há uma limitação de projeto a ser relatada. Ao se estudar o perfil da Rua Senador Pompeu, localizada na Subárea A – Morro da Conceição, Portaria IPHAN 135/2013, com seu casario singelo e centenário, o primeiro ímpeto é o de transformá-la em uma rua de pedestres, solução adotada em centros históricos de diversos países, nivelando a pista de rolamento com as calçadas, que são estreitas.

Porém foi constatada a existência de vários estacionamentos com alvará de funcionamento válidos, concedidos de acordo ao Decreto "E" nº 5996/1973, anterior ao Decreto do SAGAS e à Lei 111 de 2019. Este decreto proibiu a construção de edifícios-garagem em outras regiões do centro e propiciou a construção e a instalação de vários destes exemplares no entorno do Morro da Conceição.

Portanto, na proposta projetual para o arruamento do trecho da Rua Senador Pompeu, não foi prevista a eliminação do trânsito de veículos, o que será positivo em termos de acessibilidade, pois permitirá o desembarque de cadeirantes em frente ao Centro de Referência. A velocidade máxima nesse trecho deverá ser de 30 km/h, e o trânsito poderá ser interrompido para a realização de eventos. O estacionamento em ambos os lados da rua será eliminado, a caixa de rolamento será estreitada e ficará no mesmo nível dos passeios, que serão alargados.

A soleira existente é de granito e está preservada pela municipalidade, não podendo ser rebaixada nem removida. Para o acesso de cadeirantes, será utilizada uma rampa metálica removível.

- **Implantação do novo uso – o programa**

O projeto já tem um gestor definido, o Instituto de Pesquisa e Ação Comunitária, e o programa foi desenvolvido a partir de uma demanda desse gestor. Após a fase do diagnóstico, foram identificadas as potencialidades e as condicionantes do imóvel para que o programa fosse elaborado.

Mas é importante ressaltar qual foi a motivação da autora desta dissertação para criar um polo de memória e valorização da cultura negra em um sobrado histórico da Região Portuária.

Segundo Lyra (2006, p. 57), a obra arquitetônica necessita ser continuadamente usada para sobreviver. O que hoje conhecemos é, frequentemente, o resultado de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência, quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade. Mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento. Deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica. Além disso, de acordo com o autor, cada edificação tem uma história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence, fatores que devem condicionar a escolha de uma nova função.

Respeitando-se as restrições aos usos indevidos, descritos no quadro de usos e atividades da legislação vigente, é permitido que esse tipo de edificação aloje atividades diversas das originais, casas de moradia ou mistas – moradia e comércio, funcionando quase que como um recipiente neutro, que pode alojar diferentes atividades.

Mas, considerando-se o estudo de caso, essa neutralidade não existe. Inicialmente, os sobrados serviam de depósito para venda da população escravizada. Além disso, de acordo com o arquiteto Lucio Costa (1962, p. 9-10), era o negro que desempenhava todas as funções necessárias ao funcionamento da casa, quando não existiam instalações hidrossanitárias ou elétricas.

Segundo Tschumi (2005, p. 03), não há espaço arquitetônico sem algo que tenha lugar ali: não há espaço sem conteúdo. E um conteúdo, o programa, pode qualificar um conceito. É simbólico que o Movimento Social Negro ocupe uma edificação histórica do século XIX, dando-lhe um novo uso, relacionado à comunidade a que pertence, como marco de novos tempos de justiça social.

1º PAVIMENTO = 102,18 m²

- Acesso / Recepção;
- Salão de exposições;
- Café;
- Banheiros

MEZANINO = 45,00 m²

- Info lounge
- 1 banheiro

2º PAVIMENTO = 91,75 m²

- Sala multiuso
- Sala de aula
- Banheiro
- Administração

SOTÃO = 91,75 m²

- Casa de máquinas
- Banheiro
- Depósito

ATE = 330,68 m

Circulação vertical:

- Escada original
- Elevador

ACERVO TÉCNICO

Ladeira do Pedro Antônio, 42, Morro da Conceição.

FLUXOGRAMA

- **A distribuição**

Com o objetivo de gerar uma reflexão sobre os conceitos de perda mínima, mínima intervenção e de como, ao tratar destes conceitos, a elasticidade tensiona o trabalho, foram desenvolvidas três soluções de layout, apresentadas a seguir.

A alternativa que contemplaria a demolição dos dois pisos existentes para a criação de três andares foi descartada. Embora permitida pela legislação atual, para que essa linha de projeto fosse adotada, seria necessário que as novas lajes de piso guardassem 3 metros de distância do plano da fachada. Devido à pouca profundidade do estudo de caso, esta medida inviabilizaria o projeto.

- Estudo 1

Nesta opção, o salão poderá receber módulos de exposição, objetos de arte, como esculturas e instalações, cadeiras para palestras, ou ficar desimpedido, para que os frequentadores transitem livremente. Por este motivo, foi criada uma recepção e um hall de entrada para a escada que dá acesso aos demais pavimento com porta, que poderá ser fechada quando necessário. Atrás da recepção será instalada uma estante de mídia, para apoio aos eventos. Do lado direito da entrada, há um espaço dedicado ao Sagrado, onde poderão ser

colocadas oferendas aos orixás ou instalações artísticas, conforme o evento. Do mesmo lado, mais à frente, está prevista a instalação de uma vitrine de exposição permanente, com dados e imagens sobre a história do movimento social negro no Brasil.

Painel histórico – detalhe

PAINEL HISTÓRICO

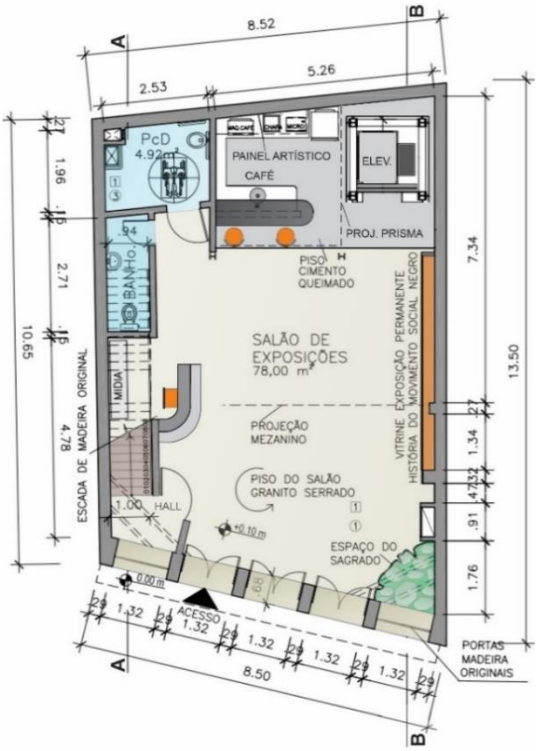
Foi projetado um café com balcão, pia, geladeira e demais equipamentos, com piso de cimento queimado e com um painel artístico na parede do fundo, que pode ser um grafite que ocupe toda a altura do prisma. A estrutura do café poderá servir como suporte para os eventos a serem realizados no primeiro pavimento, como o lançamento de livros e inauguração de exposições. Integram o projeto um elevador de acesso aos demais pavimentos e banheiros, sendo que um deles para pessoas com deficiência.

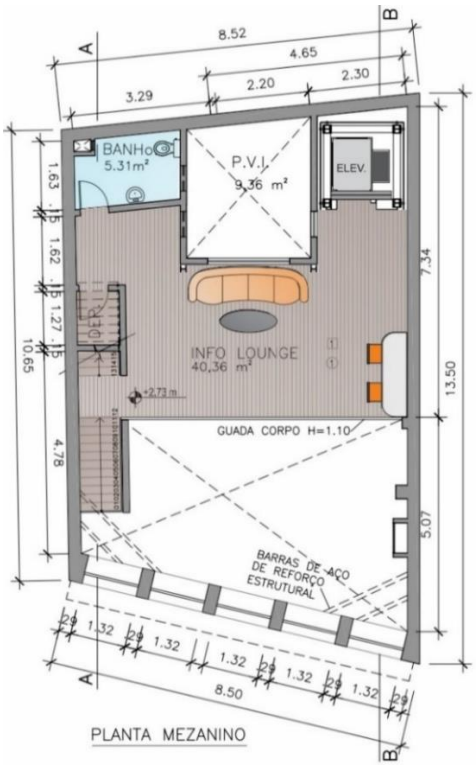
No mezanino há um *info lounge* para a consulta ao acervo do IPAC sobre o Movimento Social negro. O balcão do mezanino funciona como um púlpito, de onde o palestrante pode proferir a sua fala. Com a manutenção das portas abertas e com a ajuda do equipamento de som, ele poderá ser ouvido no salão e na rua Senador Pompeu.

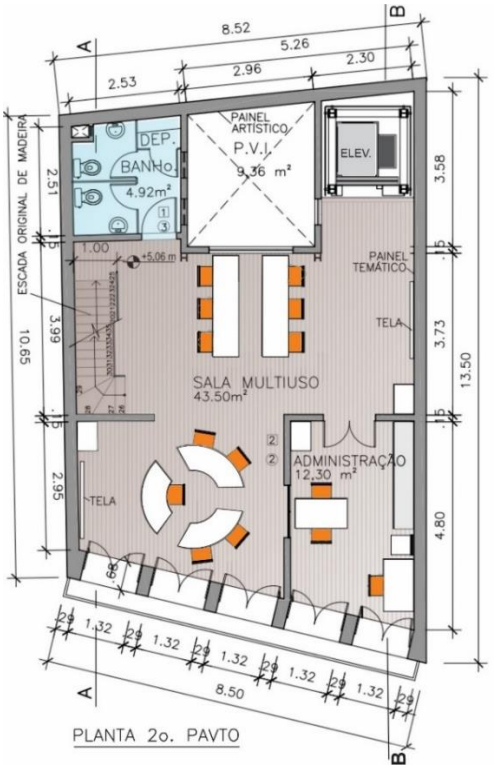
O segundo pavimento será utilizado para aulas e reuniões, com tela para projeção e painel temático, além de uma sala para a administração. Em eventos a serem programados na Rua Senador Pompeu, os discursos poderão ser proferidos desde o balcão existente neste pavimento. O layout em planta é apenas sugestivo e foi elaborado considerando-se o distanciamento recomendado durante a crise sanitária do covid-19.

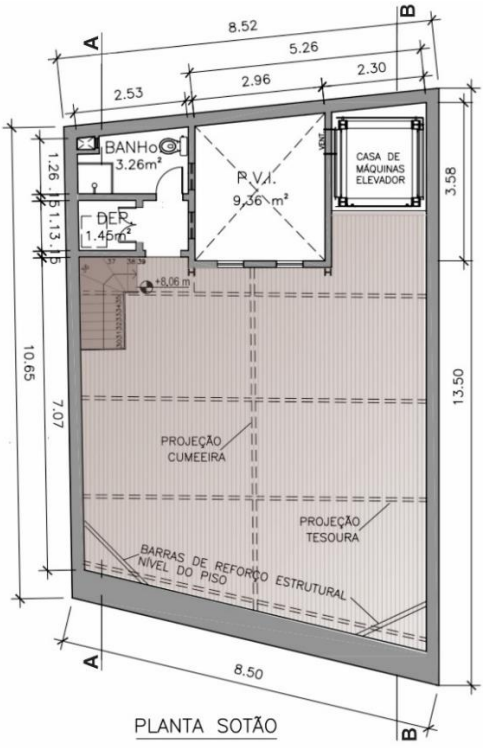
O sótão deverá ser utilizado somente como andar técnico, para possibilitar a reconstituição das tesouras do telhado no padrão usual da tipologia do sobrado, de acordo ao projeto pesquisado de 1898.

Estudo 1 – plantas

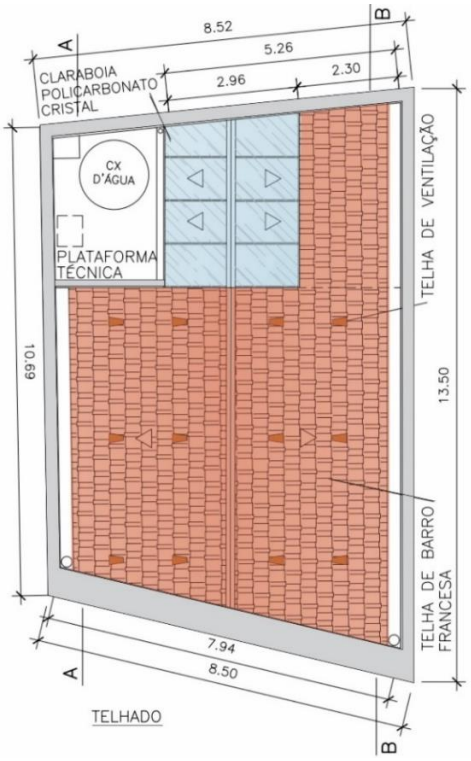


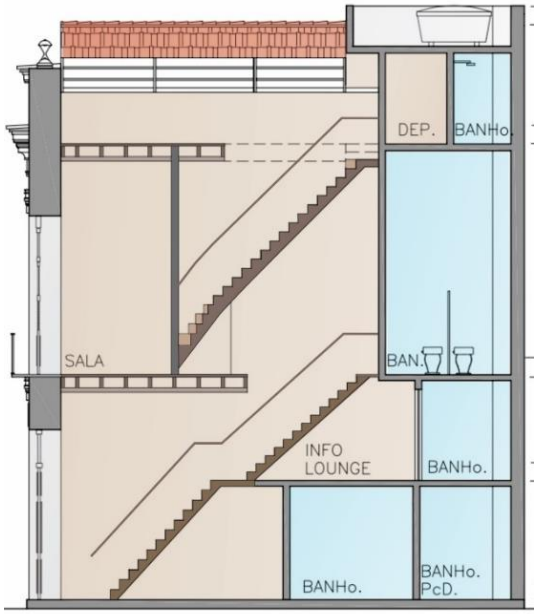






Estudo 1 – planta do telhado, cortes





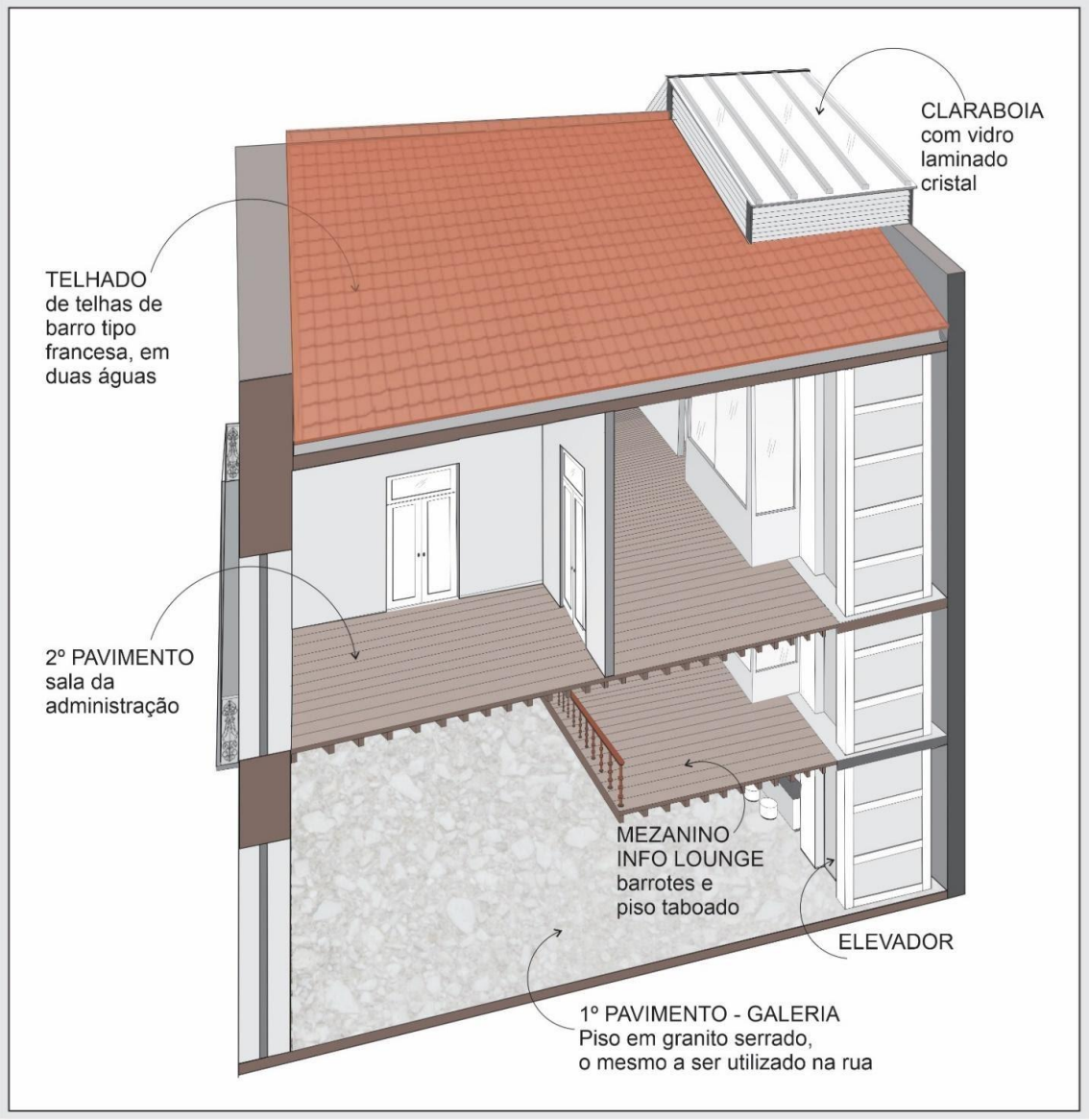
CORTE AA

CORTE CC

CORTE BB

Estudo 1 - corte perspectivado e estudos volumétricos

Para melhor visualização do projeto, serão apresentados a seguir alguns estudos tridimensionais.



Embora o mezanino seja um novo elemento, recomenda-se que, durante a realização do projeto de execução da obra, seja avaliada a possibilidade de esse elemento ser construído com a mesma estrutura de barrotes de madeira existentes no prédio, para que a unidade do projeto seja mantida.

Foram elaborados dois estudos volumétricos apresentados a seguir, nos quais se pode observar o interior do sobrado e a solução de layout proposta.

- Estudo 2

Na solução apresentada a seguir, o salão do primeiro pavimento permanece com a sua múltipla função e com os mesmos materiais de acabamento, podendo ser utilizado para exposições, aulas ou outros eventos culturais e sociais.

Em relação à circulação vertical, a escada original de madeira que leva ao segundo pavimento foi mantida, mas foi descartada a utilização de um elevador. Passou a ser utilizada uma plataforma elevatória, localizada próxima à entrada do imóvel. Com isso, o hall de acesso independente para o segundo pavimento teve que ser eliminado.

Para a colocação da plataforma, a recepção teve que ser deslocada para o lado direito e, com isso, o espaço do sagrado, que estava localizado próximo à entrada, foi eliminado, mas poderá ser reinstalado no jardim criado no primeiro pavimento, embaixo do prisma de ventilação. Além de embelezar o ambiente, esse jardim servirá como estratégia bioclimática. As plantas deverão ser semeadas em vasos, para que as raízes não danifiquem as fundações da construção.

A vitrine de exposição permanente permaneceu na mesma posição, mas o café foi transferido para o local onde anteriormente estava o elevador, nos fundos, à direita, e está integrado ao jardim.

No mezanino, o *info lounge* foi mantido. Este espaço serve de apoio ao salão multiuso e poderá ser utilizado para reuniões, estudos, sala de espera ou mesmo para a realização de uma pausa.

Foi criada uma pequena biblioteca, nos fundos, à direita. Os gestores poderão estudar a possibilidade de a biblioteca ficar aberta, integrada ao lounge.

Embora, no segundo pavimento, a administração tenha ficado pequena, existe um compartimento específico para o arquivo, localizado à esquerda, próximo à plataforma.

O salão multiuso do segundo pavimento ficou bem amplo. Os móveis poderão ser remanejados, de acordo ao evento ou curso que venha ser realizado. Mas as alvenarias internas originais foram praticamente todas retiradas, embora possam ser reconstruídas, de acordo ao princípio da reversibilidade em um projeto de Restauro (BRANDI, 2004, p. 48).

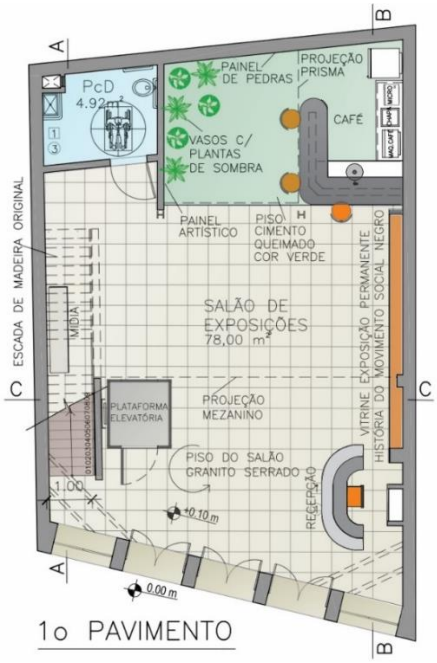
No sótão, optou-se por uma tesoura diferente da original (ver corte CC), o que possibilitou sua ocupação, mesmo que precária, por conta do pé-direito baixo e irregular. Dessa forma, pôde ser criado um ambiente de estar com um sofá grande e reversível, para que o espaço possa ser utilizado também como residência temporária.

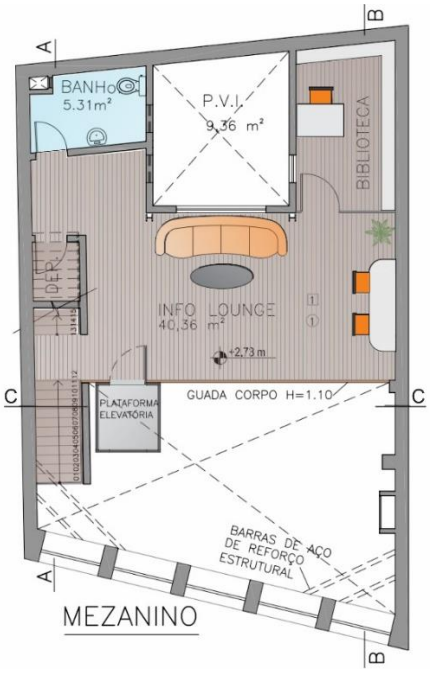
No projeto estrutural a ser realizado, há de se estudar a especificação dos materiais e o dimensionamento das novas tesouras projetadas para o telhado, se serão executadas em peças de madeira ou se em perfis de ferro.

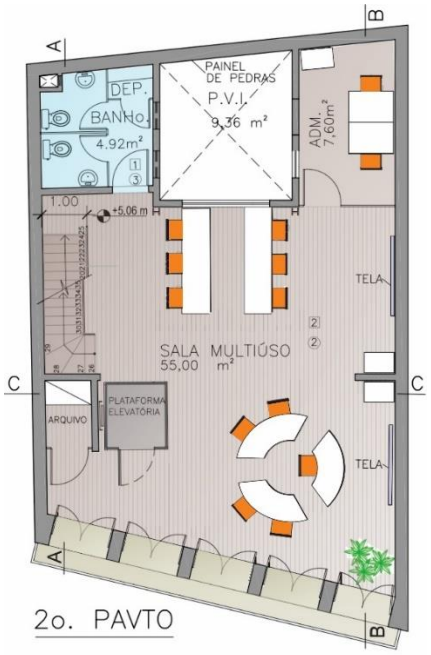
No nível do sótão, foi criado um terraço nos fundos, à direita, que poderá ser utilizado para reuniões ao ar livre ou para o lazer. Neste mesmo nível, haverá uma pequena bancada com pia e uma geladeira, para dar apoio às reuniões do terraço.

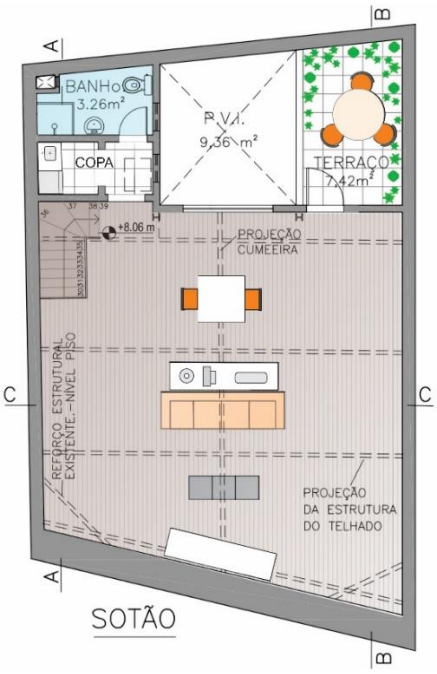
O prisma de ventilação será coberto por claraboia em duas águas, de estrutura metálica, com fechamento em policarbonato cristal e com venezianas laterais que garantem a ventilação.

Estudo 2 – plantas

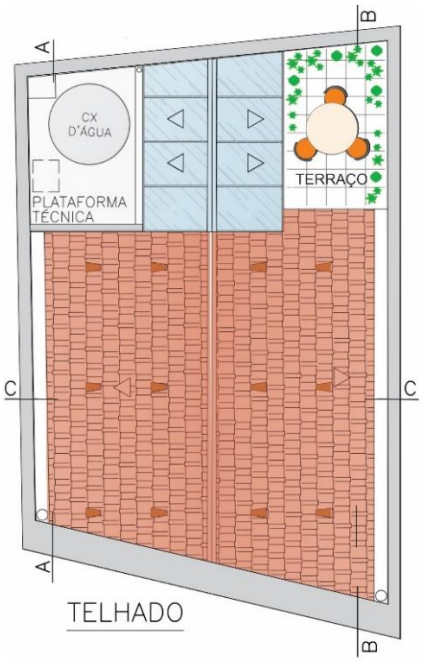


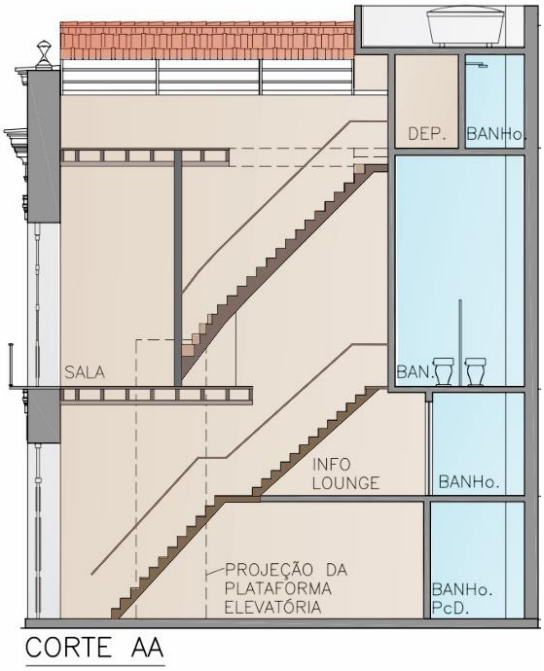


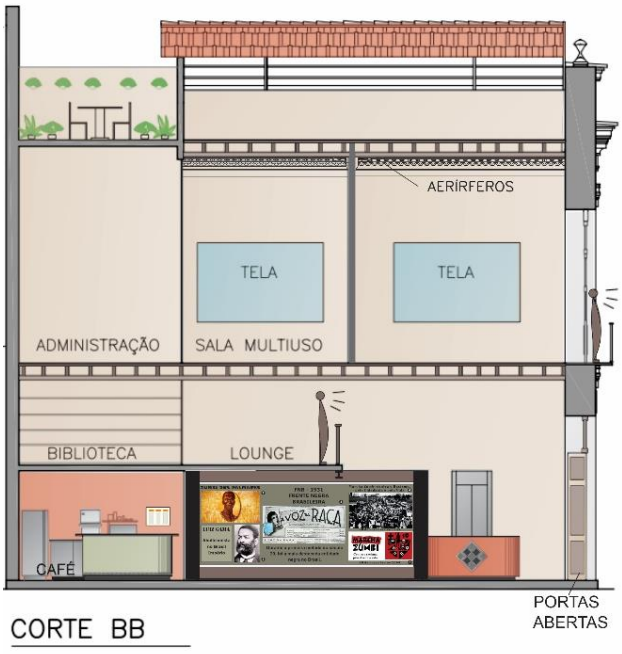




Estudo 2 – planta do telhado e cortes







- Estudo 3

Nesta opção, a recepção foi posicionada do lado direito do salão de exposições, próxima às portas da entrada. Como o pé-direito é alto, para esta área foi proposta uma iluminação através de pendentes, que poderá ser adotada em todas as opções.

Ainda do lado direito, a seguir, está o elevador. Talvez seja difícil instalá-lo sem danificar a estrutura de barrotes de madeira existente entre o primeiro e o segundo pavimento, e entre este último e o sótão.

A escada original foi descartada e, no lugar, foi projetada uma nova escada nos fundos, à direita. Ela é composta pelos tramos dos degraus e pelas passarelas. Deverá ser executada em perfis metálicos e chapa perfurada, para permitir a passagem da iluminação natural, já que uma das águas da claraboia, que possui fechamento em placas de policarbonato transparente, foi ampliada para cobrir esta área.

A demolição da escada original é uma decisão que deve ser tema de análise e reflexão, porque não aproveita um elemento remanescente tão importante e que está em um estado regular de conservação. Mas a construção de uma nova escada em estrutura metálica trará mais comodidade e segurança aos frequentadores da Centro de Referência do Movimento Social Negro.

Esse formato de claraboia assimétrica proposto não é exatamente a que era utilizada nos sobrados no início do século XX, mas é provável que possa ser aprovada pelos órgãos de proteção do patrimônio do Rio de Janeiro.

O Espaço do Sagrado e a vitrine para exposição permanente foram mantidos na mesma posição do Estudo 1, à direita. O salão vai até o jardim, localizado na direção do prisma, que conta com um banco de madeira com três lugares e uma parede verde, nos fundos. A cisterna fica no subsolo desta área.

Com o jardim do lado da escada, foi possível expandi-lo para esquerda, sob a projeção da passarela que a compõe. Foi proposto um banco de madeira fixo, entre o elevador e o banheiro do primeiro pavimento.

Com a nova posição da escada, o café teve que ser transferido para uma bancada no mezanino. O *lounge* continua com a bancada à esquerda, para trabalho e realização de pesquisas. Mas o sofá foi eliminado e substituído por uma pequena mesa de três lugares, que servirá de apoio ao café.

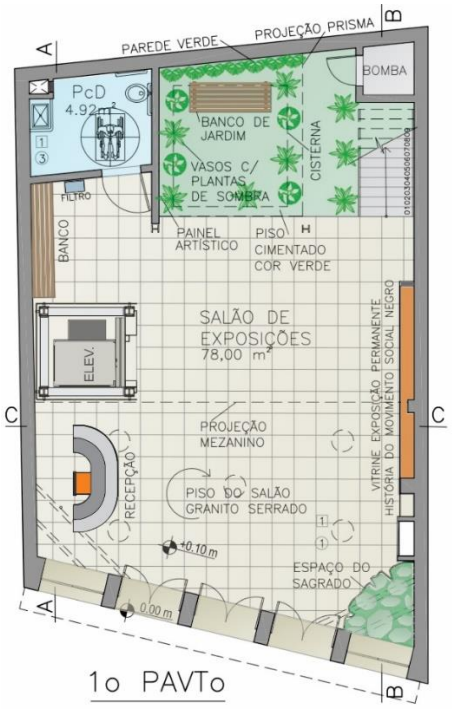
No segundo pavimento, há um ambiente central, por onde se dará a circulação e onde foi possível acomodar uma bancada de trabalho. Na parte da frente, à direita, existe um espaço para cursos e palestras, e, do outro lado, a administração. Nesse andar, boa parte das paredes internas foi mantida.

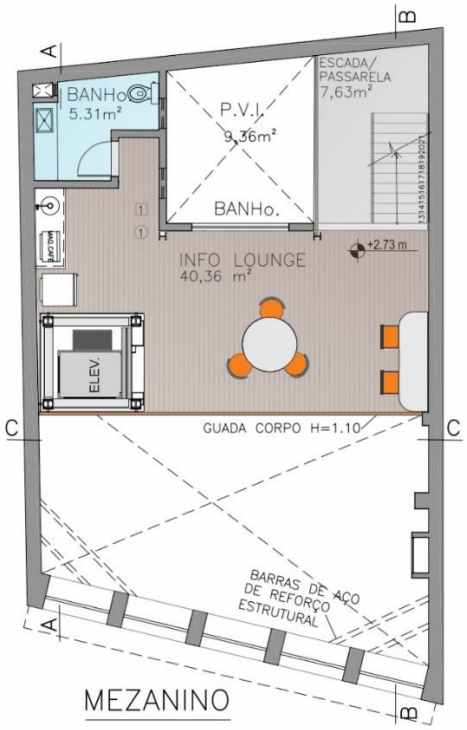
Na estrutura do telhado, foi utilizada a mesma solução do Estudo 2, que possibilita a ocupação do sótão como um ambiente de estar ou mesmo uma residência temporária.

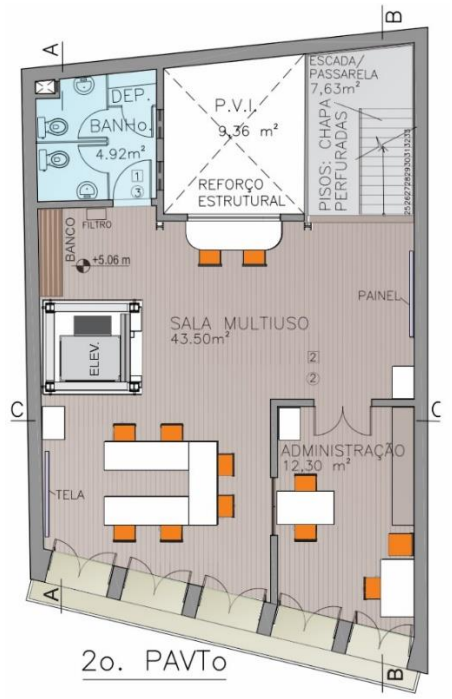
Caso seja necessária a utilização de aparelhos de ar condicionado tipo *split*, as unidades condensadoras deverão ser colocadas na plataforma técnica, que deverá ser ampliada em direção ao telhado. Durante o projeto de arquitetura de aprovação, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade deverá ser consultado para que seja definido o tamanho máximo permitido para esta plataforma.

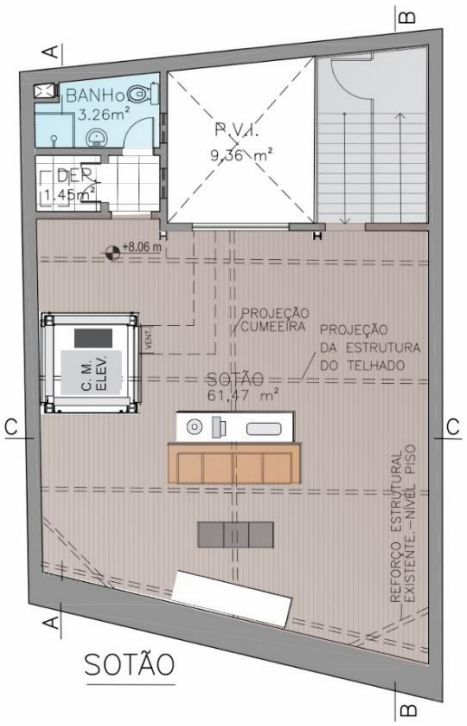
Estes estudos são importantes para o desenvolvimento do projeto, e posteriormente poderão ser submetidos ao gestor para a sua avaliação. Mas é importante salientar que, em todas as alternativas, o programa foi mantido e, na oportunidade de desenvolvimento do projeto executivo, essas soluções poderão ser testadas com maior precisão.

Estudo 3 – plantas

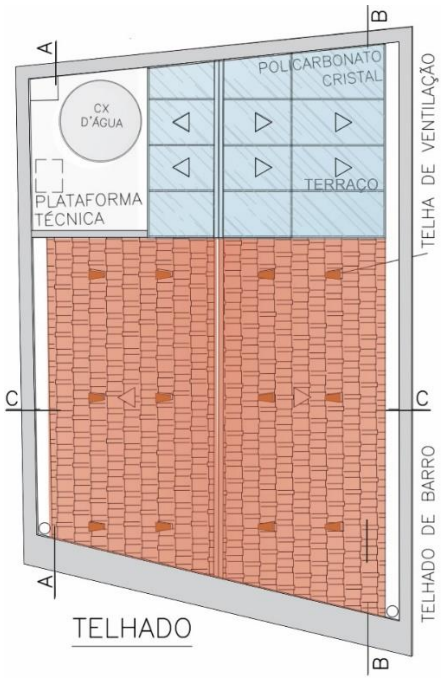


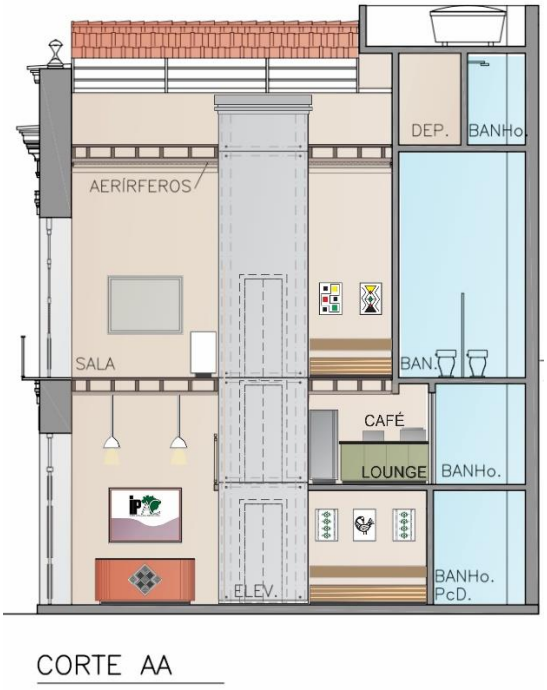


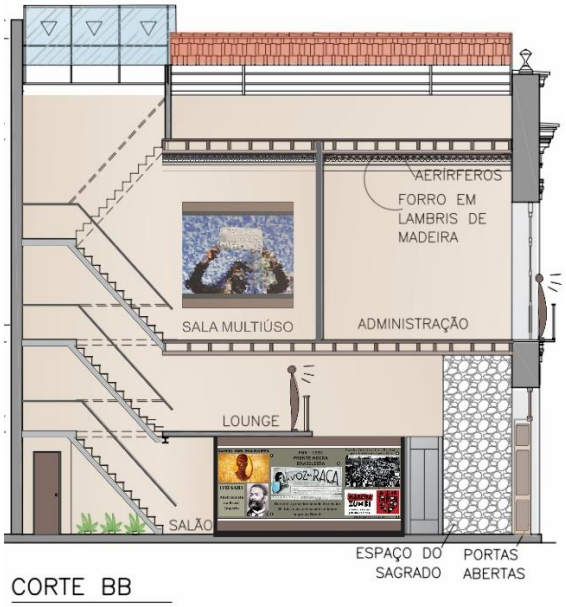




Estudo 3 – planta do telhado e cortes







Para melhor visualização do Estudo 3, serão apresentadas, a seguir, as maquetes eletrônicas desenvolvidas para o projeto.

- **Quadro comparativo**

Com o intuito de facilitar a tomada de decisão para o desenvolvimento da proposta, foi montado um quadro comparativo, com os critérios básicos de análise de projeto e com as vantagens e desvantagens de cada opção e de cada pavimento, que estão nomeados de forma abreviada; a coluna S/T se refere ao sótão e ao telhado. A nota 1 foi considerada como sofrível, a nota 2 como regular e a nota 3 como boa. Abaixo das notas, seguem algumas justificativas sobre a pontuação.

Quadro 4: Comparativo

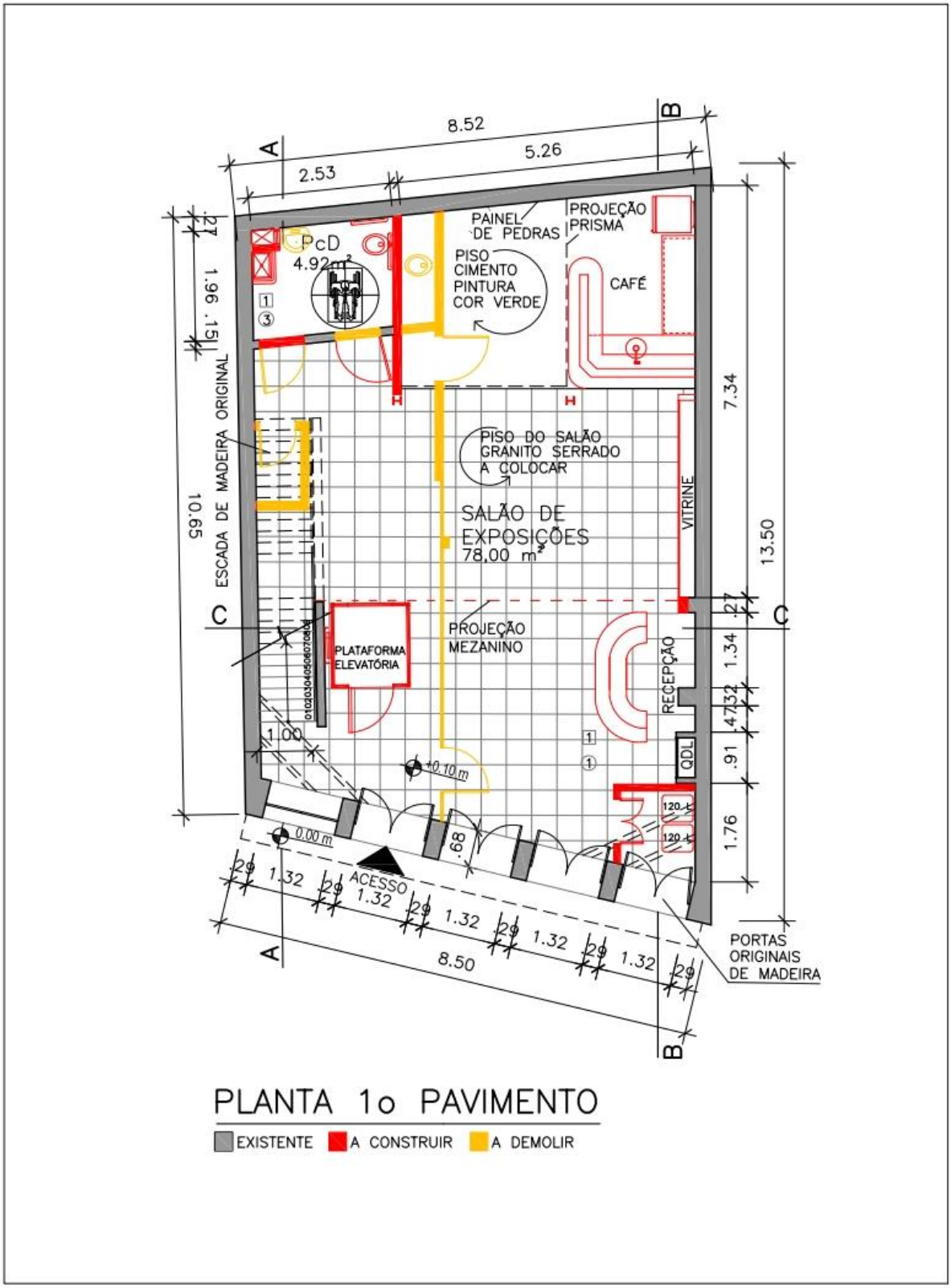
	ESTUDO 1				**ESTUDO 2**				**ESTUDO 3**			
CRITÉRIOS	**1º**	**Mez.**	**2º**	**S/ T**	**1º**	**Mez.**	**2º**	**S/T**	**1º**	**Mez.**	**2º**	**S/T**
SOLUÇÃO DE LAYOUT	3	3	3	-	3	3	2	3	3	2	3	2
					2º: administração pequena **S:** terraço agrega valor				**Mez.:** perdeu o sofá e ganhou o café			
INTEGRIDADE	2	1	3	-	2	1	2	2	2	1	2	2
	1º: o piso não é original; **Mez.:** originalmente não existia				**1º:** o piso não é original; **Mez.:** originalmente não existia; **2º:** paredes internas demolidas				**1º:** o piso não é original; **Mez.:** originalmente não existia; escada original removida; instalação do elevador impactará na estrutura de barrotes do piso			
VENTILAÇÃO	3	2	3	-	3	2	3	2	3	2	3	2
	Mez.: menos ventilado				**Mez./S:** menos ventilados				**Mez./S:** menos ventilados			
CIRCULAÇÃO	3	3	3	-	3	3	3	2	3	3	3	2
					S: a plataforma não atinge o sótão e a circulação é prejudicada pelo pé-direito irregular				**S:** o elevador não dá acesso ao sótão e a circulação é prejudicada pelo pé-direito irregular e pelo tubo de ventilação do elevador			
CUSTO	2	2	2	-	3	3	3	2	1	1	1	1

1: mais caro 2: intermediário 3: mais barato	**S/T:** tesouras tradicionais; escada original / elevador.				**S/T:** tesouras reforçadas e terraço; escada original / plataforma.				**S/T:** tesouras reforçadas e claraboia maior; Escada nova / elevador.			
ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO	3	3	3	-	3	3	3	2	3	3	3	2
					S/T: aprovação terraço				**T:** aprovação claraboia			
AMENIDADES	3	3	2	-	3	3	2	3	2	2	2	2
	2º: ambiente de trabalho				**2º:** ambiente de trabalho **S/T:** terraço				**1º:** perdeu o café; **Mez.:** ganhou o café, mas perdeu o sofá; **2º:** ambiente de trabalho			
ACESSIBILIDADE	3	2	2	-	3	2	2	1	3	2	2	1
					S: a plataforma não atinge o sótão.				**S:** o elevador não dá acesso ao sótão.			
TOTAL P/ ANDAR	**22**	**19**	**21**	**16**	**23**	**20**	**20**	**17**	**20**	**16**	**19**	**14**
OBSERVAÇÃO:	As tesouras tradicionais inviabilizam o uso do sótão no Estudo 1. Por isso, foi adicionada a ele a média aproximada das outras colunas **S/T**.											
TOTAL GERAL	**78**				**80**				**79**			

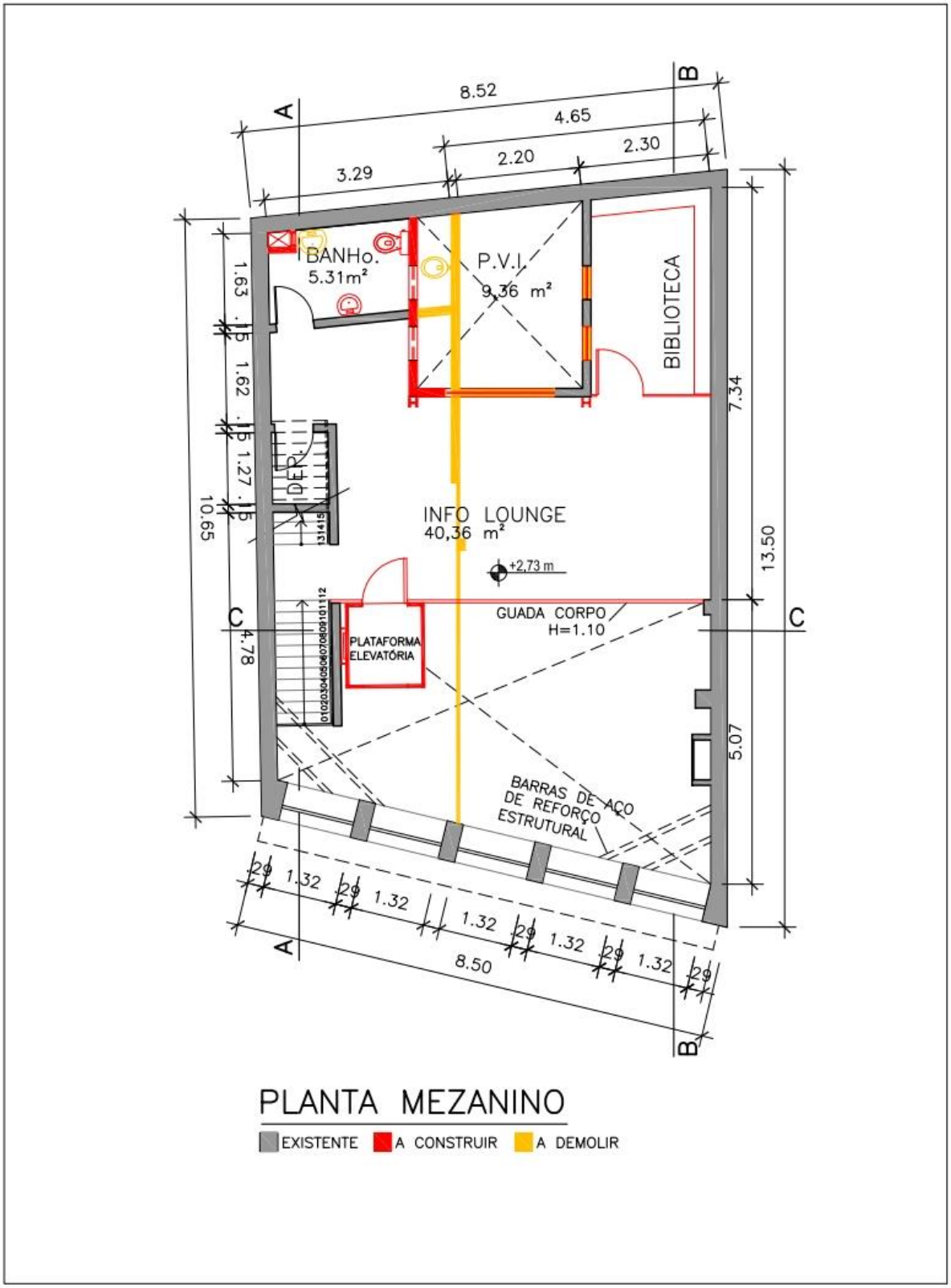
Fonte: Barroso (2021)

Após a elaboração dos estudos, e a partir da análise do quadro comparativo, pode-se observar que o Estudo 2 foi o que melhor pontuou e, por isso, foi escolhido para ser apresentado como proposta projetual da dissertação.

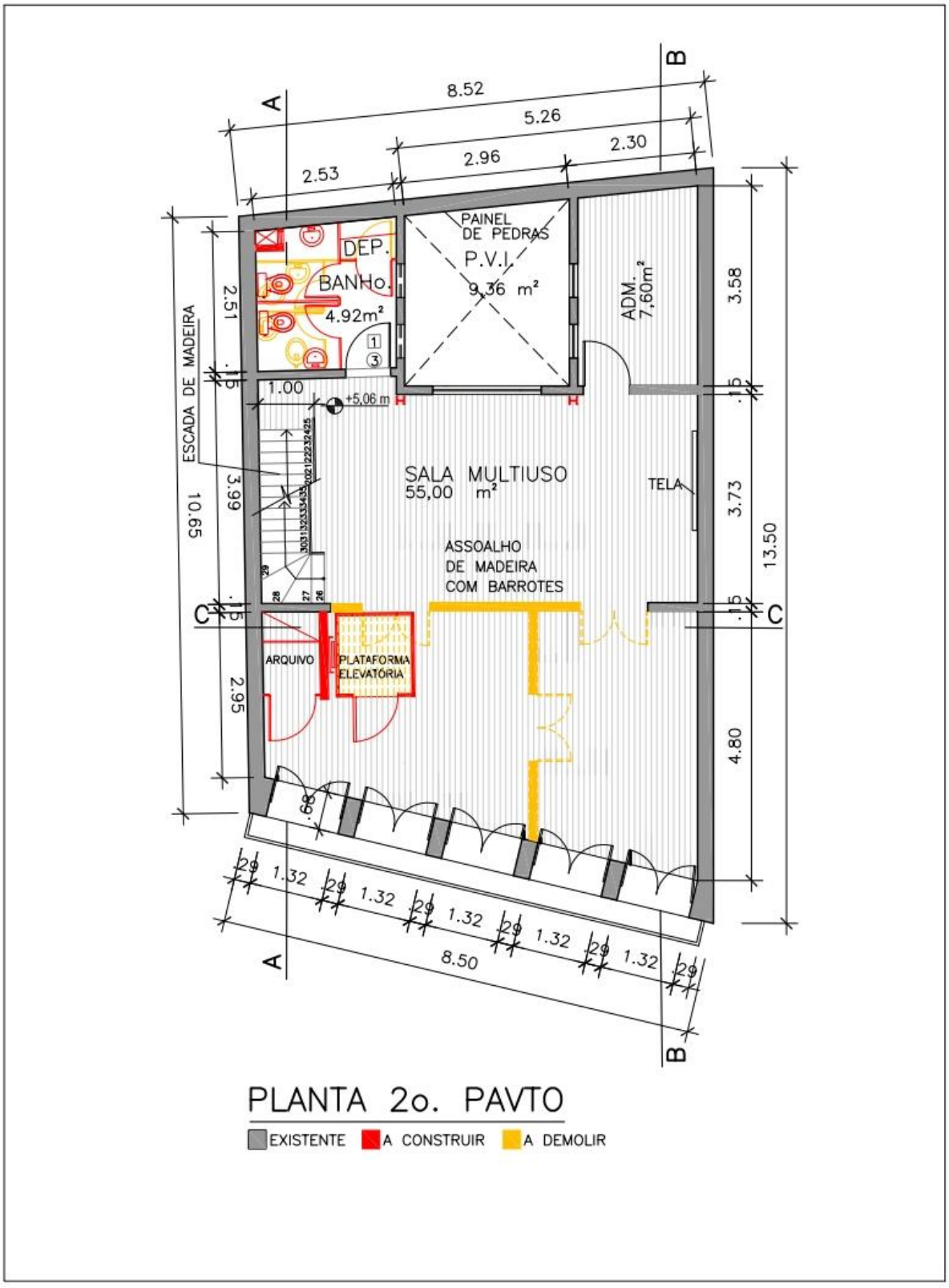
- **Proposta projetual**
- **Planta 1º pavimento**



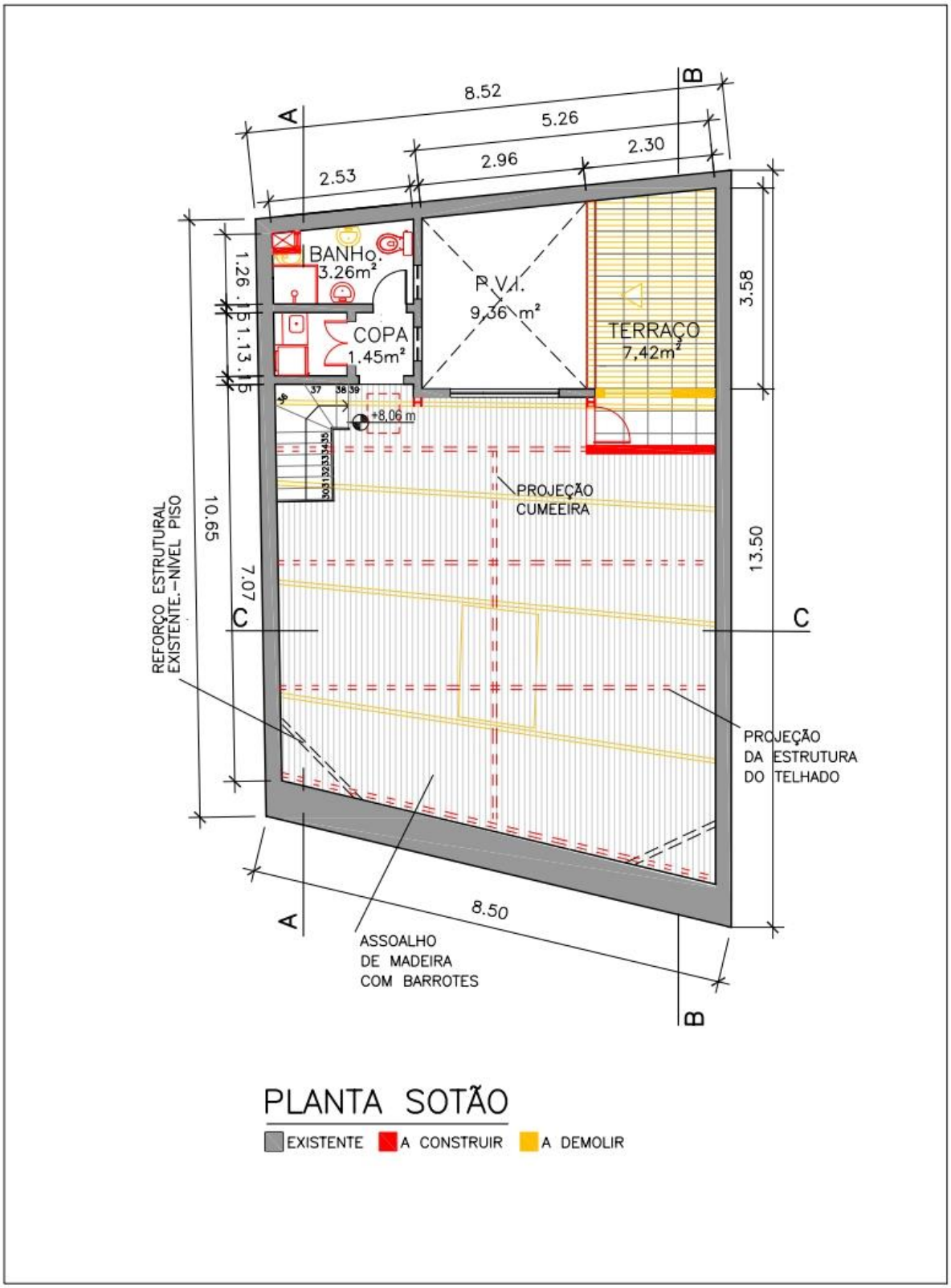
- **Planta Mezanino**



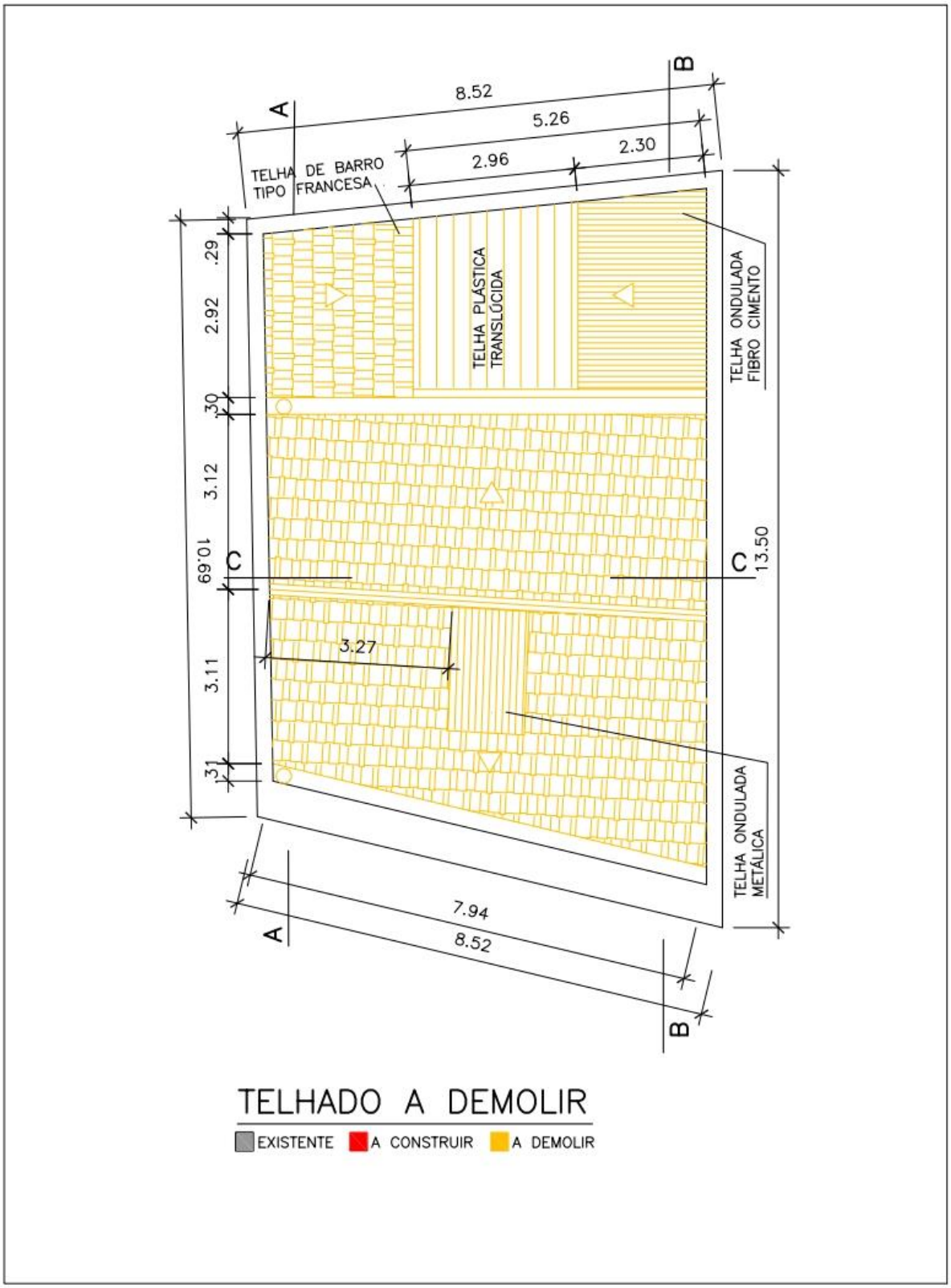
- **Planta 2º pavimento**

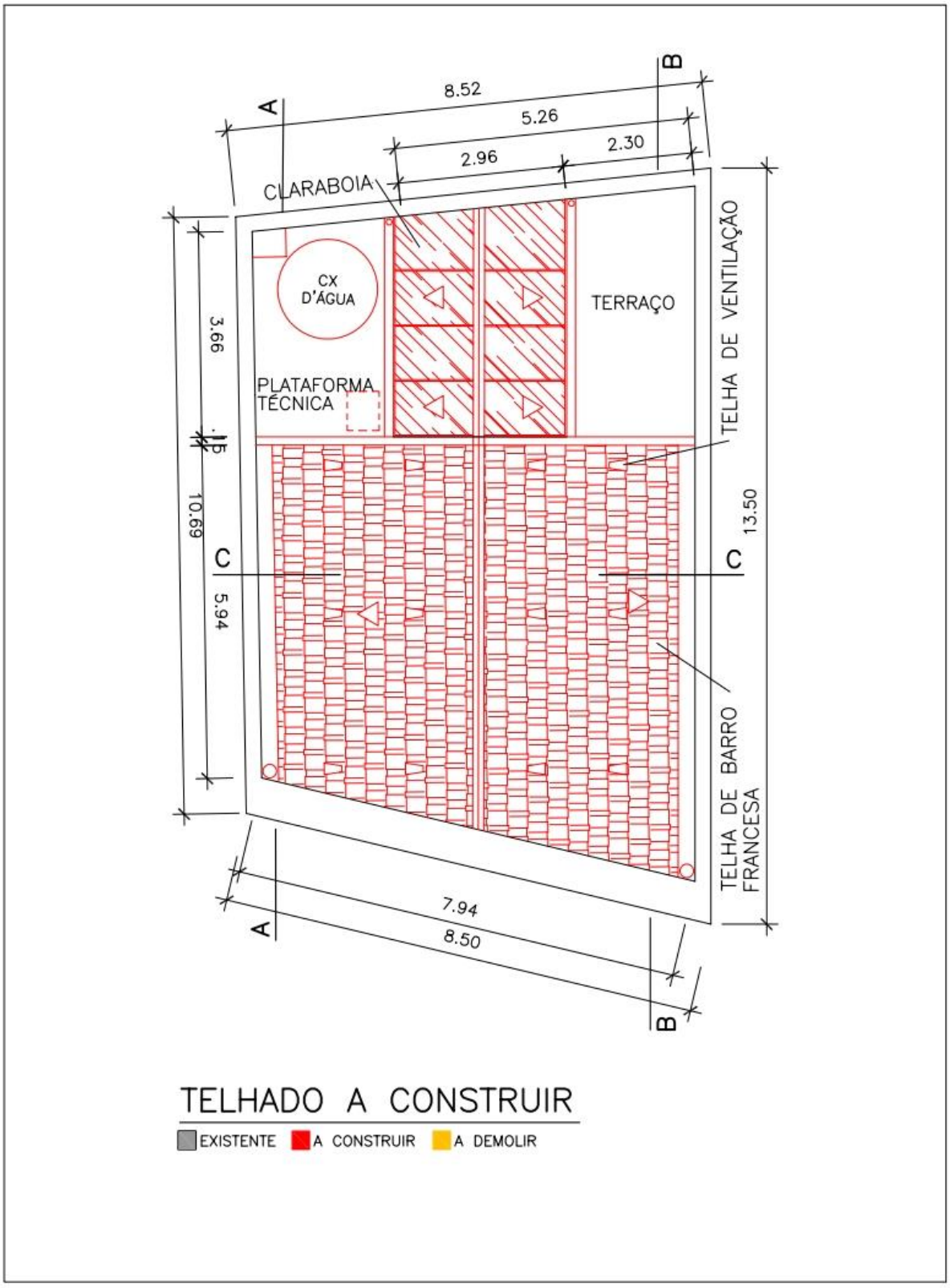


- **Planta sótão**

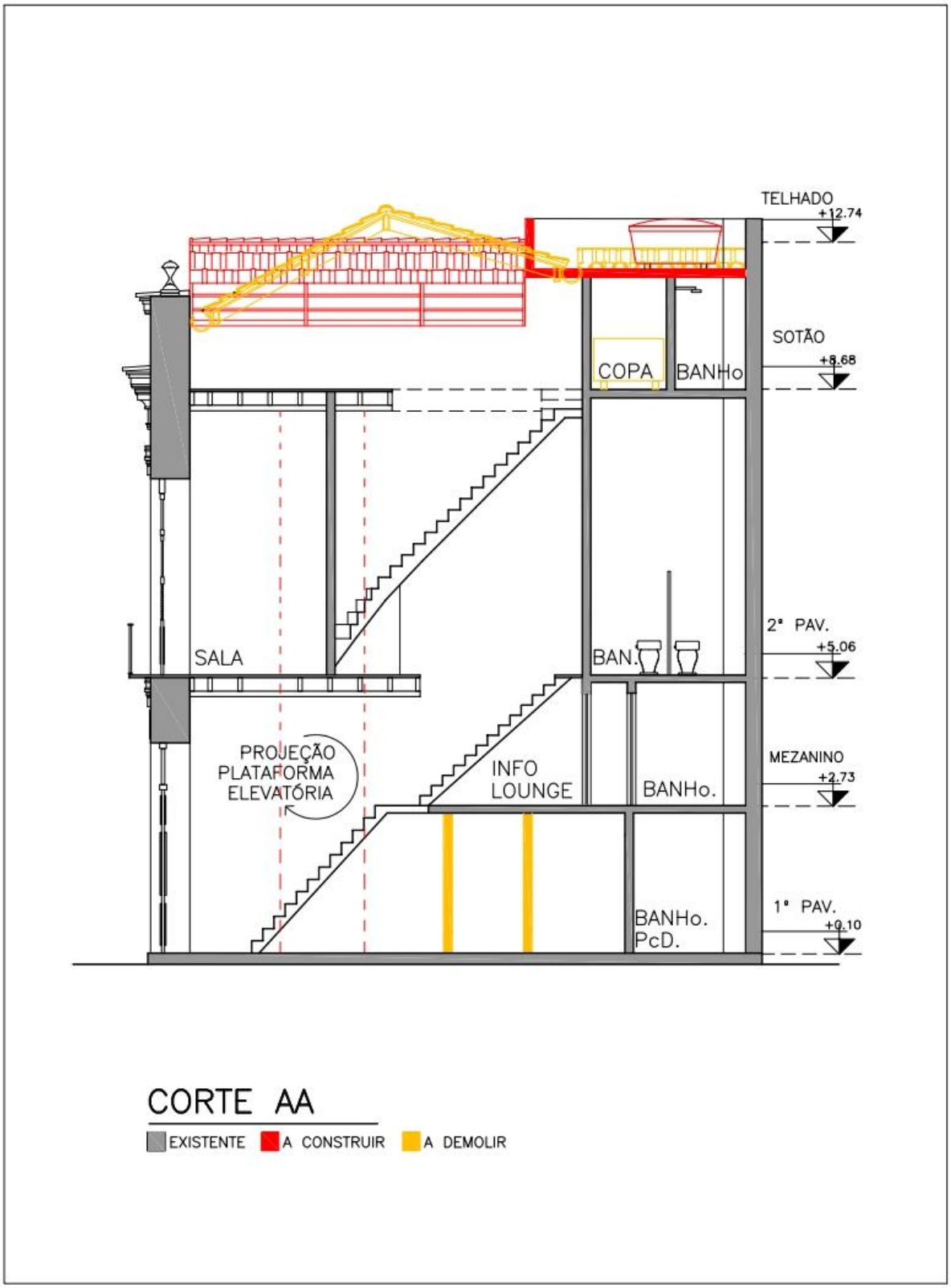


- **Planta telhado**

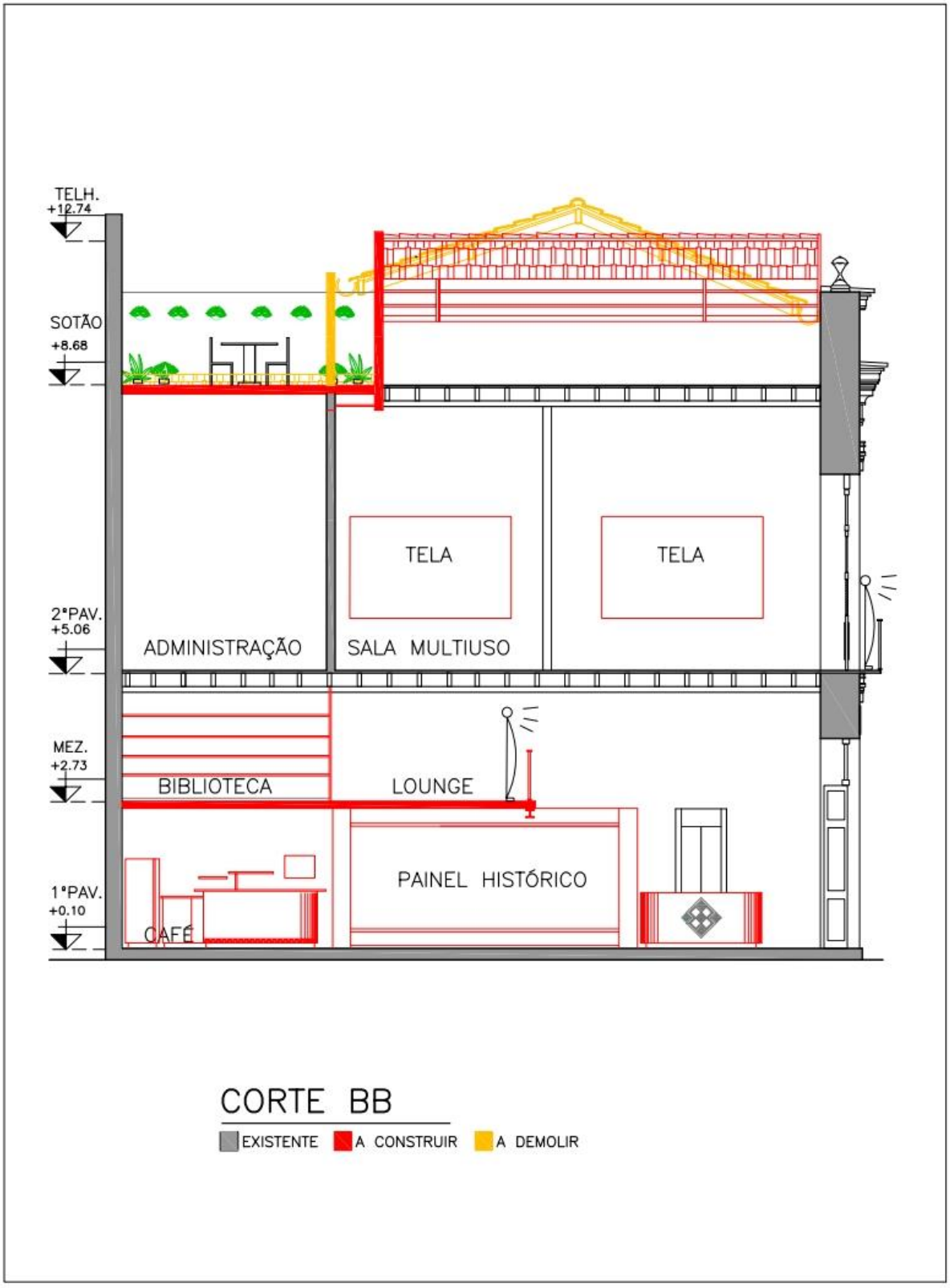



A
B
8.52
5.26
2.96
2.30
CLARABOIA
CX
D'ÁGUA
TERRAÇO
PLATAFORMA
TÉCNICA
3.66
1.5
10.69
C
C
5.94
13.50
TELHA DE VENTILAÇÃO
TELHA DE BARRO
FRANCESA
7.94
8.50
A
B
TELHADO A CONSTRUIR
EXISTENTE
A CONSTRUIR
A DEMOLIR

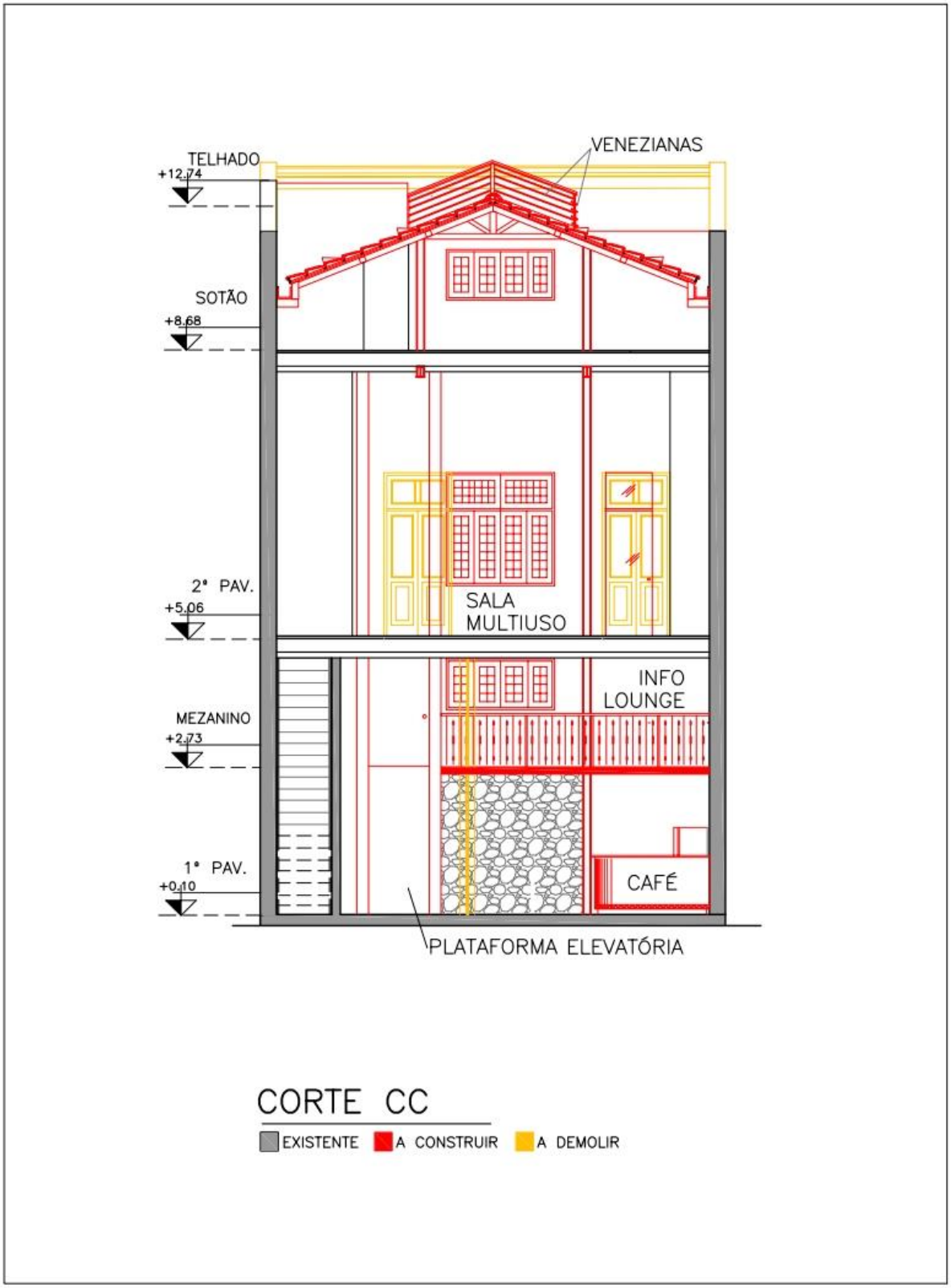
- **Corte AA**


TELHADO
+12.74
SOTÃO
+8.68
COPA
BANHo
2° PAV.
+5.06
SALA
BAN.
PROJEÇÃO
PLATAFORMA
ELEVATÓRIA
INFO
LOUNGE
BANHo.
MEZANINO
+2.73
BANHo.
PcD.
1° PAV.
+0.10
CORTE AA
EXISTENTE
A CONSTRUIR
A DEMOLIR

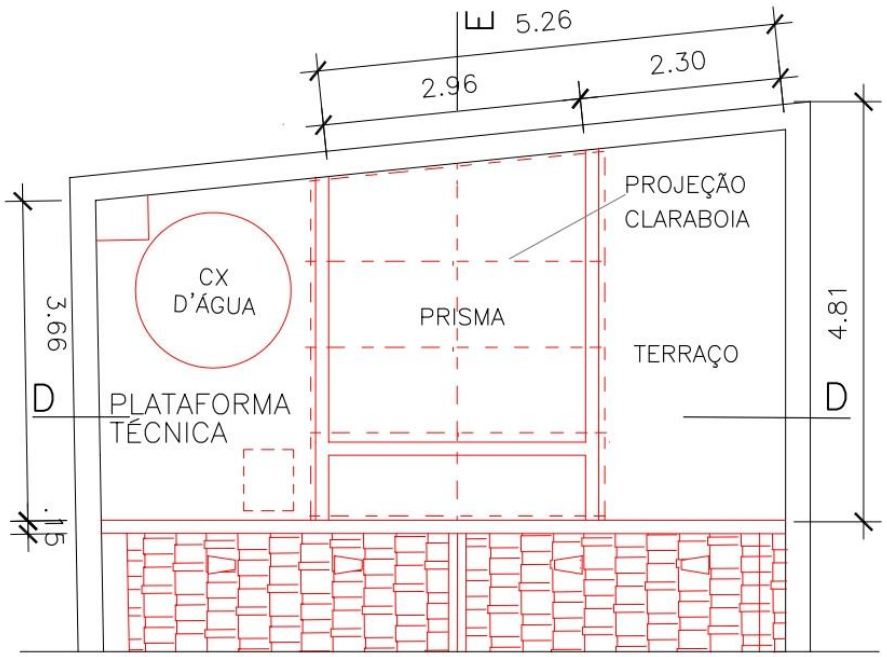
- **Corte BB**


TELH.
+12.74
SOTÃO
+8.68
2°PAV.
+5.06
MEZ.
+2.73
1°PAV.
+0.10
TELA
TELA
ADMINISTRAÇÃO
SALA MULTIUSO
BIBLIOTECA
LOUNGE
PAINEL HISTÓRICO
CAFÉ
CORTE BB
EXISTENTE
A CONSTRUIR
A DEMOLIR

- **Corte CC**

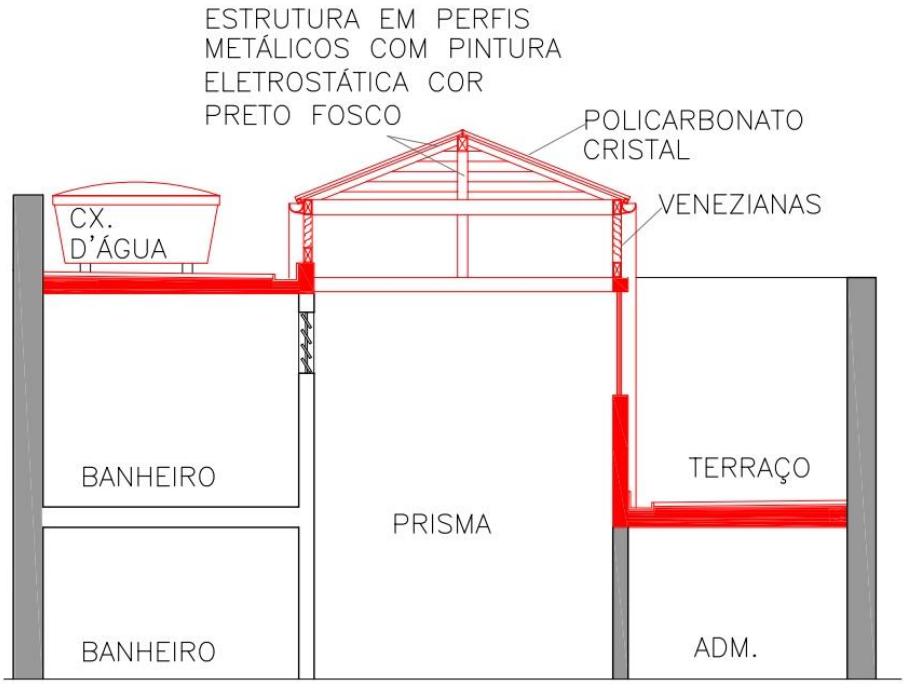

VENEZIANAS
TELHADO
+12.74
SOTÃO
+8.68
2º PAV.
+5.06
SALA
MULTIUSO
INFO
LOUNGE
MEZANINO
+2.73
1º PAV.
+0.10
CAFÉ
PLATAFORMA ELEVATÓRIA
CORTE CC
EXISTENTE
A CONSTRUIR
A DEMOLIR

- **Detalhes da Claraboia**



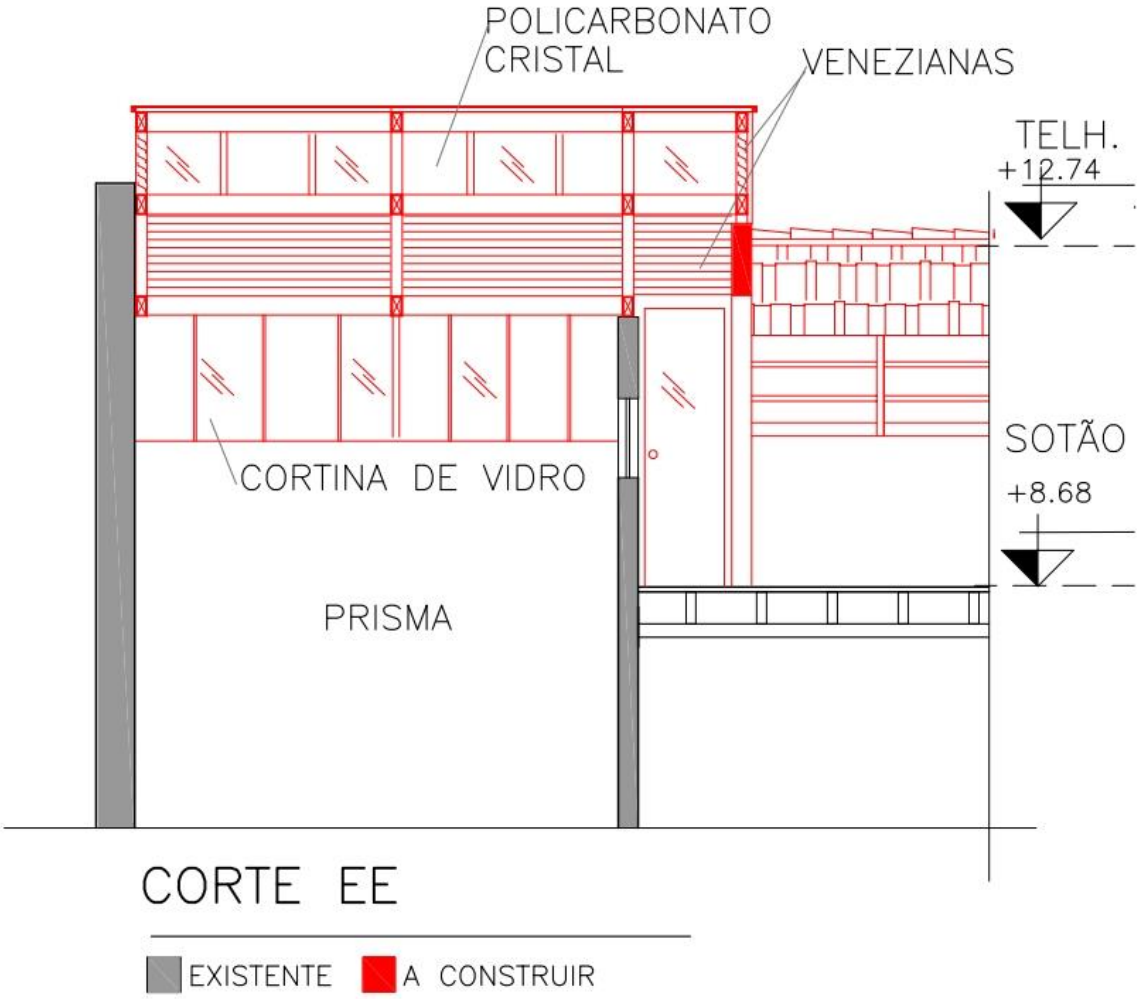
PLANTA NÍVEL PLATAFORMA

EXISTENTE A CONSTRUIR

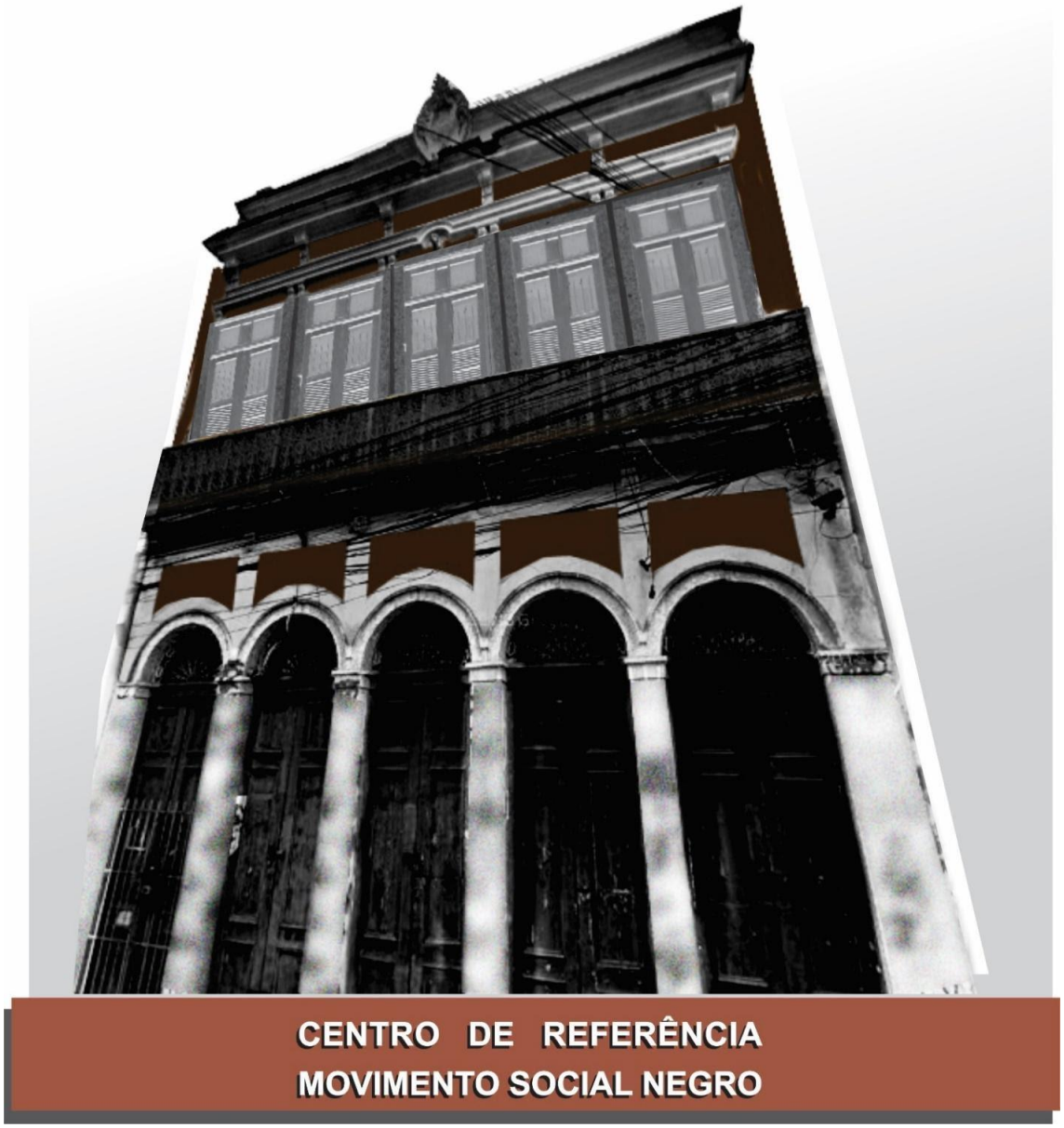


CORTE DD

EXISTENTE A CONSTRUIR


POLICARBONATO
CRISTAL
VENEZIANAS
TELH.
+12.74
SOTÃO
+8.68
CORTINA DE VIDRO
PRISMA
CORTE EE
EXISTENTE
A CONSTRUIR

- **Estudo para a restauração da fachada**



CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESDOBRAMENTOS

A proposta projetual da dissertação procurou dar um tratamento destinado a imóveis tombados para um imóvel que é preservado. Trata-se de um ato de resistência, em prol da preservação do patrimônio do Rio de Janeiro em sua integridade. A região central da cidade é subdividida em APACs e atravessada pela Avenida Presidente Vargas. É hora de tratar o Centro Histórico como um todo, assim, com letras maiúsculas, salvaguardando a memória da cidade e do país.

A mais importante limitação para o acompanhamento do curso foi a pandemia de coronavírus, que teve início em março de 2020, no Brasil, e ainda não acabou até a data de publicação deste trabalho. Foram aulas remotas, trabalho de campo cancelado e outros tantos desafios a serem enfrentados. Por outro lado, estar envolvida com os altos estudos do MPPP foi um alento para conseguir atravessar esse período tão sombrio.

Como desdobramentos do trabalho, uma ação primordial seria a desativação do presídio existente na esquina da Rua Senador Pompeu com a Rua Camerino. Não é possível que ainda exista um presídio ativo naquela região, principalmente se a intenção é resgatar a patrimônio imaterial da herança africana, quando se sabe que, no Brasil, a maioria da população carcerária e formada por cidadãos negros. O presídio poderia, por exemplo, ser implodido, como um ato simbólico de transformação, para que no terreno fosse construído um belo complexo paisagístico, um espaço público livre para a fruição da comunidade e para a celebração da liberdade.

AXÉ (ÀSÈ)

"[...] na língua iorubá de que o termo deriva, axé (àsè) designa a sagrada força genesiática que "permite realização da vida [e] assegura a existência dinâmica", pois "possibilita os acontecimentos e as transformações" (BOGÉA, 2018, p. 10 apud LOPES, 2004 *In*: SERRA, 2002, p. 1).

Referências Bibliográficas

1995 – MARCHA CONTRA O RACISMO PELA VIDA. **Google Imagens**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=1995+-+Marcha+contra+o+racismo+pela+vida&hl=pt-BR&sxsrf=ALeKk039DMurqKGB1nwOcynIsfToCmMgfQ:1626787375694&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwie2Jud3_HxAhV7q5UCHTW-DroQ_AUoAXoECAEQAw&biw=1017&bih=426#imgrc=YHCU0ae3s8Ph1M>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

AMORIM, Flávia Pereira; TANGARI, Vera. Estudo tipológico sobre a forma urbana: conceitos e aplicações. **Paisagem Ambiente:** ensaios. São Paulo: n. 22, p. 61–73, 2006.

ARCHI EXPO. Telha de ventilação Marseille. Disponível em: <https://www.archiexpo.com/pt/prod/fornace-laterizi-vardanega-isidoro-srl/product-157861-1914115.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BOGÉA, Marta. Ilé Òsùmàrè Aràká Àse Ògòdó. **Revista Prumo**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 18, oct. 2018. ISSN 2446-7340. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/765>. Acesso em: 29 mar. 2021. doi: http://dx.doi.org/10.24168/revistaprumo.v3i4.765.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Trad. Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CABEZAS, Constanza. Fundamentos para projetar espaços públicos confortáveis. **Arch Daily**, 2 out. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-143845/fundamentos-para-projetar-espacos-publicos-confortaveis>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CABRERA, Cristiane Vieira. **Patrimônio Sustentável**: A experiência francesa e a realidade brasileira. Reflexões para a preservação de edifícios históricos no Brasil segundo o referencial francês da Haute Qualité Environnementale – HQE. ® Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CALHÁU SOARES, Fernanda M. **Projeto de conservação que contemple as demandas do conforto ambiental**: uma experiência possível para o Centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

CARDOZO, Kleber M. **Habitação popular e preservação do patrimônio na reabilitação do centro do Rio de Janeiro**: o caso do edifício na rua Senador Pompeu 34. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

CULTURE TRIP, 2020. Disponível em: <https://theculturetrip.com/south-america/brazil/>. Acesso em 10 de jun..2020.

DE PAOLI, Paula Silveira. **Entre Relíquias e Casas Velhas**: A Arquitetura das Reformas Urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 1. ed. 2013.

DIAS, Marina S.; ESTEVES JUNIOR, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba, **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 635-663, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole>. Acesso em 09 de out. 2021.

FEGHALI, Maria Elisa; LASSANCE, Guilherme. Da Análise às Intenções do Projeto: Conceitos para o Processo de Concepção da Paisagem. **Paisagem Ambiente:** ensaios, n. 23. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007, p. 10-19, 1986.

FRANÇA, Renan. Pesquisa americana indica que o Rio recebeu 2 milhões de escravos africanos. **Portal Geledés**, 10 abr. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-americana-indica-que-o-rio-recebeu-2-milhoes-de-escravos-africanos/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

FRANKLIN, Laís. #vidasnegrasimportam: 11 imagens que marcaram o ato em São Paulo. **Vogue**, 8 jun. 2020. Disponível em: https://vogue.globo.com/lifestyle/noticia/2020/06/vidasnegrasimportam-11-imagens-que-marcaram-o-ato-pacifico-contra-racismo-em-sao-paulo.html. Acesso em: 15 de jul. 2021.

GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA: bens tombados 2014 / coordenação geral Washington Fajardo – 5ed. Rio de Janeiro, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. 2014.

GATES, Henry Louis. Explore the origins and forced relocations of enslaved africans across the Atlantic world. **Slave Voyages**. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em 08 de jan. 2022.

GERSON, Brasil. **Histórias das Ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Bem–Te–Vi, 2015.

GIANNINI. **Luiz Gama**. 9 jul. 2021. Disponível em: <https://twitter.com/Giannini/status/1413551977104019459/photo/1>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, v. 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, Rio Grande: 3(3), 27-46, 2012.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo**: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Rio de janeiro, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2542499. Acesso em: 20 nov. 2020.

JACQUES, Paola; BRITTO, Fabiana Dultra. Ecologias da memória (Sara Zewde) e Plataforma corpocidade (Paola Jacques/Fabiana Britto). In: **I CONGRESSO INTERNACIONAL ESTUDOS DA PAISAGEM – NÓS**, 2021, Maceió. Universidade Federal de Alagoas, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QkmANOJd4D4>. Acesso em 26 jul. 2021.

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites, 1964. Carta de Veneza, Veneza: 1964. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf. Acesso em 10 mar. 2020.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE, 2021. Disponível: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_palacete_garibaldi.shtm>. Acesso em 10 de nov. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica: Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades)

JORGE, Cecília. Primeira marcha zumbi, há 10 anos, reuniu 30 mil pessoas. **Agência Brasil**, 13 nov. 2005. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

KANASHIRO, Milena. A cidade e os sentidos: sentir a cidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná: Editora UFPR, n. 7, p. 155-160, 2003.

KARASH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

KÜHL, Beatriz. Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a pré-existência. **II ENANPARQ – Teorias e práticas na arquitetura e na cidade contemporânea**, Natal, set. 2012. pp. 1-19.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. A Frente Negra Brasileira. **Portal Geledés**, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/?gclid=Cj0KCQjw6NmHBhD2ARIsAI3hrM2khfxodJGPnLdYEUYhLWgKcxaPhNW6G0r949cUpeaCokej2ltJxmQaAvvlEALw_wcB>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto:** uma contribuição ao estudo da produção da área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

LIMA CARLOS, Claudio S. **Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) – da idealização à banalização do patrimônio cultural carioca.** Tese (Doutorado em Urbanismo) – PROURB – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008. 356f.

LIMA CARLOS, Claudio S. Atualização x integridade: Interiores de edificações protegidas em face dos parâmetros de intervenção previstos pela legislação do Rio de Janeiro. **Estudos brasileiros sobre patrimônio.** Belo Horizonte, MG: Poisson, vol. 3, p. 185 – 196, 2019.

LIMA CARLOS, Claudio S. Conservação ou destruição da memória construtiva carioca? Critérios de intervenção adotados em obras modestas protegidas do Rio de Janeiro. *In*: **Textos Completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural:** Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Porto, Portugal: Cravo, 2021.

LIMA CARLOS, Claudio S. Una mirada crítica à la zona portuária. **Bitacora 17.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp 23 – 54, 2010.

LYRA, Cyro. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LUCENA, Felipe. A história de mudanças da Praça dos Estivadores. **Diário do Rio**, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://diariodorio.com/a-historia-de-mudancas-da-praca-dos-estivadores/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES – 1995. **Portal Geledés**, 18 set. 2016 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

MUNDO LUSÍADA. **Docas Dom Pedro II, no Cais do Valongo, será restaurado para abrigar Centro da Herança Africana no Rio**. São Bernardo do Campo, 23 nov. 2019. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cultura/docas-dom-pedro-ii-no-cais-do-valongo-sera-restaurado-para-abrigar-centro-da-heranca-africana-no-rio/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA: Publicação da CDURP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PORTAL IPHAN. **Cais do Valongo**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em 25 julho. 2021.

PORTAL IPHAN. **Programa de Preservação de Cidades Históricas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PORTAL IPHAN. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Revista_Valongo_12jun.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

POZZER, Márcio R. O. Políticas públicas de patrimônio cultural na América Latina: o caso equatoriano. **Revista CPC**. São Paulo, n. 16, p. 001-208, mai/out. 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Centro de Referência da Música Carioca – Palacete Garibaldi**. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_palacete_garibaldi.shtm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Porto Maravilha**. Disponível em: <https://www.portomaravilhario.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).** Rua Senador Pompeu n.^{os} 61 e 63, LO: 1898.06 17. Rio de Janeiro, 2018. 1 original.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Obras, Subsecretaria de Obras e Projetos Viários Coordenadoria Geral de Projetos. **Caderno de instruções para elaboração, apresentação e aprovação de projetos geométricos viários urbanos**. ET-GPV-11-EU-000000-0001_01, 2016. Rio de Janeiro, 2021.

REIS FILHO, N. G**. Quadro da Arquitetura no Brasil**, São Paulo. PERSPECTIVA, 1978.

SANTOS, Ynaê L. **Além da Senzala**: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de História Social. São Paulo, 2006.

TÂNGARI, Vera. Espaços livres públicos como espaços museográficos. **A arquitetura dos espaços museológicos do ponto de vista expográfico**. Rio de Janeiro, 2005.

TÂNGARI, Vera; SILVA, Jonathas. A importância dos espaços livres na valorização do patrimônio edificado: projeto paisagístico para o campus do Observatório Nacional e do Museu de Astronomia e Ciências Afins em São Cristóvão no Rio de Janeiro/RJ. *In*: **Projeto e Patrimônio:** reflexões e aplicações. Rio de Janeiro: Rio Books, v. 1, n. 1, p. 329-353, 2016.

TELHA TOP TEM NOME. **Catálogo Técnico**. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Ftoptelha.com.br%2Fv2%2Fdownloads%2FTopTelha_CatalogoTecnico.pdf&psig=AOvVaw1oULjIwX7TheV45JzgEqqZ&ust=1636654462038000&source=images&cd=vfe&ved=2ahUKEwiUovSPs470AhVvgpUCHVUKAvcQr4kDegUIARDxAQ>. Acesso em: 15 nov. 2021.

THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE. Disponível em https://www.getty.edu/conservation/. Acesso em 10 de jul. 2020.

THE WEATHER CHANEL. Disponível em <https://weather.com/redir?locale=pt-BR>. Acesso em 20 de jul. 2020.

TSCHUMI, Bernard. Concepto, Contexto, Contenido. **Arquine**, Revista internacional de Arquitectura y Diseño. México, 2005, vol. 34.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. *In*: **Patrimônio cultural:** Memórias e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume Editora, 2017. pp. 25-46.